



**Carmélia Maria Aragão**

**Não serás outro - diário sobre políticas  
públicas e leitura literária**

Tese apresentada como requisito parcial para  
obtenção do grau de Doutor pelo Programa de  
Pós-Graduação em Literatura, Cultura e  
Contemporaneidade da PUC-Rio.

Orientadora: Profa. Eliana Lucia Madureira Yunes

Rio de Janeiro  
Agosto de 2016



**Carmélia Maria Aragão**

**Não serás outro - diário sobre políticas  
públicas e leitura literária**

Defesa de Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Literatura, Cultura e Contemporaneidade do Departamento de Letras do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

**Profa. Eliana Lucia Madureira Yunes**

Orientadora

Departamento de Letras – PUC-Rio

**Prof. Alessandro Rodrigues Rocha**

Catedra Unesco de Leitura - PUC-Rio

**Prof. Érico Braga Barbosa Lima**

Catedra Unesco de Leitura - PUC-Rio

**Profa. Susana de Castro Amaral Vieira**

UFRJ

**Profa. Nanci Gonçalves da Nóbrega**

UFF

**Profa. Monah Winograd**

Coordenadora Setorial do Centro de Teologia  
e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 01 de agosto de 2016.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e da orientadora.

### **Carmélia Maria Aragão**

Graduou-se em Letras pela Universidade Federal do Ceará, em 2005. Concluiu mestrado em Literatura Brasileira, em 2008, pela mesma universidade. Atua na área de literatura, leitura, formação do leitor e políticas públicas. Foi bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico e Científico/FUNCAP, 2010-2013. Também foi contemplada pelo Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior/PDSE pela CAPES, em 2014, atualizando sua pesquisa em políticas públicas na Universidad de la República, no Uruguai. Trabalhou como assessora do Projeto Agentes de Leitura do Ceará, ligado à Secretaria de Cultura do Estado do Ceará/SECULT no período de 2008/2009. Em 2011, trabalhou como pesquisadora/assessora na Cátedra UNESCO de Leitura PUC-Rio desenvolvendo projetos de acesso ao livro e à leitura, e atuando novamente no Projeto Agentes de Leitura agora ligado ao MinC. Também é escritora, tendo ganho o III Edital de Incentivo às Artes da SECULT-CE, na categoria contos, pelo livro *Eu vou esquecer você em Paris*, 2006.

#### Ficha Catalográfica

Aragão, Carmélia Maria

Não serás outro - diário sobre políticas públicas e leitura literária / Carmélia Maria Aragão; orientadora: Eliana Lucia Madureira Yunes. – 2016.

139 f.; 30 cm

Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras, 2016.

Inclui bibliografia

1. Letras – Teses. 2. Diário. 3. Violência. 4. Leitura. 5. Literatura. 6. Políticas públicas. I. Yunes, Eliana Lucia Madureira. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Letras. III. Título.

Dedico esta tese a duas mulheres que sempre me  
disseram para nunca desistir:  
À Eliana Yunes, professora, amiga e orientadora,  
E à Maria Amélia, minha mãe.

## Agradecimentos

Agradeço especialmente à Professora Helena Modzelewski que teve comigo não só os cuidados de uma tutora e orientadora exemplar, mas também de uma amiga cuidadosa, enquanto estive no Uruguai fazendo minha pesquisa pelo Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior, e depois disso.

Gostaria de agradecer à Comissão Examinadora por atender prontamente ao convite para participar da minha Defesa e pelo olhar cuidadoso que dispensou a minha escrita. Aos professores: Alessandro Rocha (PUC-Rio), Érico Barbosa (PUC-Rio), Nanci Nóbrega (UFF), Susana de Castro (UFRJ) e às suplentes professora Sandra Guimarães (PUC -Rio) e Valéria Pereira (CESJF).

À PUC-Rio, CAPES e FUNCAP, pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado.

À Cátedra UNESCO de Leitura, também na figura da professora Eliana Yunes, que me aceitou, recém-chegada ao Rio, na equipe do Projeto Agentes de Leitura, possibilitando a continuidade desta pesquisa. E também pelos amigos que apenas lá poderia ter encontrado.

A todos os Agentes de Leitura.

A Vera, minha grande amiga, e a Ticiania, minha madrinha, pela e dedicação que parecem sair de outras vidas.

Aos Amigos, Christina Fuscaldo e Haroldo Handré, pela amizade fortalecida além das fronteiras.

Ao meu pai.

A minha avó Amélia e minha prima, Maria Claudine que, do céu, olharam por mim.

E ao Marcos, com quem compartilho e aprendo a leitura dos dias.

## Resumo

Aragão, Carmélia Maria; Yunes, Eliana Lucia Madureira. **Não serás outro - diário sobre políticas públicas e leitura literária.** Rio de Janeiro, 2016. 139p. Tese de Doutorado – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Obedecendo a estrutura de um diário, esta tese parte de leituras do cotidiano urbano como detonadoras de questões para pensar o papel leitura e das políticas de leitura, tendo como base o texto literário para formação de cidadãos leitores, cientes de seus direitos e obrigações. O *Caderno Um* – Rio de Janeiro – rememora a história de Sandro Rosa do Nascimento, conhecido como Mancha, responsável pelo sequestro do ônibus 174 na cidade do Rio de Janeiro e também a vida e a morte de Márcio Amaro da Conceição, conhecido como Marcinho VP. O aporte teórico desta discussão se apoia principalmente em Luiz Eduardo Soares, Richard Rorty, Paul Ricoeur, utilizando-se também dos filmes e documentários de José Padilha e Eduardo Coutinho. O *Caderno Dois* – Montevideú – se passa no Uruguai quando da pesquisa com a professora Helena Modzelewski, que tem sua tese ancorada em Martha Nussbaum e a educação das emoções através do texto literário. Modzelewski aplica a teoria de Nussbaum em seu trabalho com mulheres em situação de rua, depois transformado em livro: *El refugio de las palabras dormidas* (2015). Neste caderno se concentra quase toda base teórica da tese, como a ligação entre a educação das emoções e a teoria das capacidades, teorias desenvolvidas por Martha Nussbaum e Amartya Sen. O último caderno, intitulado *Caderno Três* – Santo Amaro da Purificação – trata da experiência das políticas de leitura no Brasil como o Proler coordenado pela Professora Eliana Yunes e o Projeto Agentes de leitura política amparada pelo Plano Nacional do Livro e Leitura, que teve seu início em 2005 no Ceará, depois foi expandido para outros estados do Brasil, pelo MinC, através da Cátedra Unesco de Leitura PUC-Rio, a partir de 2009. Neste caso, o que se avalia é o aporte da leitura literária para a consciência cidadã compartilhada.

## Palavras-chave

Diário; violência; leitura; literatura; políticas públicas.

## RÉSUMÉ

Aragão, Carmélia Maria; Yunes, Eliana Lucia Madureira (Directeur de thèse). **Tu ne serás pas un autre - cahier de journalier sur les politiques publiques et lecture littéraire**. Rio de Janeiro, 2016. 139p. Thèse de Doctorat – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Fidèle à la structure d'un journal intime, cette thèse part des lectures du quotidien urbain en tant que déclencheuses de questions pour penser le rôle de la lecture et des politiques de la lecture et a comme base le texte littéraire pour la formation de citoyens lecteurs, conscients de leurs droits et devoirs. Le premier chapitre remémore l'histoire de Sandro Rosa do Nascimento, dit *Mancha* (tâche), responsable de la prise d'otages dans le bus 174 dans la ville de Rio de Janeiro et aussi la vie et la mort de Márcio Amaro da Conceição, surnommé Marcinho VP. L'apport théorique de cette discussion se construit surtout sur Richard Rorty, Luiz Eduardo Soares, Paul Ricoeur. Le deuxième chapitre se passe en Uruguay, lors de la recherche avec le professeur Helena Modzelewski, qui a sa thèse ancrée sur Martha Nussbaum et l'éducation des émotions par le littéraire. Modzelewski applique la théorie de Nussbaum dans son travail avec des femmes vivant dans les rues, devenu le livre: *El refugio de las palabras dormidas* (2015). Le troisième et dernier chapitre discute l'expérience des politiques de lecture au Brésil, tel que le *Proler* coordonnée par le professeur Eliana Yunes et le *Projet des agents de lecture*, politique soutenue par le *Plan national du Livre et de la Lecture*, qui a connu le jour en 2005, au Ceará, a pris corps et a été intégré dans d'autres États du Brésil, grâce au Ministère de la Culture (Minc), par la Chaire Unesco de Lecture PUC-Rio, à partir de 2009. Dans ce cas, ce qui est évalué est l'apport de la lecture littéraire pour la conscience citoyenne partagée.

## Mots-clés

Violence; lecture; littérature; politiques publiques.

## Sumário

	Prefácio	11
1.	Caderno Um Rio de Janeiro	14
2.	Caderno Dois Montevideú	59
3.	Caderno Três Santo Amaro da Purificação/ Bahia	98
4.	Posfácio	129
5.	Referências Bibliográficas	132

*Mas a sua historia, tão linda, merece entrar aqui.*

Simone Ferreira, agente de leitura.

## Prefácio

Esta “tese” só está sendo lida porque me foi possível recolher as anotações feitas ao longo destes quatro anos, com vários momentos de esterilidade completa, silêncio e apatia, diante do quadro político nacional e da observação do contexto acadêmico. Duras penas. Desisti muitas vezes, por razões pessoais de saúde, minhas e de familiares, por ter que andar entre Sobral e Santo Amaro da Purificação sem me sentir capaz de dar conta da vida. Desanimo com as perspectivas de um doutorado defendido, sem poder ao menos prever um horizonte de trabalho.

Mas acabei “obrigada”, por compromisso moral com tantos que me trouxeram até ali e com pressão em tempo integral, a retomar os escritos. Dos fragmentos, numa escrita pós-moderna, me surgiu um diário que vim costurando como narrativa. Esta apresentação, como um verdadeiro prefácio ao que se segue, explicita o que se vai ler.

Claro que eu tinha um objetivo ao começar lá atrás, que acaba vindo à tona só no *Caderno Três* do diário – a experiência com os jovens **Agentes de Leitura** que se descobriram como eu, lutando contra a anomia, a apatia, a aporia diante do abandono da população brasileira pelo descaso efetivo da máquina estatal e da estratificação social, que engole vidas de professores e alunos com burocráticos currículos e relatórios, para impedi-los de ter uma palavra que os mova à ação. Minha reflexão sobre o trabalho no Ceará e na Cátedra UNESCO de Leitura tinha ficado adormecida na ordem dos dias, mas eu não podia ignorar qual fora a motivação inicial deste curso, na capital cultural do país. Meu percurso foi acompanhado pelas teorias de Marcel Mauss com a narrativa do dom, em sintonia com Paul Ricoeur, Tzvetan Todorov e Eliana Yunes que, com eles, entre outros propôs as bases teórico-metodológicas de uma formação de leitores.

À medida que, no Rio de Janeiro, testemunhava de perto a violência urbana consumindo vidas de outros jovens, - e de outros nem tanto, também vítimas das vítimas sociais do conluio contra a educação e cultura pela massificação do saber

e de sua entrega à mídia narcotizante, - não pude deixar de fazer outra conexão com o objeto inicial de minha pesquisa. Com a baixa escolaridade, a privação emocional, a falta de subjetividade discursiva, os mais pobres, pretos, mestiços, migrantes, impotentes diante da marginalização cultural, fizeram com que eu me ocupasse em fazer registros sobre algumas dramáticas ocorrências dadas à publicidade, ao longo de 2014. Ali, jovens deixaram rastros no chão do cotidiano como anúncio de morte em meio a preconceitos e discriminação.

O contexto ou suas circunstâncias me levaram a associá-los a leituras na música, na literatura, nas linguagens de ficção onde a vida contemplada oferece, seja espelhamento e identificação, seja diferença e alteridade. Não só a literatura como porta de entrada para o mundo possível, mas sua associação com os textos de vida no real. Isto está no *Caderno Um*, onde marginais leitores de mundo e de livros vão aparecer, convocados à minha reflexão, na tessitura entre vida e ficção. Por isto, são interlocutores teóricos, Luiz Eduardo Soares, Richard Rorty, e Walter Benjamin, no horizonte das questões que atravessam a formação intersubjetiva dos indivíduos.

No *Caderno Dois* deste diário, recolho os apontamentos teóricos que, ao longo dos outros cadernos foram iluminando as cenas. Foi no pensamento radical de Nussbaum, Guatarri, e Modzelewski, sobre questões da perda ou ganho da condição humana, regada à literatura, que encontrei a confirmação das hipóteses trazidas comigo, desde a leitura de Antônio Candido Paulo Freire e da professora Eliana Yunes. Desde o Proler, programa nacional de incentivo à leitura, engendrado para gerar uma política nacional de leitura, na década de 90 do século passado. A professora Eliana Yunes elaborara uma proposta original para formação de leitores num processo que se exigia gerar, além da produção consequente de sentidos pelo leitor, sua expressão na escrita, tendo em vista que sua singularidade e a realidade intersubjetiva em que se insere seu pensamento crítico. Durante os cinco anos iniciais, (1992-1996) foi sendo construída uma metodologia amparada fortemente em teorias inter e transdisciplinares, para formação de leitores que não era senão promoção dos indivíduos à condição de sujeitos humanos, com o propósito de alcançar trocas sociais responsáveis na construção social do convívio comum.

Literatura, antropologia, filosofia, ciências sociais aplicadas trançaram com outras áreas uma rede de saberes, com intenção de dar vez e voz aos que aceitassem se colocar na “távola redonda” para pensar e trocar *nonsense* por os sentidos em que a vida se move e que nela se movem: ali nascia com força teórica, a prática da mediação na leitura, para a descoberta de si e do outro, enquanto cidadãos da aldeia e do mundo.

Os autores aqui nomeados divergem em algumas posições no percurso de seus pensamentos. Mas seguindo o exemplo da leitura ricoeurina que, obsessiva e eticamente, lê pensadores os mais diversos, guardada a mesma episteme de produção do conhecimento, me propus utilizar suas reflexões enquanto serviram à convergência de minha própria abordagem, assumindo eu a leitura de confluência de suas proposições à serviço de minha argumentação. Assim dou visibilidade às eleições teóricas e a articulação original que fiz delas.

Por fim, como um diário não termina senão por ter cumprido seu papel no tempo, não há conclusão alguma. Vêm-me à mente uma série de desdobramentos possíveis, com as histórias que poderiam ainda ser escritas e considero que me envolvi numa história sem fim, com pares mais aparelhados que aparecem na bibliografia e com pares resilientes, como os agentes de leitura que renascem no Ceará, desde 2015, e seguiram fazendo o PROLER por 20 anos, por insistirem em não se conformar com as sucessivas derrotas.

**1**  
**Caderno Um**

Rio de Janeiro

*Não serás outro (para que eu permaneça o que sou).*

Luiz Eduardo Soares sobre a morte de Marcinho VP

23 de junho de 2013.

Há dez dias eclodiram manifestações. O que era para ser uma marcha contra o aumento das passagens dos ônibus urbanos em algumas capitais do país, transformou-se no retrato do descontentamento do cidadão comum com a política nacional. Penso que descontentamento com a falta de investimento do Estado nas áreas da educação, saúde, moradia, segurança, cidadania, direitos humanos e no combate à corrupção. Acompanho nos jornais e na TV “especialistas” para explicar essa aglomeração de cem mil pessoas na Praça da Candelária, no Rio Janeiro e em outras cidades do país. Até a mídia internacional acostumada a nossa imagem de povo ordeiro e passivo quanto aos desmandos do poder público, não deixou de noticiar o aparente despertar do “gigante adormecido”. Não há bandeiras de partidos, nem de organizações. Um mar de verde amarelo começa a tomar ruas a cada fim de semana.

Confesso uma decepção amarga com os rumos que o país está tomando e me sinto impotente. Estudar, conhecer, mas como efetivamente atuar nestas estruturas decadentes e corruptas?

03 de fevereiro deste ano de 2014.

A foto de Yvonne Bezerra de Mello voltou a estampar os jornais da cidade do Rio de Janeiro. Agora ela está sentada ao lado do adolescente negro, que foi encontrado nu, preso a um poste, pelo pescoço, por uma trava de bicicleta. Ela o vestiu e permaneceu no local para garantir-lhe a segurança até a chegada dos bombeiros para soltá-lo. E novamente ouviu hostilidades. E a mesma pergunta: por que defendê-lo, se ele continuará “roubando”?

Se há algo que a artista plástica observa em seu trabalho com as crianças, desde a Candelária, é o estigma. É como se existisse um fator pré-determinante de que todas as crianças que nascem nas áreas pobres da cidade fossem destinadas ao crime: “Nem toda criança pobre é bandida”.<sup>1</sup> E, quando alguém, como Sandro, protagoniza, frente as câmeras de TV, essa tal tragédia anunciada, os corações mais desesperançados pela ausência de Estado se enchem de certezas. Os ricos que se sentem vítimas da violência cometida pelos pobres – assaltos, sequestros, latrocínios – querem defender seu patrimônio, nem que para isso seja preciso agir com violência, segregando-os com uma política cada vez mais higienista, varrendo da paisagem de cidade os “pobres criminosos”. Já os pobres, porque nunca serão ouvidos, porque já nascem condenados a determinados atos, não veem outra escolha. Serão sempre os injustiçados e nada tem a perder.

1. MELLO, Yvonne Bezerra de. “Entrevista do Mês”.

Disponível em: <http://revistamarieclair.globo.com/Marieclair/0,6993,EML1695209-1739,00.html>

24 de fevereiro de 2014.

Programa Roda Viva, da Tv Cultura: o cineasta e documentarista, José Padilha retoma esses acontecimentos fazendo analogia entre a relação do “parasita” com o “hospedeiro” – entre o Estado e a população brasileira. Lembro seu artigo intitulado “Os parasitas” (2013) escrito para a *Folha de São Paulo*: a população brasileira sustenta vários parasitas desde uma classe política corrupta a uma polícia bárbara, sendo que ambas são estruturas fundamentais do Estado. O que ele quer dizer é que o responsável pela nossa proteção e bem estar é quem vai sugando violentamente a energia e o trabalho da população. Na verdade, este já seria um bom motivo, para um dia, também violentamente o hospedeiro (população) tentar se livrar de seus parasitas (Estado), tal como durante as manifestações de junho de 2013.

Vou buscar o artigo e reflito: afinal o que se pode esperar de um Estado que cobra uma carga tributária enorme e que devolve muito pouco em serviço? “*A educação no Brasil é muito ruim; a saúde pública é horrorosa; a segurança pública, as polícias, os sistemas prisionais são criminosos*”<sup>2</sup>. Mas nós nos ocupamos com as consequências do “apodrecimento” dessas estruturas apenas quando estas estouram na conta Segurança Pública. Ou seja: violência alimenta violência.

2. Transcrição de trecho da referida entrevista de Padilha.

José Padilha nasceu no Rio de Janeiro em 1967, tem formação em Administração de Empresas pela PUC do Rio de Janeiro e estreou no cinema como documentarista/roteirista no filme *Os Carvoeiros* (1999). Descubro ali que seu compromisso com a causa pública começou cedo. Mas foi com o documentário *Ônibus 174* (2002) que se tornou referência nacional e internacional tanto no cinema quanto na mídia. Vou parar aqui e rever o documentário.

27 de fevereiro de 2014.

Agora recupero o documentário: José Padilha foi coletando depoimentos sobre Sandro Rosa do Nascimento, também sobrevivente da Chacina da Candelária (1993)<sup>3</sup>, mas que se tornou mundialmente famoso por sequestrar o ônibus da linha 174 (Central- Gávea) no Rio de Janeiro na tarde de 12 de junho de 2000. Com o argumento de refazer a trajetória de Sandro, unindo as duas pontas de sua vida, infância e juventude, por essas duas tragédias, o diretor vai responsabilizando seu espectador pela violência maior que atingiu Sandro e outros tantos “meninos de rua” e jovens negros e pobres do país, já que fazê-los “invisíveis” é um modo de ignorá-los. Creio eu que a indiferença precede esta invisibilidade.

3. Mais analisaremos esse fato mais a frente.

Detenho-me nos depoimentos coletados. Revejo o do antropólogo e cientista político, Luiz Eduardo Soares<sup>4</sup> que, à época das filmagens, era o ex-coordenador do departamento de Segurança, Justiça e Cidadania do Rio de Janeiro. Percebo claramente que foi, a partir deste encontro se fechou o argumento do documentário *Ônibus 174*, firmando-se a estética de Padilha em seus filmes posteriores com temas que envolvem a relação estreita entre violência e política. Outras esferas, além da literatura, vem baseando na construção de narrativas e na tomada que se pode fazer dessas narrativas o recurso para construir no leitor, no espectador, o sentimento de indivíduos responsáveis pelos acontecimentos, “por atos e omissões” .

4. Atualmente, Luiz Eduardo Soares é professor da UERJ Universidade do Estado do Rio de Janeiro e co-coordenador do curso de pós-graduação em gestão e políticas de segurança pública, na Universidade Estácio de Sá.

03 de março de 2014.

Padilha esteve nos Pilotis da Puc várias vezes e deste modo, formal ou informalmente acompanhei alguns movimentos dos filmes posteriores a este. Soube então que ainda durante as filmagens de *Ônibus 174*, ele mantivera contato com policiais comuns e policiais do Batalhão de Operações Especiais/BOPE que ajudaram nas negociações de resgate dos reféns do ônibus e que se abriram para contar ao diretor sobre as dificuldades de ser policial honesto no Rio de Janeiro: os baixos salários, a corrupção que traz um histórico de desgastado da instituição policial diante da população, a falta de investimento em cursos e treinamento, que se pode acompanhar ao vivo, no fim trágico do sequestro do ônibus que saindo da PUC, levou para morte a professora Geísa Firmo Gonçalves.

Dois desses policiais com quem Padilha teve bastante contato foram André Batista e Rodrigo Pimentel. E desse diálogo com o diretor nasceu o roteiro do filme *Tropa de Elite: missão dada é missão cumprida*. (2007) e *Tropa de Elite 2: agora o inimigo é outro* (2010)<sup>5</sup>, com passagens pelos pilotis tão conhecidos da universidade católica.

Concomitantemente, Luiz Eduardo Soares organizava também com esses policiais, André Batista, Rodrigo Pimentel e Cláudio Ferraz os livros *Elite da Tropa 1* (2005) e *Elite da Tropa 2* (2010). Lendo e vendo percebo que ambos, diretor e antropólogo, tinham em mente, com clareza, levar a público o panorama do embate entre a força policial com do tráfico de drogas, somados à força perversa da política.

5. O filme *Cidade de Deus* (2002), baseado na obra homônima de Paulo Lins, com direção de Fernando Meireles inaugura a temática sobre a violência causada do tráfico de drogas e a origem do crime organizado nas favelas cariocas. Porém, *Cidade de Deus* não entra em análise aqui, porque o foco é construção narrativa baseada na obra do antropólogo e cientista político Luiz Eduardo Soares por quem José Padilha será bastante influenciado, como se verá mais a frente.

09 de março de 2014.

Para a memória desta pesquisa em que me debruço, preciso fazer uma pausa e incluir alguns dados sobre o BOPE. Vou à página da corporação. O Bope é uma força de intervenção da Polícia Militar do Rio de Janeiro criada para atuar em situações críticas, é a reserva tática de pronto emprego da Corporação. Desde 1978 já havia uma força tática da PMRJ criada pelo Capitão César Amêndola de Souza, chamada de Núcleo da Companhia de Operações Especiais, para atender a necessidade de um núcleo capaz de operar com táticas de “guerra”, no caso a “guerra urbana” que começava a se desenhar no Rio devido ao tráfico de drogas. Depois de levar várias siglas ao longo dos anos, esse núcleo de operações especiais, em 1991, é rebatizado e reformulado como BOPE.

No documentário *Notícias de uma guerra particular* (1999) do diretor João Moreira Salles mostra ao público a forma de ação do BOPE nas favelas do Rio e sua importância na retomada de territórios/comunidades que antes vivem sob o domínio de traficantes. Salles observa e recolhe material, por dois anos, do cotidiano dos moradores do Morro Santa Marta, favela localizada em Botafogo, Zona Sul do Rio de Janeiro, sobre a convivência desses com a violência gerada a partir dessa “guerra particular”. É interessante que o documentário já demonstra, pelas palavras do então, na época, Capitão Rodrigo Pimentel, que apenas a retomada desses “territórios”, sem nenhuma preocupação ou direcionamento de políticas públicas por parte do Estado, como a chegada de serviços básicos, (por exemplo, de água encanada, esgoto, luz, escolas, postos de saúde para seus habitantes), pouco adianta no combate ao tráfico, porque se trata apenas de uma ação paliativa.

A importância de implantação desses serviços é a sinalização de reconhecimento da cidadania, por parte do Estado, aos que vivem nessas áreas. Ou seja, a recuperação da autoestima e a desestigmatização dos moradores do morro. Essa política hoje faz parte do plano de “pacificação” das favelas cariocas nas áreas retomadas pelo BOPE. A primeira Unidade de Polícia Pacificadora /UPP foi implantada no Morro Santa Marta em 19 de dezembro de 2008. Além do

objetivo de segurança e policiamento dessas áreas retomadas, a “pacificação tem como objetivo promover a aproximação entre essa nova polícia comunitária e a população. Apesar do êxito em alguns pontos, como foi dito, de recuperação da autoestima dos moradores, da formulação de um plano urbanístico para as favelas, e a valorização imobiliária das áreas pacificadas e do entorno, outros problemas de segurança pública “surgiram” ou “permaneceram” como a arrogância e usurpação de poder por parte dos policiais das UPPs de acordo com os casos divulgados pela mídia como o “desaparecimento” do ajudante de pedreiro Amarildo Dias de Souza no dia 14 de julho de 2013 na Rocinha em que alguns policiais da UPP estão envolvidos.

12 de março de 2014.

Procuro mais textos escritos ou entrevistas registradas do cineasta e do antropólogo. No artigo “*O que pode a linguagem?*” publicado no site do próprio antropólogo, Luiz Eduardo Soares e José Padilha escrevem sobre o objetivo dessa parceria, o que também justifica meu interesse na leitura desta dupla. Copio:

*Sob 4.329 mortes provocadas por ações policiais nos últimos quatro anos, no estado do Rio, muitas das quais ocultando execuções, está em curso a afirmação repetida de um padrão institucionalizado, de uma cultura corporativa, de uma política. A maioria desses atos é praticada por indivíduos tão normais quanto podem ser, em média, cidadãos de nosso país: pais de família, estudantes universitários, religiosos, dotados do juízo mediano que caracteriza o senso comum. Aqueles que perpetraram essa barbárie justificam seus atos recorrendo ao estoque de valores disponível em nossa cultura, adaptando o inominável às expectativas éticas que organizam os discursos correntes. Essa estranha e oblíqua operação naturaliza o abominável. O corpo do outro, desprovido de subjetividade e valor intrínseco, reduz-se a meio e objeto sobre o qual o poder se exerce.*

*Mas essa experiência tem de ser aceitável para seu protagonista, não só para a sociedade. É indispensável adaptá-la a uma visão de mundo que a justifique. Livro e filme buscam desvelar essa operação adaptativa e essa visão de mundo, focalizando-as a partir de seu interior e de seus mecanismos cotidianos, conduzindo leitor e espectador ao fundo mais sombrio de suas possibilidades emocionais e simbólicas<sup>6</sup>*

Anoto: não é meu objetivo analisar toda filmografia de José Padilha, mas não posso deixar de associar e formular que a contribuição de Luis Eduardo Soares traz à série *Tropa de Elite* o conceito de “justiça como lealdade expandida”, do filósofo norte americano Richard Rorty, na composição de seu protagonista, o capitão do BOPE, Roberto Nascimento, interpretado pelo ator Wagner Moura.

6. SOARES, Luiz Eduardo; PADILHA, José; “O que pode a linguagem?” in <http://www.lui.eduardosoares.com/?p=180>

15 de março de 2014.

Volto a esta questão depois de rever os filmes e as críticas publicadas. No primeiro, o Capitão Nascimento é leal ao seu Batalhão e à sua missão. Leal ao ponto de o filme ser bastante criticado por fazer apologia ao abuso de poder praticado e da tortura pela polícia. Penso diferente: que os autores querem apontar que qualquer um poderá cometer atos de violência se não se identifica com outro, se a sua lealdade se restringe apenas aos “iguais”. Seria por acaso que Padilha também abre o filme *Tropa de Elite 1* com uma epígrafe de Stanley Milgran?

*“A psicologia social deste século nos ensinou uma importante missão: usualmente não é o caráter de uma pessoa que determina como ela age, mas sim, a situação na qual ela se encontra”.*

Creio que o mote seria o de tornar o BOPE em uma “máquina de guerra incorruptível” e para isto seus soldados não serviriam por razão, mas pela emoção, pela paixão de servir. Aí justo neste ponto, o texto de Padilha me parece intrincado com o que Luiz Eduardo Soares no livro *Elite da Tropa 1* usa para fazer entender ao seus leitores a necessidade de mostrar a lealdade de forma simples e maniqueísta:

*Qual o antídoto para a corrupção? Na história do BOPE foi uma só: orgulho. Orgulho pessoal e profissional. Respeito ao uniforme negro. Antes a morte que a desonra (...). Ser membro do BOPE, partilhar dessa identidade converteu-se no patrimônio mais valioso. Autoestima não tem preço. Portanto, não se negocia.*

*Quem escala o Himalaia não se agarra ao dinheiro. O maratonista não corre atrás do lucro. O guerreiro, que estende o risco ao limite extremo, não mira o pagamento. O alvo é a glória, recompensa muito maior que os bens materiais. O monge que fustiga o corpo não quer levar vantagem. A ambição é mais elevada: o contato com o sagrado<sup>7</sup>.*

No BOPE, ainda na primeira formação, no final dos anos 90, Capitão Nascimento, narrador do filme, também diz que o que faz bons profissionais é o respeito, a autoestima e a lealdade entre os seus pares. Esse é o ideal de justiça no

7. SOARES, Luiz Eduardo. PIME NTEL, Rodrigo. BATISTA, Elite da Tropa. André. Luiz Eduardo Soares (org.). Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. p.7-8.

combate ao crime por tráfico de drogas nas favelas do Rio de Janeiro, “*conduzindo leitor e espectador ao fundo mais sombrio de suas possibilidades emocionais e simbólicas*” Ao mesmo tempo vai ficando claro para mim, que nós, sociedade civil, também temos nossa parcela de culpa nesse tipo de crime.

Em *Tropa de Elite 2: agora o inimigo é outro* (2010) Capitão Nascimento, mais velho, conhecido como coronel Nascimento, vira subsecretário de segurança pública e traça planos para fazer o Batalhão de Operações Especiais crescer. A história agora se passa nos anos 2000. Mas eu entendo que, o então coronel, começa a ter seu ideal de Justiça questionado por outras instâncias e pela população, e passa a se desconstruir no meio da narrativa para o conceito de “justiça como lealdade ampliada”.

Anoto a fala de abertura do personagem:

Coronel Nascimento: *Eu tentei salvar minha família. E coloquei um cara confiável no meu lugar. Não deu certo. E eu voltei. Fiquei no BOPE por muitos anos, comandi a unidade, lutei até o fim. Eu iria estar no BOPE até hoje se não fosse o que aconteceu na penitenciária, Laércio da Costa Peregrino, mais conhecida como “Bangu I”. É lá que vão parar os chefões do tráfico, os caras que a polícia pegava e não executava por que tinham grana para perder. Cada comando [facção criminosa] ficava em uma área isolada. Se deixasse misturar: “vagabundo se matava”. Sabe o que eles faziam lá dentro? O mesmo que faziam aqui fora: viviam em guerra disputando o controle do tráfico na cidade. Por mim: o certo era fechar a porta, jogar a chave fora e deixar os caras se trucidarem lá dentro. Só que tem muito intelectualzinho de esquerda defendendo vagabundo. O pior é que esses caras fazem a cabeça de muita gente.*

Revejo a cena: sobre a voz do narrador-coronel segue a cena com o discurso questionador e foucaultiano, para uma classe de alunos universitários, do personagem Diogo Fraga, professor de História e vereador militante na Defesa dos Direitos Humanos, interpretado pelo ator Irandhir Santos:

Diogo Fraga: *O mais insano disso que a gente vem discutindo é que prisão hoje é um lugar extremamente caro para tornar as pessoas piores. Para vocês terem uma ideia a população carcerária brasileira em 1996 era 148 mil presos. Hoje, dez anos depois, a população é de mais de 400 mil presos. É mais que o dobro. É quase o triplo. Eu fiz uma conta perversa e que, evidentemente não serve, imagina professor de História fazendo conta! Mas essa aqui eu faço questão de compartilhar com vocês. Eu percebi que a população carcerária brasileira dobra em média a cada oito anos, enquanto que a população brasileira dobra a cada cinquenta anos. Se continuarmos com isso no ano de 2081 a população brasileira*

*será de 570 milhões. Ou seja: seus filhos, seus netos e bisnetos. Enquanto que a população carcerária brasileira será de 510 milhões. Ou seja: seus filhos, seus netos e bisnetos...90% dos brasileiros vão estar na cadeia. Já imaginaram? Era essa a aposentadoria que vocês pensavam? Mas não se preocupem, que essa situação melhora: em 2083, todos os brasileiros estarão morando aqui neste condomínio de luxo. [O professor aponta para a maquete do complexo penitenciário Bangu I, o primeiro presídio brasileiro de segurança máxima]. Aqui dentro estão os considerados os quarenta caras mais perigosos do Rio de Janeiro. Quarenta. O Ali Babá está fora: no palácio.*

Rio de Janeiro, 16 de março de 2014.

Como José Padilha é conhecido por seu cinema documental, embora a série *Tropa de Elite* tenha a licença de uma ficção, no segundo filme, ele promove o encontro entre os personagens de ficção e seus reais inspiradores. Nesta cena, durante a explanação de Diogo Fraga, a câmera percorre a plateia atenta e passa pelo rosto hoje bastante conhecido do deputado estadual do Rio de Janeiro, Marcelo Freixo (PSOL). No desenrolar do filme, Fraga irá presidir a Comissão Parlamentar de Inquérito das Milícias/CPI das Milícias que investiga o envolvimento de parlamentares com grupo paramilitares que passaram a ocupar as áreas onde os traficantes foram expulsos pelo BOPE. Em sua carreira política, o deputado Marcelo Freixo, em 2008, realmente presidiu essa CPI que cassou o deputado Álvaro Lins e desmontou o esquema de atuação criminosa das milícias no Estado do Rio de Janeiro. Por medida de segurança, Freixo teve de se exilar, devido às constantes ameaças de morte neste período, já que seu irmão Renato Freixo já havia sido assassinado em 2006.

Outro encontro entre personagens reais e ficcionais promovido pelo diretor é o do Coronel Nascimento e o ex-capitão do BOPE Rodrigo Pimentel quem, declaradamente, Padilha afirma ter inspirado seu personagem. Na cena, Nascimento entra em um restaurante e Pimentel, como civil, cumprimenta-o por seu excelente desempenho no BOPE.

Rememoro a sequencia: o celular de Fraga/Freixo toca e ele é intimado pelo governador do Estado do Rio de Janeiro a mediar as negociações de uma rebelião com reféns em Bangu I. Porém o BOPE sob o comando do Coronel Nascimento e do Capitão Matias já está a postos para invadir o presídio. Com as ordens do mesmo governador. Cauteloso com a opinião pública, o governador resolve acionar Fraga que, além de professor, é vereador e ativista na Defesa dos Direitos Humanos. Estrategicamente, a polícia entraria no presídio para debelar a rebelião, mediada pelas negociações de Fraga, assim não poderiam culpar o governador por um novo “massacre do Carandiru”.

18 de março de 2014.

Em jornais do Arquivo da Biblioteca Nacional, está a explicação do comentário. O “Massacre do Carandiru” ocorreu em 02 de outubro de 1992 na Casa de Detenção de São Paulo conhecida como “Complexo Carandiru, desativado e implodido. A intervenção militar comandada pelo coronel Ubiratã Guimarães, que teve morte não esclarecida em 2006, recebeu ordens para entrar no presídio e assassinar os presos “rebelados”. A chacina repercutiu no mundo inteiro pela morte de 111 presos desarmados. Os sobreviventes dizem que o número de mortos foi maior. O julgamento foi feito em etapas entre abril e agosto de 2013 com a condenação de alguns militares. O governador Luiz Antônio Fleury Filho, governador à época do massacre, diz não ter dado ordem de entrada no complexo.

Porém, a operação é mal sucedida e o presidiário com o qual o professor negociava é morto pelo BOPE, diante das câmeras de TV, que entrevista o professor-vereador-ativista:

*Diogo Fraga: Uma carnificina total foi o que aconteceu lá dentro. O governador vai ter que explicar como ele prometeu para mim que não ia haver massacre. Para imediatamente depois o Coronel Nascimento e o Capitão Mathias, entrarem e executarem os presos a sangue frio. Foi uma execução. Não houve tempo para negociação. As balas entraram primeiro. O BOPE entrou única e exclusivamente para matar. E matou. Fez o que está acostumado nas favelas do Rio de Janeiro: uma limpeza étnica, uma limpeza social. É para isso que eles são pagos. O BOPE hoje foi covarde no presídio assim como ele é covarde nas comunidades. Eu gostaria, uma vez que fosse, que o BOPE prendesse um traficante em um condomínio de luxo [...]. O que não podemos admitir é que um representante do Estado seja mais violento do que aqueles que a gente acha que estão no presídio por serem violentos. É um absurdo! Isso está virando cotidiano. Isso está virando habitual. Ninguém acha estranho uma polícia cujo símbolo é a caveira, cujo símbolo é a morte. Eu acho inexplicável.*

Recordo o filme e volto a refletir sobre o roteiro construído por essas duas pessoas distintas, um cineasta e um antropólogo, que usam da estética narrativa para convocar uma reflexão ética e política .

19 de março de 2014.

Fui reler Richard Rorty para me entender no meio dos filmes, livros, personagens face às ciências sociais. A mim me parece que há um fio claro que permeia o pensamento crítico de Luiz Eduardo Soares e de José Padilha e este é o trabalho do filósofo norte americano.

Rorty foi orientador de pós-doutorado em filosofia política de Luiz Eduardo Soares na Universidade da Virgínia entre 1995 e 1996. Vejo que é sobre o pensamento de Rorty que se delineia a maior parte do trabalho de Soares acerca de políticas públicas e a quem o cientista político expressa sua gratidão. Quando do falecimento do filósofo, em julho de 2007, Soares faz sua homenagem, expressando sua leitura sobre a obra de Rorty. Copio:

*A obra de Rorty abriu para mim, como para tantos, em todo o mundo, um horizonte extraordinário. Seu pragmatismo liberal-crítico, seu anti-essencialismo libertário, mas dialógico e democrático, mostrou um caminho riquíssimo. Para minha vida pessoal e profissional, foi também decisiva sua aposta na literatura, no cinema, no jornalismo literário, na etnografia como as formas mais potentes na construção de um consenso global mínimo em torno dos valores da paz, da justiça e da liberdade. O século XXI seria a era da construção dialógica de valores a partir da disseminação de empatia humana, para além de fronteiras e nacionalidades.*

*Nesse contexto, os "Tratados Filosóficos", que marcaram os últimos três séculos, tenderiam a dar lugar à produção de histórias de vida, capazes de sensibilizar a opinião pública para o sofrimento alheio e mobilizar as sociedades para a única finalidade que vale a pena: reduzir o sofrimento humano. Voltei ao Brasil, em 1997, disposto a retomar o tema da violência, ao qual vinha me dedicando havia cerca de dez anos, mas não mais apenas pela via de pesquisas acadêmicas. Decidi meter a mão na massa e nos vespereiros, aprender com os erros, errar de novo, conviver com os outros, escutar sem julgar, compreender o abjeto, e escrever livros sujos dessa matéria impura e fértil. Rorty esteve presente em tudo o que fiz. Se algo tiver sido útil, que sirva de homenagem à sua memória. De Virginia, onde estive, a Nova Iguaçu, onde estou, corre uma linha sutil que assinala alguma coerência: a inspiração de Rorty.*

[...]

*Considerava a democracia liberal de tipo socialdemocrata superior às ditaduras, mas não acreditava que sua escolha pudesse fundamentar-se exclusivamente na razão, com R maiúsculo, porque as razões são cultural e historicamente moldadas. Essa superioridade teria de ser construída na prática do discurso e da política, no sentido de que demonstrá-la deveria constituir um objetivo a atingir e não um*

*pressuposto a descortinar. Nada menos relativista. Os Direitos Humanos, por exemplo, não é uma exigência da razão ou da natureza humana, mas um projeto a ser construído. Esse zigue-zague driblava expectativas e embaralhava classificações*<sup>8</sup>.

Volto ao romance *Elite da Tropa 2*: Soares abre com uma epígrafe, de Richard Rorty,— “justiça e lealdade são coisas diferentes, ou as demandas da justiça são apenas as demandas de uma lealdade mais ampla?”

Releio atentamente o artigo “Justiça como lealdade expandida”<sup>9</sup> de onde essa epígrafe foi retirada. Rorty diz que não faz ideia se existe uma resposta correta para essa pergunta, mas pode lançar algumas questões sobre. Na contramão do pensamento kantiano, por exemplo, que estabelece a razão para a justiça e a lealdade para os sentimentos, valorizando sempre a primeira como a “única capaz de impor obrigações morais e incondicionais, daí é nossa obrigação sermos justos” (p.104), ele diz que nossa “obrigação” nasce de nossas relações de afetos, quer dizer, da lealdade. Primeiro nos sentimos leais a um grupo menor como, por exemplo, nossos pais e irmãos, depois para com um grupo maior com o qual nos identificamos e construímos laços com o tempo, vizinhos, colegas da escola, conterrâneos e por aí segue como um círculo em expansão até a ideia de “obrigação moral” estender-se para todos aqueles que como nós, experienciam a dor. Quer dizer, estende-se para fora do círculo humano para todo o vivo, como animais, e plantas, antecipando uma virada ecológica atualizada.

Busco as notas e referências que ele usa. Os filósofos contemporâneos com os quais Rorty se alinha para desenvolver esse argumento são Annette Baier, Charles Taylor, Alasdair MacIntyre e Michael Walzer. Do último, lemos a advertência para ter cuidado com os termos como “razão” e “obrigação moral universal”, porque ao contrário de Kant, Walzer acha que a moralidade começa caudalosa e, com o tempo, vai se tornando rala para ocasiões específicas e que a linguagem moral é voltada justamente para essas ocasiões: por exemplo, no caso de uma guerra em que a comida é escassa, a probabilidade de dividirmos nossas provisões com um estranho é quase nula, já que temos nossos filhos ou nossa família para alimentar primeiro sem que nenhum dilema se estabeleça. No entanto, outro caso poderá ocorrer de prestamos um falso testemunho a favor de um parente ou amigo; porém, se a falta que acobertamos com certeza prejudicar

8. SOARES, Luiz Eduardo, “O pensamento de Richard Rorty e seu exemplo de vida” in [http://amaivos.uol.com.br/amaivos2015/?pg=noticias&cod\\_canal=55&cod\\_noticia=8775](http://amaivos.uol.com.br/amaivos2015/?pg=noticias&cod_canal=55&cod_noticia=8775)

9. RORTY, Richard. *Pragmatismo e Política*. Trad. Paulo Ghiraldelli Jr; São Paulo: Martins 2005.

alguém inocente, então se inicia, dentro de nós, o dilema entre lealdade e justiça que sempre irão existir.

Observo que é de Annette Baier a consideração tida por Rorty como fundamental para o andamento de qualquer relação social comum, projeto de vida comunitário ou solidário, e que se reflete nos trabalhos de Luiz Eduardo Soares como nos de José Padilha - é a relação de confiança recíproca. Baier defende que a moralidade também não se inicia como obrigação, mas com os laços de confiança que vamos estabelecendo e diz:

*Comportar-se moralmente é fazer o que surge com naturalidade ao relacionar-se com os pais e os filhos crianças ou membros do clã. Isso equivale a respeitar a confiança que depositam em nós. A obrigação como oposição à confiança entra em cena apenas quando a lealdade para um grupo menor entra em conflito com um grupo maior<sup>10</sup>.*

10. Idem, p. 105-106.

Sob essa perspectiva os dilemas morais não são conflitos entre razão e sentimento, como descreve Kant, mas entre lealdades, entre eus alternativos, autodescrições, que dão sentido à vida individual. Uma vez que o indivíduo passe a ser desleal ao seu grupo ou àquilo no que ele acredita, já não poderá continuar mais sendo o mesmo, perdendo-se, portanto, do seu centro de gravidade narrativa.

Acompanho Rorty dizendo que, em sociedades não tradicionais, a maioria das pessoas tem várias narrativas e, portanto, várias identidades morais, o que fará com que ela se identifique com o maior número de grupos e situações possíveis. E é essa pluralidade de identidades que explica a extensão e a variação de dilemas morais, filosóficos morais e romances psicológicos.

Este parece ser o solo em que Padilha e Soares vão construindo seus trabalhos. Padilha, nos dois longas-metragens de *Tropa de Elite*, encontra um narrador que vai se (re)construindo à medida em que seus conflitos e suas lealdades são postas à prova. Volto ao diário do dia 19 de março e confiro.

Cada discurso de personagens é um ponto de vista diferente que vai atravessar e modificar o narrador, Coronel Nascimento. Aí se confirma a atenção obsessiva de Padilha por narrativas, principalmente pelo fato de ser um bom

leitor, como confessou já algumas vezes que para ele o cinema é, antes de tudo, uma arte narrativa e, depois, visual.

Se quiser falar de Literatura como parte de política públicas de educação ou de políticas de leitura, nada mais justo que me dispor a compreender a organização estrutural da obra de um cineasta com um forte engajamento político, comprometido com seu país e para quem a leitura e a Literatura são pilares fundamentais de sua criação. Visivelmente, o narrador é uma peça chave, porque ter um lugar de fala é um ato político, um ato de (re)existência.

20 de março de 2014.

Este diário afinal recolhe minhas leituras, as ideias cruzadas que povoam o tema de que quero tratar. Aí vem a qualificação e a bolsa sanduíche no Uruguai em que vou aproximar esta visada do Rorty, na obra de Martha Nussbaum. Revejo esta questão do narrador para postular o papel da narração de cunho ficcional na construção de discursos capazes de politizar uma discussão de caráter social, econômico ou jurídico. Acho que posso articular o que li de Walter Benjamin com a questão posta.

Dizem que alguns meses depois da sua morte, que se deu na virada da noite de 26 para 27 de setembro de 1940, Hannah Arendt foi ao cemitério de Port Bout, cidade na fronteira entre a Espanha e a França, em busca de algum vestígio do filósofo, mas não encontrou nada: nome ou restos mortais. Quem conta este fato é uma das maiores estudiosas de Benjamin, Jeanne Marie Gagnebin<sup>11</sup> com o acréscimo de que, depois da guerra, várias outras pessoas também foram atrás, interessadas em fazer as honras e ver os últimos rastros de do filósofo. Até que a administração do cemitério resolveu improvisar um túmulo qualquer.

É intrigante que para o autor de “*O Narrador*”<sup>12</sup>, “*a morte é a sanção de tudo que o narrador pode contar. É da morte que deriva sua autoridade.*” (p.208), mas de sua morte, ficou apenas uma lenda. Talvez dessa ausência, do não estar, que é a morte, se tenha acesso ao que ele deixou. Algumas vezes visionário, místico outras, otimista demais como em “*A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*” em que vê na cultura de massa a saída para a difusão da Arte e do conhecimento; em “*O Narrador*”, ensaio que me interessa, Benjamin parece antever a tragédia que já se anunciava em 1936 na Alemanha, o colapso que foi a Segunda Guerra Mundial, principalmente para os judeus, como ele.

Benjamin declara o fim do narrador pelo mutismo dos soldados que chegaram dos campos de batalha, ainda na Primeira Guerra Mundial, sem conseguir proferir nenhuma palavra sequer sobre a barbárie que presenciaram. Embora, dez anos mais tarde tenham surgido livros sobre o assunto, já não se podia mais classificar como experiência:

11. GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Walter Benjamin: os cacos da história*. Tradução: Sônia Salzstein, Brasiense: São Paulo, 1982.

12. “O Narrador: considerações sobre a obra de Nolai Leskov” (1936) in BENJAMIN, Walter; *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad: Paulo Sérgio Rouanet, 7ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

*E o que se difundiu dez anos depois, na enxurrada de livros sobre a guerra, nada havia em comum com uma experiência transmitida de boca em boca. Não havia nada de anormal nisso. Porque nunca houve experiências mais radicalmente desmoralizadas que a experiência estratégica pela guerra de trincheiras, a experiência econômica pela inflação, a experiência do corpo pela guerra de material e a experiência ética pelos governantes*<sup>13</sup>.

13. Idem, p.198.

Experiência, segundo, Benjamin, é aquilo que é passado por uma pessoa que busca passá-la a outra, fonte a qual recorrem os narradores. Entre as narrativas escritas, ele classifica como melhores as que em nada se distinguem das orais. Porém, restringimos a utilização de “O Narrador” à escuta do Outro. O filósofo, diversas vezes neste ensaio, apresenta posições essencialistas, como a busca pela “verdadeira narrativa” ou “narrativa pura”. Ou sobre quem seriam os verdadeiros narradores. Para Benjamin, por exemplo, as histórias da tradição oral judaica que se oferecem como chaves para conselhos ou sabedoria são narrativas verdadeiras. Elas existem por si e delas tiramos conclusões. Os contos de fadas também são narrativas verdadeiras por sua “moralidade”.

Longe da “essência verdadeira” de coisas ou julgamentos, meu olhar sobre Benjamin recai sobre a fratura que a violência causada pela Primeira Guerra Mundial, de 1914 a 1918, provocou no curso da História e no olhar das gerações futuras sobre a vida e a morte. Penso numa geração que ainda foi à escola num bonde puxado a cavalos, que se encontrava ao ar livre, estava muda. De repente, teve de se adaptar às novas tecnologias que, mais tarde, desembocariam em um segundo colapso curso da História ao qual, o próprio Benjamin não sobreviveu.

Dessa fenda, provocada pela Primeira Guerra, creio que surge com mais força o discurso de exaltação à tecnologia, à aceleração do tempo, ao poder da máquina, o que já vinha se expressando na literatura dos manifestos literários como o Futurismo, de 1909, por Marinetti ou o Dadaísmo de Tristan Tzara, em 1918<sup>14</sup>. Para Benjamin essas novas tecnologias também moldavam o pensamento, provocando a morte da experiência e do narrador. Eu o encontro citando Paul Valéry:

*Antigamente o homem imitava essa paciência, prossegue Valéry. Iluminuras, marfins profundamente entalhados; pedras duras, perfeitamente polidas e claramente gravadas; lacas e pinturas obtidas pela superposição de uma quantidade de camadas finas e translúcidas...– todas essas produções de uma*

14. TELES, Gilberto Mendonça; *Vanguarda europeia e modernismo brasileiro: apresentação dos principais poemas metalinguísticos, manifestos, prefácios e conferências vanguardistas, de 1857 a 1972* – 20ª Ed – Rio de Janeiro: José Olimpyo, 2012.

*indústria tenaz e virtuosística cessaram, e já passou o tempo em que o tempo não contava. O homem de hoje não cultiva o que não pode ser abreviado. Com efeito, o homem conseguiu abreviar até a narrativa<sup>15</sup>.*

15.  
BENJAMIN:  
1994, p.206.

Releio Benjamin para entender como sua experiência faz com que valorize o tempo da reprodutibilidade técnica e ao mesmo tempo o lamente. E vejo que percebe também a mudança no tempo trazendo mudanças para a morte, segundo ele, a autoridade máxima da experiência:

*A ideia da eternidade sempre teve na morte sua fonte mais rica. Se essa ideia está se atrofiando, temos que concluir que o rosto da morte deve ter assumido outro aspecto. Essa transformação é a mesma que reduziu a comunicabilidade' da experiência à medida que a arte de narrar se extinguiu [...].*

*Morrer era antes um episódio público na vida do indivíduo, e seu caráter era altamente exemplar. (...) Hoje, a morte é cada vez mais expulsa do universo dos vivos. Antes não havia uma só casa e quase nenhum quarto em que não tivesse morrido alguém (...). Hoje, os burgueses vivem em espaços depurados de qualquer morte e, quando chegar a sua hora, serão depositados por seus herdeiros em sanatórios e hospitais. Ora, é no momento da morte que o saber e a sabedoria do homem e, sobretudo, sua existência vivida – e é dessa substância que são feitas as histórias – assumem pela primeira vez uma forma transmissível. (...). Assim o inesquecível aflora de repente em seus gestos e olhares, conferindo a tudo o que lhe diz respeito, aquela autoridade que mesmo um pobre-diabo possui ao morrer, para os vivos ao redor. Na origem da narrativa está essa autoridade<sup>16</sup>.*

16.BENJAMI  
N: 1994,  
p.207-208.

Amanhã é um dia decisivo: qualificação!

30 de março de 2014.

Qualificação aprovada.

As observações da banca podem me ajudar bastante a retomar o foco da leitura que venho fazendo entre delinquência e políticas públicas de formação do leitor. Retorno ao documentário de José Padilha que conectou meus interesses.

Sandro Rosa do Nascimento, um dos sobreviventes da Chacina da Candelária que ocorreu no Rio de Janeiro em 1993. Apelido: Mancha. E com várias passagens pela polícia. Sua existência só passa a ter importância para a sociedade brasileira naquela tarde de 12 de junho de 2000, sete anos depois.

O filme começa com imagens aéreas da Zona Norte do Rio, focalizando as favelas crescendo pelas encostas dos morros. Ouvimos depoimentos de pessoas que “conviveram” com Mancha. Cada um conta sua história, suas narrativas individuais: por que foram “viver” nas ruas; como se sentem agora, já adultos, mas ainda nessa mesma situação (ou não) e se ainda há alguma possibilidade de sonho. Logo, entra a voz de um policial do BOPE dizendo que foi contatado pelo rádio, porque havia na Rua Jardim Botânico uma ocorrência com reféns em um ônibus da linha 174. Finalmente, aparece a imagem da câmera de segurança da CET Rio com o posicionamento do veículo e, do lado de fora, alguns policiais que já o cercavam. Ali Sandro virava protagonista.

O depoimento das vítimas, de todas as vítimas, das que passaram horas de sob a mira do revólver de Sandro e das que se encontram em situação de rua desde a infância, é a forma que Padilha encontra para expor aos seus leitores/expectadores até que ponto a crueldade e a indiferença pode fazer estrago de uns para com os outros. O policial do BOPE, treinado em técnicas de negociação, vai tentando organizar o discurso do “assaltante” para conseguir chegar a um consenso na liberação dos reféns. Revejo a cena outra vez: não aparecem nos créditos do documentário o nome de cada uma das pessoas que falam no filme, quer seja do especialista em segurança pública, do policial perito em ocorrências daquele tipo, nem dos que tiveram contato com Sandro nas ruas

ou dos reféns. Porém, reconheço alguns rostos como o do antropólogo Luiz Eduardo Soares, (na época subsecretário de Segurança Pública do governo de Garotinho), da ativista de Direitos Humanos e artista plástica Yvonne Bezerra de Mello quem trabalhava com as crianças da Candelária em 1993, e inferir o nome dos reféns: Luciana Carvalho, Janaína Neves, Damiana Nascimento Souza e Willians Moura. Imagino que essa falta de “créditos” pode ter sido utilizada para manter o foco da narrativa apenas na da história de Sandro. Será mesmo? Ou a indecisão entre fatos e ficção estaria em jogo|?

A mãe de Sandro havia sido assassinada a facadas por estranhos, na frente do filho. Ela era negra, pobre, mãe solteira, apesar de ser proprietária de um pequeno estabelecimento comercial em uma favela na Baixada Fluminense. O crime nunca foi investigado. Sem nenhum apoio psicológico, sem nenhum outro familiar responsável, apesar de possuir uma tia biológica, irmã de sua mãe, que ainda tentou se aproximar do garoto, Sandro juntou-se a uma “gangue de meninos de rua” no Méier e depois tomou o rumo da Zona Sul. Cresceu durante a década de noventa, a mais violenta do Brasil<sup>17</sup> em que 516.000 (quinhentas e dezesseis mil) pessoas foram assassinadas. Dentre elas, as crianças executadas por policiais, em 1993, na Chacina da Candelária, episódio conhecido internacionalmente e ao qual sobreviveu.

Até o final daquela tarde, a vida de Sandro era indiferente para o Estado e para a sociedade. Mas com um revólver velho calibre 38, seis reféns e as câmeras do mundo inteiro apontadas para si, ele teve, por fim, a chance de ser protagonista de uma história, de desempenhar o papel que se esperava dele. As câmeras de TV faziam-no ter o olhar que ele nunca teve. Penso que, se por um lado, a busca da imprensa pela captura da imagem mais “verdadeira” e “real” daquele fato prolongou a vida de Sandro até as primeiras horas da noite (e ele parecia ter consciência disso); por outro, também prolongou a aflição e o medo das seis mulheres que ainda permaneciam ali, dentro do ônibus, como figurantes daquele interminável filme de faroeste urbano.

Foi assim mesmo, quando comparo as imagens da TV naquela tarde e as imagens do filme. Atiradores de elite calculadamente posicionados junto a repórteres de todas as nacionalidades. Eram seis mulheres simples, via-se que

17. Esse número corresponde à fala do historiador Luiz Mir para a série de documentário *Lutas.doc* (2010). Ele diz que nos últimos vinte anos, contando dos anos oitenta aos anos de dois mil, 1.200.000 (um milhão e duzentas mil) pessoas foram assassinadas, colocando o Brasil estatisticamente no ranking dos países mais violentos do mundo, sem nenhuma guerra.

eram pobres ou de classe média baixa. Não faziam o perfil das presas potenciais para furtos ou assaltos. E talvez, por isso mesmo, aquele jogo ficava cada vez mais cansativo e imprevisível. No depoimento de uma delas, que na época tinha apenas 17 anos, tomada de pânico e exaustão, virou-se para Sandro e disse: “*Não sei se você sabe, mas a maior vítima dessa situação aqui é você*”.

Para fechar esse ciclo violento, uma segunda vítima fatal da história, a jovem Geísa Firmo Gonçalves, 21 anos, professora, que devido a imperícia das negociações da polícia, foi atingida por disparos fatais de ambas as partes. Sandro foi rendido, colocado com bastante dificuldade no carro da PM aos gritos de linchamento e foi morto por asfixia pelos policiais que participavam da operação<sup>18</sup>.

Luiz Eduardo Soares observa no próprio documentário que Padilha constrói seu texto, unindo as duas pontas da vida de Sandro: a da uma madrugada de 1993, na Candelária na qual a polícia havia iniciado seu serviço de “limpeza” das ruas do Rio de Janeiro, à finalização, sete anos mais tarde. O antropólogo diz que, de certa forma, essa é uma “limpeza” que nós todos desejamos fazer com as próprias mãos, mas entregamos às instituições como o Estado e à força policial a tarefa, para assim dormir mais tranquilamente.

18. Uma senhora com quem Sandro havia criado laços afetivos e a chamava de Tia conseguiu dar um enterro digno a Sandro, mas apenas ela estava no cemitério ao lado do caixão.

02 de abril de 2014.

Tenho que voltar à minha leitura de Rorty. Ainda em *Contingencia, Ironia e Solidariedade*, o filósofo diz que há dois tipos de livros<sup>19</sup>. O primeiro é pertinente às contingências idiossincráticas que produzem fantasias também idiossincráticas: “Essas são as fantasias que aqueles que buscam a autonomia passam a vida reelaborando (...) para se transformarem em quem são”. O segundo tipo é pertinente às nossas relações: “para nos ajudar a notar os efeitos de nossos atos sobre as outras pessoas” (p. 235). Este filósofo acredita no poder das narrativas. E como Nussbaum que começo a ler, declara que as narrativas ficcionais, como as literárias, carregam o mecanismo capaz de nos tornar menos cruéis. E as separa dentre as que ajudam a ver os efeitos das práticas e instituições sociais sobre os outros. E também como as que nos ajudam a ver os efeitos das nossas “particularidades” privadas sobre terceiros.

Creio que o documentário *Onibus 174* consegue cruzar esses dois tipos provocando-me diversos questionamentos: o que faz o Estado com a proliferação cada vez maior de “Sandros”? Que tipo de crueldade cometemos quando nos defrontamos com essa realidade e...? É isso que José Padilha parece acenar o tempo inteiro durante quase duas horas de filme. Indiferença. Invisibilidade. Incapacidade de reconhecimento do outro. Paul Ricoeur<sup>20</sup>, que li no semestre passado, diria que por isso não há o conhecimento de si. Porque parte de mim é o outro! Curioso isto e bem complexo!

Do ponto de vista de Padilha, a segurança pública no Brasil está – e há bastante tempo – entregue à barbárie. Porém, quando os casos de violência extrapolam as câmeras dos noticiários da TV e as páginas da internet, não só o Estado, como a sociedade civil, marcam suas presenças nos estúdios com cobranças e explicações. Julita Lemgruber,<sup>21</sup> socióloga e ex-diretora geral do sistema penitenciário do Rio de Janeiro, entre 1991 e 1994 durante o governo Brizola, sendo a primeira mulher a ocupar esse cargo. No primeiro ano da gestão Garotinho, criou a primeira ouvidoria de polícia do estado junto à Secretaria de Segurança Pública, mas deixou o cargo em solidariedade a Luiz Eduardo Soares

19. Na parte dedicada a Crueldade e Solidariedade, Rorty analisa Nabokov no detalhe do barbeiro de Kasbean, personagem que está em *Lolita* e que ele se utiliza para mostrar no detalhe desta cena a indiferença e a crueldade do intelectual H.H diante do outro. E comenta sobre Orwell na crítica que ele faz às instituições em 1984.

20. RICOEUR, Paul. *Percurso do reconhecimento*. São Paulo: Loyola, 2006.

21. Julita Lemgruber foi diretora do sistema penitenciário do Rio de Janeiro.

demitido na época. É coordenadora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania/Cecec da Universidade Cândido Mendes.

Lemgruber dá seu diagnóstico em entrevista à *Folha de São Paulo*<sup>22</sup> em janeiro passado, sobre a fragilidade do sistema penitenciário brasileiro e do vídeo dos detentos decapitados no complexo penitenciário de Pedrinhas-MA, que caiu nas redes sociais, como consequência de uma rebelião:

*Isso se repete porque quem é preso no Brasil é preto, pobre, negro, favelado: aquele grupo de pessoas que não tem voz, que são consideradas sem direitos na sociedade. Corações e mentes não se mobilizam pela questão penitenciária. Quando um político diz que a violência está contida nos muros, o que ele está dizendo é: "Não nos preocupemos; pois se eles se matarem o problema é deles". [...] Quando a violência chega a esses níveis insuportáveis, fatalmente transborda dos muros. Vira preocupação quando acontece um grande escândalo, como o dos presos decapitados em Pedrinhas. No dia-a-dia, o que acontece dentro dos muros é completamente ignorado. [...] o que aconteceu no Maranhão e em outras partes do Brasil. Mas como ninguém se preocupa com o sistema penitenciário, essas questões nem chegam à grande mídia. O caso de Pedrinhas acabou chegando porque circulou aquela foto dos presos decapitados. Se a aquela foto não tivesse circulado, até hoje estaríamos fingindo que não se conhece a realidade do sistema penitenciário no Brasil.*<sup>23</sup>

Entre os ensaios de Rorty, seleciono “Direitos Humanos, Racionalidade e Sentimentalidade”, em que trabalha com o exemplo de uma reportagem feita por David Reiff durante a guerra da Bósnia<sup>24</sup> para tratar com a construção de uma ética baseada nas narrativas de reconhecimento. No texto, o repórter diz que “para os sérvios, os mulçumanos não são humanos” pois eram escoltados e colocados dentro pequenos furgões de entrega. Penso que da mesma forma, quatro décadas antes, os judeus também foram carregados em trens de carga como gado. Quero dizer, já havia passado tempo suficiente para o mundo elaborar e discutir acerca desse colapso histórico que foi a II Guerra Mundial e compreender o que chamamos de violação dos direitos humanos. E mesmo assim, com a Declaração de Helsinki sobre a ética e o bem estar humano, de 1968, com uma cultura dos direitos humanos difundida, ainda há separação entre os humanos e pseudo-humanos por ideologias xenófobas, à semelhança das dissonâncias como as entre classes sócio-econômicas .

Voltando à realidade de 1993, havia grupos de extermínio no Brasil, pelo menos os que ficamos sabemos pela grande mídia, como os responsáveis pela

22. Entrevista de Julita Lemgruber à *Folha de São Paulo* publicada em 11/01/04. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ctodiano/2014/01/1396192-situacao-nos-presidios-expoe-guerra-contra-pobreza-diz-sociologa.shtml>

23. Devido à semelhança do tema entre as respostas dadas coloquei-as em um único bloco como texto - a separação está entre colchetes.

24. Guerra da Bósnia: ocorreu entre abril de 1992 a dezembro 1995. Na época, foi o maior conflito armado desde a Segunda Guerra Mundial.

Chacina da Candelária. Por exemplo, a ativista e artista plástica Yvonne Bezerra de Mello, quem primeiro chegou ao local da chacina e encontrou os corpos das crianças mortas, relembra, no documentário de Padilha, que na época foi muito difícil para ela lidar com aquela situação, porque havia programas de rádio sensacionalistas que faziam enquetes para saber se os “Justiceiros” que assassinaram as crianças tinham razão em fazê-lo, e a resposta sempre apontava para o sim: que as crianças em situação de rua, da Candelária, deveriam ter sido mortas, já que ali se encontravam a semente de futuros “bandidos”. Agora Sandro veio reabrir essa discussão.

Mas porque não há identificação entre nossos filhos que dormem em camas macias cuja idade é a mesma dos dormem ao relento? Ou por que os presos decapitados em na Penitenciária de Pedrinhas no Maranhão devem morrer? Eles também não são humanos? Para o antropólogo norte americano Clifford Geertz<sup>25</sup> as mais inoportunas afirmações de humanidade são feitas por humanos em tons de orgulho de grupo. Quando um grupo se distingue entre “nós” e “eles” (os não pertencentes a esse grupo, portanto), eles se tornam “animais” ou qualquer coisa desprezível.

25. GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Trad. Sergio Lamarão. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

06 de abril de 2014.

Recorro de novo a Rorty que diz existir na cultura ocidental uma forte tradição platônica que coloca os humanos numa categoria ontológica acima dos seres “brutos”. Seria a chamada “natureza humana” que faz com que nos reconheçamos como iguais e sejamos gentis uns com os outros. A base *natureza humana* é composta pela moral e pela racionalidade. Começa pelos filósofos platonistas, como São Tomás de Aquino e Kant que foram aperfeiçoando, com o tempo, os conceitos dessa base. O que Rorty acha problemático nesta questão é o essencialismo. A busca pela moral faz com que nos afastemos uns dos outros concedendo a uns, a perfeição, ou seja, a capacidade de entendimento do outro maior que o próprio “Outro” provocando sentimento de comiseração. Da mesma forma, o racionalismo fará de alguns mais cheios de razão, ou capacidade de discernimento e raciocínio que outros. Além disto, o desprezo pelas emoções e pelos sentimentos, justamente, o que, segundo Rorty deveríamos cultivar para melhor (re) conhecimento de nós mesmos e do outro. Por isso, uma Cultura de Direitos Humanos baseada apenas no conhecimento de uma lista deveres e obrigações é fria e perigosa, porque não há empatia, reconhecimento.

Considero: todos sabemos perfeitamente o que é a violação dos Direitos Humanos. Somos bombardeados por essas informações nos jornais, na mídia, mas mesmo assim muitos ficaram aliviados e contentes ao saber que Sandro foi morto asfixiado pelos policiais, os que deveriam guardá-lo para um julgamento formal e livrá-lo de um possível linchamento. Toda operação estava pautada no cuidado de não executar o indivíduo na frente das câmeras de Tv para o mundo, já que não somos um país de bárbaros, mas uma república democrática ocidental. Às escuras, sob a proteção de blecautes nos vidros da viatura policial, a “justiça” foi feita. Mais um “problema social” foi resolvido. Sem nome. Sem passado. Sem história.

Será preciso construir teoricamente a solução para essa “indiferença” substituindo a ideia de “obrigação moral” e considerar a ideia de “confiança” como fundamentação moral. A “confiança” aponta para o cultivo ou progresso dos sentimentos:

*“Essa substituição significaria a disseminação da cultura dos direitos humanos não como uma questão de nos tornarmos mais conscientes das exigências da lei moral, mas como uma questão que [Anette] Baier chama de ‘progresso dos sentimentos’. Esse progresso consiste numa habilidade crescente de enxergar as similaridades entre nós mesmos e as pessoas diferentes de nós como mais importantes do que as diferenças. Isso é resultado do que venho chamando de educação sentimental. As similaridades relevantes são uma questão de compartilhar um self profundo, verdadeiro que instancia a verdadeira humanidade; elas são sim similaridades tão pequenas e superficiais como o ato de acariciar nossos pais e filhos – similaridades que não nos distinguem, de nenhum modo interessante, da maioria dos animais não-humanos”.*<sup>26</sup>

26. RORTY:  
2005, p.217.

Rio de Janeiro, 16 de abril de 2014.

Seguindo esta sugestão de Rorty para substituir a “obrigação moral” pela “confiança”, estamos também tratando de Reconhecimento, palavra chave para toda e qualquer política pública. Para esclarecer a importância do *reconhecimento* como ideia de justiça, passo aos apontamentos do curso sobre a obra do filósofo Paul Ricoeur. Em *Percurso do Reconhecimento*<sup>27</sup>, ele dialoga com a teoria social de Honneth na intenção de questionar a semântica do termo “luta por reconhecimento”, e propõe chamá-lo de “busca por reconhecimento de caráter pacificado”, recorrendo aos “três modelos de reconhecimento intersubjetivo” de Honneth que se colocam sob a égide do amor, do direito e da estima social.

O primeiro modelo de reconhecimento, dado por Ricoeur, é o *amor*, que permeia boa parte das nossas relações: as eróticas, as de amizade ou os familiares, formando então nossos laços afetivos. Esses laços de amor e confiança afirmam nosso grau pré-jurídico de reconhecimento no mundo, pois é com ele que os sujeitos confirmam mutuamente suas necessidades concretas.

Mas é no plano jurídico, de fato, que apreendemos que a palavra “respeito” vai além da proximidade dos laços afetivos:

*Não poderemos nos compreender como portadores de direitos se não tivermos ao mesmo tempo conhecimento das obrigações normativas às quais estamos vinculados em relação a outrem. (...). No que diz respeito à pessoa, reconhecer é identificar cada pessoa enquanto livre e igual a toda outra pessoa; o reconhecimento no sentido jurídico acrescenta assim ao reconhecimento de si em termos de capacidade.*<sup>28</sup>

No plano jurídico, o filósofo adota uma enumeração de direitos subjetivos, de acordo com Robert Alexy, Talcott Parsons e o próprio Honneth, repartindo-os em direitos civis, políticos e sociais. O menosprezo a esses direitos gera nos indivíduos os sentimentos de: humilhação relativa à negação de direitos civis; frustração relativa à ausência de participação na formação da vontade pública; e o sentimento de exclusão resultante da recusa de acesso aos bens elementares. Afinal, a experiência vivida será de exclusão, alienação e opressão. Para Ricoeur

27. Ricoeur considera a teoria das capacidades de Amartya Sen e Nussbaum um plano de aplicação completo para políticas de reconhecimento, pois as capacidades respeitam as liberdades individuais. (RICOEUR: 2006, p. 147).

28. RICOEUR: 2006, p. 211-212.

“dignidade humana” não pode ser nada mais que a capacidade reconhecida de reivindicar um direito.<sup>29</sup>

29.  
Idem.p.214-  
215.

A esfera da estima social, terceiro modelo de reconhecimento mútuo de Ricoeur, situa-se no plano da vida ética. Mas o conceito de “estima” varia de acordo mediações dos valores compartilhados socialmente. E é aí que Ricoeur nos alerta para a questão do preconceito. É a imposição desses valores compartilhados que determina a aceitação de determinados grupos, como no caso dos homossexuais, por exemplo. Para ele, tanto os que afirmam como os que negam determinados valores também são e devem ser valorizados.

22 de abril de 2014.

Luiz Eduardo Soares, na época da tragédia carioca, subsecretário de Segurança do Rio, também tem uma fala editada no documentário *Ônibus 174* (2003) separada em três diferentes momentos do vídeo, que deixa claro o quanto é importante a palavra/ato de reconhecimento, pois, segundo ele, a violência só aparece como a última instância à qual o indivíduo recorre para sobreviver, para dizer que existe:

*A grande luta desses meninos é contra a invisibilidade. Nós não somos ninguém e nada se alguém não nos olha, não reconhece o nosso valor, não preza a nossa existência, não diz a nós que temos algum valor, não devolve a nós a nossa imagem ungida de algum brilho, de alguma vitalidade, de algum reconhecimento. Esses meninos estão famintos de existência social; famintos de reconhecimento. Um menino, negro pobre, qualquer menino das grandes cidades brasileiras transita invisível. Há duas maneiras de se produzir a invisibilidade. Esse menino é invisível porque não o vemos e negligenciamos a sua existência. Nós o desdenhamos. Ou porque projetamos sobre ele um estigma, uma caricatura, um preconceito. Nós só vemos o que nós projetamos; a caricatura que, nós, com os nossos preconceitos, projetamos.*

Dentro de todo e qualquer conflito social, existe um pedido de reconhecimento, um pedido para que o Estado olhe e reconheça a todos como cidadãos com plenos direitos. Reconhecer exige pensar em políticas mais justas e inclusivas. É retirar da distribuição de renda a única saída para resolução dos conflitos sociais, enquanto o reconhecimento implica ações de ordem ampla.

Ao dizer para seu “algoz”: “Não sei se você sabe, mas a maior vítima dessa situação aqui é você”, ali em tempo real ao reconhecer naquele outro a mesma matéria, as mesmas revoltas ou fraquezas, das quais a jovem mulher também era constituída, ela me apresenta a peça chave para o que estou aqui discutindo – o outro, o reconhecimento e as políticas públicas – ela abre espaço para o perdão e, conseqüentemente, para apostar na mudança e no futuro.

25 de abril de 2014.

O psicanalista Contardo Calligaris diz que esse tipo de atitude pode se contrapor à chamada “culpa social” em que ambos os lados podem comportar-se como vítimas culpando um ao outro, como também podem assumir para si a culpa e, por consequência, o sofrimento de se sentirem culpados. O que em qualquer uma dessas situações, o efeito será a inércia.

*1) Em regra, a culpa não produz ação, mas descarrego. Funciona da seguinte maneira: somos autorizados a fazer pouco ou nada para que a situação mude porque o sofrimento de nossa consciência nos absolve. (...) 2) Também em regra, a culpa é péssima conselheira. Ela induz a acreditar numa contabilidade estapafúrdia, pela qual há cidadãos que devem e outros aos quais é devido, sem a mediação de lei alguma. (...)*

*Essa maneira de entender o social oferece a todos uma compensação substancial: se a lei não é a referência comum, podemos ser assaltados nos faróis, mas também podemos praticar cada tipo de mediocridade moral e de ilegalidade, sonegar, saquear o bem público, pagar salários de esmola e por aí vai.<sup>30</sup>*

30. CALLIGARI S, Contardo. “Tropa de Elite” (2007). Disponível em Folha de São Paulo: <http://www1.folha.uol.com.br/fs/p/ilustrad/fq1110200730.htm>

Retomo o antropólogo em *Justiça: pensando alto sobre violência, crime e castigo*. Luiz Eduardo Soares<sup>31</sup> vê a culpa como uma narrativa que nos amarra. No livro, o antropólogo analisa nosso sistema penitenciário e diz que o cárcere é, acima de tudo, uma prisão sintática que acorrenta um sujeito a um verbo, porque os efeitos ultrapassam o muro da penitenciária e o tempo da sentença.<sup>32</sup> A pessoa será sempre identificada com a posição moral e psicológica de quem assumiu uma atitude criminosa por mais que a pena tenha sido cumprida e ela esteja em liberdade. Porém, no capítulo conclusivo de *Justiça*, Luiz Eduardo apresenta como saída para mudanças mais profundas em nosso sistema, não apenas o carcerário, mas o político: o perdão.

31. SOARES, Luiz Eduardo. *Justiça: pensando alto sobre violência, crime e castigo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

32. Idem, p. 157.

O perdão, em seu sentido mais amplo, equivaleria à celebração de um contrato que redefiniria as relações sociais, afirmando responsabilidades. Ou seja, em vez de supressão de responsabilidade, haveria responsabilização, religação e pactuação em torno de novos laços entre as pessoas, e entre essas e determinadas narrativas.

*Isso não implica, entretanto, a negação de que o perdão produza efeitos imediatos sobre quem perdoa. Dar o perdão significa abrir-se para uma nova narrativa sobre a própria história pessoal. Nesse novo enredo, quem perdoa deixa de ser vítima – isto é, objeto passivo de um ataque degradante – para se tornar protagonista que dá novo significado ao seu destino.<sup>33</sup>*

33. SOARES:  
2011, p.164.

Há um precedente aberto de modo favorável que preciso registrar neste momento: o movimento perdão e reconciliação proposto na Colômbia, entre as vítimas das Farc e seus algozes capturados e presos. A mediação da Igreja, iniciou a filtragem do ódio recíproco, apresentado-os como semelhantes em suas dores, consequências do irreconhecível em que se tornaram. A aproximação lenta e difícil não impediu que começasse a ser criada uma onda de tolerância e resiliência capaz de abrir caminho ao desejo mútuo de negociação de paz. E como vimos, o perdão viria a ser uma chave preciosa para a mudança, o que permitiu pensar de fato sobre políticas públicas inclusivas e justas. É que o perdão liberta para cada qual seguir em frente com nossas redescições.

01 de maio de 2014.

A primeira vez que ouvi falar em Márcio<sup>34</sup> foi por uma manchete de revista, em 2000, estampando o envolvimento suspeito entre o cineasta João Moreira Salles e ele. Obviamente que não lhe tratavam pelo nome como o faço agora, mas pelo nome social de “traficante”: Marcinho VP. O crime cometido: João Moreira Salles, intelectual bem-nascido, propôs pagar uma bolsa mensal de mil reais para que o “referido traficante” voltasse a estudar e pudesse escrever uma autobiografia. A notícia caiu como uma bomba na secretaria de segurança do estado do Rio de Janeiro, porque foi o próprio subsecretário de segurança da época, o antropólogo Luiz Eduardo Soares que resolveu “vazá-la” ao saber das chantagens que o cineasta vinha recebendo, por parte até da própria polícia. Alega-se que foi esse o motivo da exoneração de Luiz Eduardo Soares do cargo que exercia. Posteriormente esse imbróglio gerou uma crise na segurança nacional que levou a instauração da CPI do Narcotráfico na qual o nome de políticos e de outras pessoas públicas aparecia atrelado ao tráfico de drogas.

Os pais de Márcio chegaram ao Rio de Janeiro no final dos anos 50, quando uma grande invasão de migrantes nordestinos, na então capital federal, em busca de trabalho, principalmente, na construção civil. Em 1960, a cidade do Rio já tinha perto de um milhão de pessoas vivendo em condições de extrema pobreza e um terço delas amontoadas nas 180 favelas espalhadas pela cidade. O pai era cearense e a mãe, paraibana. Para que os nordestinos não levantassem acampamentos na paisagem turística carioca, já que não tinham mesmo para onde ir, de acordo com a ordem de higienização enchia-se uma Kombi com vários desses “retirantes” para despejá-los aos pés dos morros onde teriam que subir e se adequar às novas regras. E, na maioria das vezes, os nordestinos não eram bem vindos. Foi nestas condições a família de Márcio chegou ao conhecido morro Santa Marta, comunidade que mais tarde ele mesmo faria de ponto turístico, graças a “ajuda” de Spike Lee e Michael Jackson no clipe *They don't care about us* (1996).

34. Márcio Amaro de Oliveira (1970-2003), também conhecido como Marcinho VP, atuou como “traficante de drogas” no Morro Santa Marta sob direção do Comando Vermelho.

Ouvi esta história ao chegar ao Rio para fazer o doutorado, nordestina sem parentes, em busca de alojamento. Acabei indo morar de aluguel na residência popular do Minhocão, ao lado da PUC, onde aqueles antigos migrantes haviam conquistado espaço.

Muitos são os depoimentos sobre Márcio e suas excentricidades, entre os intelectuais. Dizem que levava atravessado ao corpo o fuzil Jovelina de um lado e do outro um saxofone. Márcio escrevia, desenhava, grafitava, lia livros, sobretudo, de Literatura. E isso não se pode esperar de um traficante pobre, nascido e criado no morro, isto é, que também manejassem ferramentas de aparente sensibilidade e refinamento. No documentário *Santa Marta: duas semanas no Morro* (1987), o cineasta Eduardo Coutinho, além de registrar as tarefas cotidianas dos moradores da comunidade, faz também uma entrevista com um grupo de jovens, e entre eles está Marcio. Coutinho quer saber qual a perspectiva de cada um para o futuro: que profissão cada um pensa seguir, o que é para eles morar no morro, ser denominado como “favelados”.

O gosto de Márcio pela leitura nasceu pela proximidade com os religiosos da Igreja Católica durante a infância e adolescência. Na verdade, o traçado urbanístico inicial do Morro Santa Marta surge com a chegada de Dom Helder Câmara, na época bispo auxiliar da Arquidiocese do Rio de Janeiro. Nos anos 40, fixou moradia em Botafogo, na Rua São Clemente, ao mesmo tempo em que os moradores do morro erguiam seus primeiros barracos e sofriam perseguições dos guardas florestais contra a derrubada de árvores do entorno.

Dom Helder era defensor da fixação das favelas, o que na prática significava levar benefícios da urbanização (serviços básicos) para seus moradores, ao invés de transferi-los para o subúrbio, à força. Porém, enfrentava a dura oposição da direita, principalmente os lacerdistas, que queriam a imediata remoção dos barracos a fim de limpar a paisagem da classe média carioca. Transgredindo as leis, Dom Helder derruba árvores e constrói duas capelas: a de Nossa Senhora Auxiliadora e a de Santa Marta levantada no cume do morro. E é em torno dessas duas construções que novos barracos irão se erguer.

As escadarias e os serviços de fornecimento de água e luz também terão ajuda de Dom Helder com seus famosos mutirões. Segundo conta Caco Barcelos no livro *Abusado: O dono do morro Dona Marta*:

*A água potável da rede pública também só chegou à santa Marta em 1960, por influência de Dom Helder Câmara. Ele buscou apoio externo e se envolveu pessoalmente na construção de um reservatório ao lado da capela do pico do morro. Financiou a compra de tijolos e cimento com dinheiro das doações à paróquia São Sebastião. E para erguer a obra criou um sistema de mutirão administrado pelo seu seguidor Padre Hélio, para driblar as barreiras impostas por Carlos Lacerda, então governador do Estado da Guanabara que mandava reprimir obras de alvenaria no morro.*

*(...) [os moradores] participaram do esforço coletivo para carregar o material de construção no ombro e assentar tijolo por tijolo na grande obra do reservatório, uma caixa de alvenaria com capacidade para 200 mil litros d'água. Os empresários da indústria Scania Vabis, amigos de Dom Helder, doaram uma bomba mecânica de 10 HP para fazer a captação de água das tubulações da Prefeitura no bairro de Laranjeiras e impulsiná-la, morro acima, até a nova caixa.*

*Pronto o reservatório, num clima de euforia, os próprios favelados providenciaram a construção de uma rede de distribuição de água pioneira, numa ação coletiva que envolveu trabalhadores, desocupados, malandros e bandidos na obra de maior orgulho da história da Santa Marta.<sup>35</sup>*

35.  
BARCELLOS,  
Caco. *Abusado: O dono do morro Dona Marta*. Rio de Janeiro: Record, 2012.p.66-67.

07 de maio de 2014.

Em 1987, sob o governo de Moreira Franco, não existia nenhum traço no morador do morro daquela época – acompanho a pesquisa do repórter - a autoimagem que os movimentos sociais procuram despertar em quem vive nas periferias dos grandes centros urbanos como a de um cidadão com seus plenos direitos, independente de sua cor, seu credo e seu local de moradia. O trabalho e a militância política da igreja católica foi tão presente neste período que as ruas principais do morro ganharam nome dos padres envolvidos no trabalho comunitário. Também foi organizada a associação de moradores e neste local Eduardo Coutinho tomou o depoimento dos jovens e suas perspectivas para o futuro.

Eles sabiam que não podiam competir no mercado de trabalho com jovens de classe média. Sentiam o estigma da cidade sobre eles. Sentiam a condenação de seus sonhos quando externavam a vontade de ser algo que não condizia com sua classe social, como ser médico, advogado, marinheiro, artista de novela, já que o esperado seriam: empregadas domésticas, empacotadores de supermercado, garis. É interessante que no depoimento de Marcio ele sugere algo que hoje conhecemos como PROUNI, vagas em universidade para jovens de baixa renda:

*Uma pessoa como a gente, pobre, já não consegue ir pra faculdade porque precisa de dinheiro. Dinheiro é difícil pra gente, é difícil. Porque eu penso assim, porque não faz uma faculdade pra gente que já não pode pagar que não pode pagar uma escola mais viva [particular].*

*Trabalho para mim. Trabalho é difícil. O trabalho que eles querem dar pra gente, é um trabalho que a gente não quer: um trabalho inferior. Eles querem que a gente continue sendo gari. A gente não quer ser só isso. Eu pelo menos queria ser um desenhista profissional. Posso não conseguir. E se eu não conseguir, é aquele lance: “sou pobre, não vou me ligar tanto”.<sup>36</sup>*

Quando preso, já no início dos anos 2000, Márcio esboçava um projeto chamado “favelania” (a aglutinação da palavra favela com cidadania), o que poderia talvez se assemelhar às atuais políticas de reconhecimento do estado para com os moradores das comunidades, como direito à documentação, serviços

36. Fala de Márcio no documentário Santa Marta: Duas semanas no Morro (1987). O filme encontra-se também disponível no Youtube pelo link: <https://www.youtube.com/watch?v=dErVvYLO67M>

básicos de educação e saúde, projetos urbanísticos e culturais e, sobretudo, para dar ao morador da favela a imagem de cidadão que lhe é diariamente usurpada no discurso da cidade postal.

16 de maio de 2014.

Enquanto fazia a pesquisa sobre a situação do Rio de Janeiro nas décadas de 80 e 90 para compreender as condições nas quais Sandro (ônibus 174) e Márcio cresceram, paralelamente fazia leitura de *O Barão nas árvores*<sup>37</sup> do italiano Italo Calvino, para o curso sobre Ricoeur. Coincidentemente, vi em uma crônica do jornalista Zuenir Ventura,<sup>38</sup> que Márcio cita Calvino como um de seus autores preferidos como também vi depoimento de intelectuais que confirmavam essa preferência, soube que havíamos lido o mesmo livro:

*João nunca deu dinheiro a Márcio VP na cadeia. Levava livros, mas não movido por “idéias civilizatórias”. Ele pedia e comentava o que lia. “Era alimento, e ele reagia ao que comia”. De sua biblioteca no presídio constavam Casa grande e senzala, de Gilberto Freyre, Raízes do Brasil, de Sérgio Buarque, O povo brasileiro, de Darcy Ribeiro, contos de Machado de Assis, A ditadura envergonhada, de Elio Gaspari. Tinha predileção por três autores: Ítalo Calvino (leu primeiro Barão nas árvores e pediu os outros dois: Cavaleiro inexistente e Cavaleiro partido ao meio), Augusto dos Anjos, que adorava, e Albert Camus (principalmente O Homem revoltado), que gostava de citar.*

37.CALVINO, Ítalo. *Barão nas árvores*. In *Os nossos antepassados*: Vol. I *O visconde partido ao meio*. Vol. II *Barão nas árvores*. Vol. III *O cavaleiro inexistente*. Trad. Nilson Moulin. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

38.VENTURA, Zuenir. *Minhas Histórias dos Outros*; Ed Planeta, 2005.

João do Mato é a associação imediata que fazemos de Márcio com o enredo de *O Barão nas árvores*, um ladrão regenerado pela leitura de livros literários fornecidos pelo protagonista, Cosme, o barão de Rondó. Fugindo da polícia, o bandido sobe em uma corda içada por Cosme e ambos passam a conviver na floresta.

[...]

— O senhor é o bandido João do Mato?

— Como é que me conhece?

— Bem, pela sua fama.

— E o senhor é aquele que não desce das árvores?

— Sim. Como sabe?

— Bem, também eu, pela fama que corre.

*Olharam-se com cortesia, como duas pessoas de respeito que se encontram por acaso e ficam contentes por não serem desconhecidas uma da outra.*<sup>39</sup>

39. CALVINO: 1997, p.216.

*Assim estabeleceram relações meu irmão e o bandido. Logo que João do Mato terminava um livro, corria para devolvê-lo a Cosme, pedia outro emprestado, corria para proteger-se em seu refúgio secreto, e mergulhava na leitura.<sup>40</sup>*

40. CALVINO:  
1997, p.227.

Por adquirir linguagem possível para dizer do mundo ao seu redor, o bandido se desarma e não se utiliza mais da violência como força diante dos outros, já que ele também passa a se enxergar e medir seus atos:

*— Mãos ao alto — Porém, já não era aquele de antes, era como se olhasse de fora, sentia-se meio ridículo — Mãos ao alto, eu disse... Todos nesta sala, encostados na parede... — Mas que nada, nem ele acreditava mais naquilo, dizia por dizer. — Nem notara que uma menina tinha fugido.*

*[...] Quatro, sete, dez braços se lançaram sobre ele, imobilizaram-no das costas até as canelas. Tinha sido preso por um grupo de guardas e amarrado como um presunto.*

*[...]*

*Ao bandido não interessava nada dos interrogatórios e do processo; de um jeito ou de outro, terminaria na forca; mas a sua preocupação eram aqueles dias vazios ali na cadeia sem poder ler, e aquele romance deixado pelo meio.<sup>41</sup>*

41. CALVINO:  
1997, p.223.

Mas Márcio também é o barão de Rondó, aquele que está sobre as árvores observando o mundo. Ou está sobre o mirante morro, observando o movimento da cidade, aquele que não se encaixa.

21 de maio de 2014.

Parece que leio um romance e não um livro-reportagem:

*Os contatos de Marcinho VP com intelectuais também repercutiram entre os comandantes de outros morros ligados ao Comando Vermelho. Não chegavam a condená-lo, mas ajudavam a difundir seu apelido de vilão poeta e a crença de que o chefe da Santa Marta era um “doidão” que matava pouco, desprezava dinheiro, defendia ideias que consideravam esquisitas e que tinha a pretensão utópica de se tornar uma espécie de embaixador do tráfico.*<sup>42</sup>

42. BARCELLOS:  
2012, p.410.

Márcio também tinha planos de escrever um livro sobre sua vida; aliás, toda caçada a ele começa por esse desejo de escrita de seus feitos, ele acreditava estar do “lado certo da vida errada”, como difundiam os seguidores do Comando Vermelho. Quando preso, o jornalista Caco Barcellos o contactou querendo tratar de assuntos diversos para conclusões de reportagens sobre o mundo do crime. Márcio conhecia o trabalho de Barcellos, suas publicações, havia lido *Rota 66: a história da polícia que mata* (1992) sobre grupos de extermínio de São Paulo e queria que o jornalista escrevesse sobre ele. Se os livros lhe eram um bem precioso figurar em um seria uma boa recompensa para sua vida que, ele sabia, não duraria muito. Daí nasceu o livro *Abusado: O dono do morro Dona Marta*, lançado em 2003, meses antes da morte de Márcio.

Barcellos aceitou o desafio, criou pseudônimos como o do protagonista que, de Marcinho VP, virou “Juliano VP”. O jornalista também estabeleceu regras sobre informações, afinal, estava prestes a cruzar a linha que poderia leva-lo a ser acusado de cúmplice do traficante mais procurado do Rio de Janeiro; por isso, todas as informações fornecidas deveriam tratar apenas do passado do morro. Barcellos falou com moradores, marcou entrevistas com Márcio em locais escolhidos pelo traficante.

Os relatos demonstram o discurso esquizofrênico de uma cidade esquizofrênica e como ela condena e alimenta o tráfico. Marcinho VP é o oposto de Mancha (ônibus 174); apesar dos maus tratos e da incompreensão sofrida pelo

pai, VP, era cercado pela mãe e pelas irmãs, tinha amigos, frequentou a escola, a igreja. Para ele, a opção pelo tráfico como meio de vida se dá pela facilidade com a qual o dinheiro adquirido pelo tráfico de drogas encurtava o caminho para o consumo de bens que lhe era vetado pela sociedade. Não há educação e sem salário digno, a única possibilidade de reconhecimento e ascensão é pelo tráfico. Entre os depoimentos coletados por Eduardo Coutinho, o de uma mulher subtende essa opção como a mais atraente para que os jovens possam também consumir o mesmo tênis ou a mesma calça de um outro jovem de classe média. O problema é que se o consumo desses bens é a força que move esses jovens, a vida perde seu valor. Os soldados do tráfico, quando muito, chegam aos trinta anos. Segue o depoimento:

*Mulher: Até nove anos você ainda consegue segurar o seu filho. Quando chega doze anos, mãe e pai não consegue segurar mais não. Então acontece o seguinte: mãe que tem muito filho esbarra nesse problema, ela precisa trabalhar e o marido precisa trabalhar. Então ela só pode comprar comida. Então a criança vê o filho de fulana bem vestidinho, a criança quer aquilo. E o pai e a mãe não podem dar, entendeu como é que é? Então a criança se revolta e desanda a fazer besteira.*

*Entrevistador: Que tipo de besteira?*

*Mulher: Aí o senhor deduz! Está querendo saber muita coisa. Tira da sua cabeça o resto!*

Ao escrever sobre Márcio, Barcellos sempre esteve questionando seu papel enquanto jornalista. Esteve com ele quando foragido, nas favelas do Rio, depois fora do país. A quem ele estaria ajudando escrevendo ou reescrevendo a história de Márcio? A mim? Da mesma forma que me questiono ao recontar esta história ou a de Sandro: estarei romantizando tragédias, idealizando a pobreza, apagando histórias? E as vítimas desse ciclo vicioso onde estarão, o que dizem? Sempre me questionei enquanto buscava material escrito sobre Sandro e Márcio: até que ponto essa “empatia de papel” não será equivocada? Seria legítimo falar de abandono e violência tendo tido tudo que não tiveram? Várias vezes estive aos pés do Santa Marta observando suas casas coloridas no alto, mas nunca cruzei essa linha.

28 de maio de 2014.

Hoje, outra referência me faz pensar nas semelhanças entre o personagem de Calvino e Márcio: são algumas descrições colocadas por Barcelos que encontramos em *Abusado*. Barcelos esteve com Marcio durante o exílio na Argentina. O olhar do Jornalista faz parecer que pisar o chão, definitivamente não fazia parte do mundo de Márcio. Desorientava-se facilmente pelas avenidas largas, não era habituado a transitar durante o dia entre a multidão de pessoas (que ele costumava ver de longe, de cima), não tinha noção espacial de terra firme como atravessar uma rua calmamente ou ler as placas de trânsito. Nada disso fazia parte do mundo de quem vivia sobre um mirante à espreita do inimigo.

*Juliano estava tendo dificuldades em viver numa grande cidade depois de ter ficado trinta anos, praticamente, confinado em morros. Vivia assustado com a falta dos limites no horizonte, incomodavam-no os espaços amplos e planos em todas as direções de Buenos Aires. Habitaram-se a morar num lugar íngreme, a passar o dia andando sempre a pé pelos becos estreitos e tortuosos da Santa Marta, tendo que subir e descer escadas, pular barrancos, saltar de uma laje para outra. Nas ruas da favela, tinha uma visão limitada pelas paredes dos barracos, mais que nunca distantes, mais do que três ou quatro metro dos olhos. Sem o amontoado de alvenaria da favela a sua volta, que o protegia contra os inimigos que vinham de fora, sentia-se exposto vulnerável e correndo perigo eminente.*

*Também o incomodava a importância que o carro parecia ter na vida das pessoas da cidade. E vice-versa, não gostava de ver tanta gente dependendo dos veículos. Frequentemente parava de conversar para ficar parado numa rua só para observar o comportamento das motoristas no meio de um grande congestionamento ou dos passageiros amontoados dentro dos ônibus que demoravam para se locomover no trânsito.*

[...]

*Nas longas caminhadas pelo centro, demonstrou desconhecer quase todas as regras básicas de trânsito. Não entendia os símbolos universais que sinalizavam a contramão, as conversões proibidas, a permissão para estacionamento. Também não sabia intuir a noção de distância entre os carros em movimento. Por isso, diversas vezes, tive que alertá-lo ao cruzar as ruas para não ser atropelado.<sup>43</sup>*

43.  
BARCELLOS:  
2012, p.437.

Foi lendo *Cabeça de Porco* que cheguei ao Márcio que hoje busco. Ao contrário de mim, tomo-o como alguém que cruza fronteiras, mas não pode pertencer a dois lugares ao mesmo tempo. “Inútil” para o mundo do crime e “Inútil” para uma sociedade que preza a honestidade, ainda que só nominalmente.

Os galhos pelos quais Márcio caminhava não eram seguros. Eram frágeis. Ao contrário do personagem de Calvino cujas palavras enchem de sentido sua ação, desde o dia em que se rebelou contra um regime pelo qual se sentia oprimido. As palavras de Márcio não o moviam. Aliás, o condenaram:

Preso, Márcio decidiu voltar às leituras. João [Moreira Salles] lhe fornecia livros. Mostrou-se aplicado nos estudos, comentando cada texto com argúcia e entusiasmo: Machado de Assis, Lima Barreto, Sérgio Buarque de Holanda e vários outros. Por ocasião do lançamento do livro sobre sua vida [de Caco Barcellos], revelou a parentes e amigos os riscos que pressentia. Ele já não fazia parte do mundo ao qual era remetido pelo confinamento e pelos ardis simbólicos, dos quais era vítima e cúmplice. Temia ser assassinado não propriamente porque o livro divulgasse inconfidências que envolvem terceiros, mas pelo simples fato de ser objeto de um livro, destacando-se, diferenciando-se, ultrapassando fronteiras simbólicas que o mundo cerrado da comunidade encarcerada erguia. Essas fronteiras invisíveis eram erguidas justamente para opor-se à diferenciação individualizante — sobretudo quando ela sugerisse possibilidades de mudança e de superação do universo valorativo compartilhado pela sociedade dos apenados. Uma coisa é você converter-se á Bíblia, que é parte do código cultural dos apenados, outra coisa é furar a parede cultural com livros, que são armas poderosas e perigosas porque absolutamente inclassificáveis. Pouco depois de 2003, Márcio foi encontrado morto numa caçamba de lixo da penitenciária em que cumpria pena. Seus livros estavam jogados sobre ele, coroados por um cartaz: “*Nunca mais vai ler*”.

Márcio estava proibido de mudar por uma conspiração inconsciente e tácita, que reunia os parceiros mais desiguais e insólitos. Companheiros de prisão não permitiram que ele transgredisse a única lei inviolável: não serás outro (para que eu permaneça o que sou).<sup>44</sup>

44. SOARES, Luiz Eduardo. “Conspiração contra a mudança”. In : ATAYDE, Celso; MV Bill; SOARES, Luiz Eduardo. *Cabeça de Porco*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005. p.107.

**2**  
**Caderno Dois**

**Montevideu**

*Un río ancho como mar.*

22 de agosto de 2014.

Na madrugada do dia 20 de agosto de 2014, cheguei à Montevideú. A viagem em si não foi solitária, as luzes de outras cidades nos acompanharam até a capital. Porém, sem a permissão de pouso: escureceu. Sobrevoávamos o “mar” em círculos. Os ventos de agosto impediam-nos descer. Ainda houve quem perguntasse se entre nós havia algum candidato à presidência, referindo-se à morte recente de Eduardo Campos, candidato à presidência da república naquele ano. Nos dois dias que se seguiram, Montevideú estava fria, mas estranhamente ensolarada, em pleno inverno. Encontrei Helena, que seria minha orientadora na bolsa sanduiche, na Universidad de la República Oriental de Uruguay, em um café próximo onde, uma semana, depois seria meu endereço durante os quatro meses seguintes (Av. Brasil, 2420. Ed. Brazilian). Conteí sobre a viagem e ela riu não apenas do humor cáustico dos brasileiros, mas da minha desinformação: não sobrevoávamos o mar, sim, um rio, mas *un río ancho como mar*: El Río de la Plata.

O Uruguai possui 3,5 milhões de habitantes com 1,8 concentrados na capital e uma área territorial de 176,215 km<sup>2</sup> (com 1,5% de água). Em uma estimativa divulgada pelo IBGE em 1º de julho 2014, apenas o Ceará, de onde venho, considerado um estado pequeno em extensão territorial com 148,826 km<sup>2</sup> possui uma população de 8,4 milhões de habitantes. E sempre que comparávamos nossos números, Helena se recordava do antigo slogan do refrigerante NIX uruguayo: *acá nos conocemos todos!* Publicidade que já brincava com as pequenas dimensões do próprio país.

Antes de partir para o intercâmbio, assisti uma entrevista que foi ao ar no dia 30 de março de 2014, pelo programa Canal Livre (TV Bandeirantes)<sup>45</sup> com o ainda presidente José Alberto Mujica Cordano, mais conhecido como “Pepe” Mujica, ligado ao partido da Frente Ampla. A entrevista foi feita no sítio do próprio Mujica, na zona rural de Montevideú pelos jornalistas Ricardo Boechat, Fernando Mire e Fabio Pannunzio. Neste mesmo ano, o Brasil se preparava para Copa do Mundo em junho, mesmo tendo sido divulgado um estudo da ONU no

45. Link para entrevista [https://www.youtube.com/watch?v=ZD\\_SvqF\\_AJC8](https://www.youtube.com/watch?v=ZD_SvqF_AJC8)

qual algumas cidades do Brasil apareciam como as mais violentas do mundo: Fortaleza, por exemplo, ocupava a 7ª posição no ranking de violência e a 2ª no Brasil com uma taxa 72,81 homicídios por cem mil habitantes.<sup>46</sup> Enquanto isto, o então presidente Mujica falava de Montevidéu como a capital mais segura da América do sul, com uma taxa de homicídio de 5,1 para 100 mil habitantes.

As posições políticas de Mujica e seu estilo de vida voltaram à atenção de todos os brasileiros eleitores, para o Uruguai. Afinal, é quase inacreditável que a maior autoridade de país leve uma vida muito humilde em um sítio na zona rural, andando em um velho fusca azul, fabricado aqui em São Paulo, e ainda doe a maior parte do seu salário como presidente, para instituições filantrópicas, pois ele mesmo diz: não se precisa de muito para viver. O ex-presidente lutou na guerrilha armada durante a ditadura militar uruguaia (1973- 1985), passando 14 anos preso sob acusação de sequestros, assaltos à mão armada e terrorismo. Durante a gestão de Mujica, iniciada em março de 2010, o Uruguai passou pela legalização do aborto, pelo reconhecimento do casamento igualitário entre pessoas do mesmo sexo, pela descentralização das polícias, pela liberação da maconha que passa a ficar sob o controle do Estado.

Durante a entrevista Mujica aconselha aos que querem seguir essa carreira que abandonem o desejo de se tornarem ricos sendo presidente ou governador, pois é uma carreira que exige bastante doação, respeito e responsabilidade para com o povo, quem quer se tornar rico deve procurar áreas como economia, ser empresário, dono de negócios e não político.

46. Os dados são do “Estudo Global sobre Homicídios 2013”, pesquisa realizada pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (Unodc). No Brasil essa matéria foi divulgada em vários veículos de comunicação, aqui, acessamos a informação do Jornal O POVO, do Ceará através do link: <http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2014/04/11/noticiasjornalcotidiano,3234699/pesquisa-reafirma-fortaleza-como-7-cidade-mais-violenta-do-mundo.shtml>

27 de agosto de 2014

A professora Helena Modzelewski tem sua tese doutoral apresentada à Universidade de Valencia, Espanha, intitulada *La educabilidad de las emociones y su importancia para el desarrollo de un ethos democrático. La teoría de las emociones de Martha Nussbaum y su expansión a través del concepto de autorreflexión* (2012). Além disto, faz parte do grupo de “Ética, Justicia e Economía”, cuja pesquisa também se volta para área de políticas públicas, educação, cultura. Esse foi o motivo pelo qual minha orientadora, a professora Eliana Yunes e eu optamos pela bolsa do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior/PDSE para o Uruguai. Sem contar que os problemas culturais ou inculcrais brasileiros estão muito mais próximos da América Latina, como insiste a prof. Yunes. Além de tudo, as notícias sobre a qualidade de vida sobre um dos menores países da América Latina, é de causar certa inveja ao “gigante adormecido”.

Hoje, na primeira reunião do grupo “Ética, Justicia y Economía”, a professora Helena Modzelewski apresenta uma fala intitulada: *“Autorreflexión y educación emocional para el desarrollo humano; Una intervención en dos políticas públicas en Uruguay focalizadas en la familia”*. O texto faz uma relação do que a professora já vinha desenvolvendo em sua tese com as experiências do Programa Maestros Comunitarios ligado ao Consejo de Educación Primaria e do Programa Cercanías, pertencente ao Ministerio de Desarrollo Social.

Modzelewski busca na teoria de Nussbaum sobre a participação dos afetos na formação das subjetividades, revelada pelas narrativas ficcionais, ferramentas para um programa aplicado à educação das emoções para a cidadania, uma vez que a considera uma teoria da justiça, de empoderamento dos sujeitos, ao contrário da maioria dos estudos sociais, que tem como foco apenas a distribuição de renda ou de bens primários. Esta é teoria das capacidades de Martha Nussbaum e Amartia Sen.<sup>47</sup> Modzelewski se pergunta sobre a possibilidade de educação das emoções a partir da forma pela qual a filosofia vê o que são as “emoções”.

47. NUSSBAUM, Martha; *Fronteiras da Justiça: deficiência, nacionalidade e pertencimento à espécie*. Trad. Susana de Castro. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

De acordo com a resenha histórica feita pela professora as emoções e sua educabilidade podem ser classificadas pelos filósofos em quatro grupos: 1. Os que acreditam que as emoções são inteiramente cognitivas (como os estoicos); 2. Os que creem que são predominantemente cognitivas, mas com alguns aspectos fisiológicos (como Aristóteles); 3. Os que são mais fisiológicas e com alguns componentes cognitivos (como Descartes); os que acreditam que as emoções são inteiramente fisiológicas (como William James).

30 de agosto de 2014.

Helena também é escritora. Descobri enquanto procurava saber mais sobre a pesquisa de doutorado. Ela mantém um blog chamado “Acerca de Alondras y Ruiseñores” pela paixão que tem pela peça de Romeu e Julieta, especificamente, pelo Ato III, cena V:

*JULIETA: Já vais partir? O dia ainda está longe. Não foi a cotovia, mas apenas o rouxinol que o fundo amedrontado do ouvido te feriu. Todas as noites ele canta nos galhos da romeira. É o rouxinol, amor; crê no que eu digo.*

*ROMEU: É a cotovia, o arauto da manhã; não foi o rouxinol. Olha, querida, para aquelas estrias invejosas que cortam pelas nuvens do nascente. As candeias da noite se apagaram; sobre a ponta dos pés o alegre dia se põe, no pico das montanhas úmidas. Ou parto, e vivo, ou morrerei, ficando.*

Sobre esse trecho, Helena diz o seguinte:

*Siempre me gustó este fragmento de Romeo y Julieta. La alondra representa la señal de que algo muy hermoso ha terminado. El ruiseñor se aferra a la noche ensañadora. Los dos, tanto Romeo como Julieta, escuchan el mismo trino, pero Romeo, con miedo, reconoce a la alondra, mientras que Julieta se obstina en que la noche continúe. Finalmente resulta que era Romeo el acertado, pero la actitud de Julieta les brindó unos minutos más de regocijo. Con la vida es lo mismo.<sup>48</sup>*

Ao começar a ler o blog, imediatamente tive a ideia de escrever um email quebrando o protocolo formal que se espera da relação entre aluno e tutor estrangeiro, ainda era abril, enviei um email à escritora, dizendo o quanto estava feliz por saber que escrevia ficção: “Ao ler suas postagens no blog foi justamente sua voz o que mais me encantou... o como você fala... Passou-me pela cabeça algo como: *Queria escrever como ela. Assim tão claro! Assim tão sedutoramente*”.

Assim que nos encontramos, ela me passou *A sua imagen y semejanja* (2006), o primeiro livro dela. Que Helena seja escritora vejo como se ela, além de pesquisar sobre filosofia e literatura, também vivencia o literário, relendo o

48.  
<http://helenamo-dzelewski.blogspot.com.br/p/po-r-que-alondras-y-ruisenores.html>

mundo continuamente. Ser escritor requer certa distância do olhar para que as coisas possam ser pensadas, a distância de “estar sobre as árvores” como nosso personagem de Calvino.

15 de setembro de 2014.

Finalmente “cheguei” ao Uruguai, à realidade de pesquisadora que se integra na universidade que a recebe. Havia estado antes, mas agora era a vez de minha intervenção.

À noite, falei para os colegas do grupo de “Ética, Justiça y Economía”. Iniciei com o parágrafo do professor Luis Eduardo Soares, em *Cabeça de Porco*, sobre a morte de Márcio (Marcinho VP). Li pausadamente para que todos entendessem meu português nordestino e rápido. Sempre que leio esse trecho quero levantar algumas questões: Primeiramente, quando Luiz Eduardo finaliza dizendo:

*Márcio estava proibido de mudar por uma conspiração inconsciente e tácita, que reunia os parceiros mais desiguais e insólitos. Companheiros de prisão não permitiriam que ele transgredisse a única lei inviolável: não serás outro (para que eu permaneça o que sou).*

Queria que percebessem o conceito de *homo sacer*, tirado de Agamben<sup>49</sup> que formula como o (bio)poder de forma jurídica, evidenciado na forma do Estado, pode tornar certas vidas “matáveis”. Essa prática seria “legal” no estado de exceção, no qual a lei está suspensa pela própria instituição. Um exemplo paradigmático disso são os campos de concentração nazistas. O biopoder, ou o poder sobre a vida, faz-se por duas fontes: pela disciplina do corpo e pela regulação da população. A primeira considera o corpo uma máquina e incentiva determinadas aptidões para colocá-lo ao seu serviço. A segunda considera o corpo como espécie e trabalha sobre seu processo biológico, nascimento, saúde e morte. Porém, apenas matar já não simboliza mais ter o poder soberano das coisas. É necessário ter a administração dos corpos e a gestão calculista da vida, criando políticas para habitação, limites de circulação, por exemplo. Quando Agamben diz:

49. AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

*Existem vidas humanas que perdem a tal ponto a qualidade de bem jurídico, que a sua continuidade, tanto para o portador da vida como para a sociedade, perdeu completamente o valor. [...]*

*Toda sociedade fixa esse limite, toda sociedade – mesmo as mais modernas – decide quais sejam os seus homo sacer. É possível, aliás, que este limite, do qual depende a politização e a exception da ordem jurídico-estatal não tenha feito mais do que alargar-se na história do Ocidente e passe hoje – no novo horizonte biopolítico dos estados de soberania nacional – necessariamente ao interior de toda vida humana e de todo cidadão. A vida nua não está mais confinada a um lugar particular ou em uma categoria definida, mas habita no corpo biológico de cada ser vivente.<sup>50</sup>*

50.AGAMBEN:  
2010, p.133  
e135.

E em segundo lugar, gostaria que observassem algo que o próprio Luiz Eduardo coloca, como também Rorty ou Nussbaum, mais adiante:

*Uma pergunta útil para quem se interessa por política e literatura, cinema e teatro, é a seguinte: por que narrar é importante e produz resultados interessantes? Antes de responder, proponho uma reflexão. Stalin, o famigerado ditador soviético, certa vez declarou que: “a morte de milhões de pessoas é um acidente demográfico, a morte de um indivíduo é uma tragédia”. Ele sabia do que estava falando por experiência própria. Matou milhões de pessoas para passar à História como estadista e não como assassino. O fato é que, na opinião pública, as emoções estão diretamente relacionadas à individualização. Ou seja, só há empatia com pessoas, não com números. Por isso, o relato de histórias individuais pode ser uma fonte fértil para a extensão de uma rede de identificação e empatia, que se traduz na difusão do sentimento de solidariedade. Estabelecer laços de empatia — que não se confunde com piedade — significa humanizar o outro, e a humanização é o primeiro passo para superar os preconceitos. Superar preconceitos é o primeiro passo da difícil substituição da violência pela comunicação.<sup>51</sup>*

Quando a história de Márcio é contada individualmente ou a de Sandro, percebo que há empatia e curiosidade dos meus ouvintes sobre o assunto e quase não me deixam passar à parte teórica: como podemos criar políticas públicas para criar subjetividades e *deshomosacerizar* nossa sociedade?

Meu relato toma toda a aula, os uruguaios que atravessaram também a fase de ditaduras no Cone Sul, acompanham interessados nesta “guerra” interna que não é civil mas incivil. Lembro que o convívio de jovens rebeldes universitários com prisioneiros comuns no presídio de Ilha Grande, deu aos últimos as estratégias que aplicam hoje aos comandos das facções do tráfico. O contrário também deve ter acontecido, pois os assaltos a banco financiaram o sequestro de embaixadores que foram trocados por presos políticos.

51.SOARES,  
Luis Eduardo.  
"Para que  
servem os  
relatos".  
Revista  
pronto!  
Disponível  
em:  
<http://www.revistapronto.com.br/Imprimir.asp?ID=260>

24 de setembro de 2014.

Hoje, Helena me apresentou Mario Villagrand, um músico fundador da ONG PROCUL, que trabalha com menores infratores, dentre eles, os também privados de liberdade, na Colonia Berro. Villagrand também mantém um programa na Rádio Berro em que discute temas do cotidiano com os jovens.

Apesar da longa entrevista, a fala de Mario me parece marcada pelo futuro do pretérito, cheia de ações criadas para um futuro inexistente, como o projeto de leitura chamado “Montevileo”. Há também muitas histórias do passado, algumas exitosas tais como encontrar trabalho para os jovens, depois de passarem pelo internato e o programa de rádio “Berro al aire”.

Depois, quando cheguei em casa, veio uma crônica sufocada pelos dias que passei ouvindo música e embalada em saudade de casa. Anotei sem saber direito naquele momento a conexão. Depois me pareceu fazer sentido:

*O quanto Chico Buarque representa para nós. É inegável. Mas às vezes, o velho novo Chico me parece muito chato. Me aborrece. Não pelo artista em si, mas pelo séquito que o segue. Chico se tornou artigo de luxo. E para muito poucos. Já faz alguns anos que fui a um show dele, na plateia, no fundão, porque um primo meu – médico – pôde me ajudar a pagar o ingresso. Era só cheiro de uísque e perfume francês. Além da gritaria das socialites históricas. Não lembro mais o nome da casa de show onde Chico se apresentou – nem sei se existe ainda. Mas ficava num bairro bem crítico de Fortaleza-CE – de onde sempre recebo péssimas notícias desde que nos separamos em 2009. Aliás, não se consegue chegar ao título de 7ª capital mais violenta do mundo, de uma hora para outra, há que se ter “muito empenho do poder público”. Mas, voltando ao assunto: o velho novo Chico cantou músicas novas, à época, e algumas canções do Chico jovem. Nada muito relevante. Mas do que eu quero mesmo falar vem exatamente neste momento ao fim do show. Quando deixamos a segurança dos muros do clube. Do lado de fora, não éramos mais que ratinhos brancos observados pelas luzes do feroz gato que era aquele bairro. Estava instaurado o desespero de buscar o carro no estacionamento. Antes que. Confesso que senti muito medo. Ainda hoje tenho. Tanto medo. E muitas vezes, evito sair à rua, de dia, de noite, sozinha. E quando o faço, é sempre correndo. Antes que.*

26 de setembro de 2014.

Continuo escrevendo minha crônica, quem sabe a utilize depois:

*Ponderei muito, quando Helena, minha orientadora daqui, me propôs uma investigação junto à ONG ProCul – os uruguaios se riem muito dessa sigla – mas tamanho foi meu nervosismo e seriedade que nem me atentei para o escatológico – e lhe devo ter enviado muitos emails com mil justificativas. Até que ela, finalmente, escreveu: Tú no vas a entrar a la cárcel. Sim, a ONG trabalha com menores em privação de liberdade na Colônia Berro, aqui em Montevideú. Ela marcou uma entrevista com o Mario Villagrán, um dos fundadores.*

*Desde que “políticas públicas” passou a fazer parte do meu vocabulário, só tenho me deparado com esse muro grande e cinzento que nos encerra. A todos. Aos que, como eu, querem viver em paz, tranquilos e livres. Aos que por algum motivo, sempre ignorado por nós, tiveram que ser encerrados nele, para o bem de todos. E durante a pesquisa que fazia para qualificação, ainda no Rio, no início do ano, dois fatos que me chocaram bastante vieram à tona na grande mídia: o vídeo dos presos decapitados durante uma rebelião na Penitenciária de Pedrinhas-MA; e a foto do jovem negro amarrado ao poste pelos justiceiros da classe média carioca residente no bairro do Flamengo. Esses dois acontecimentos acenderam nos brasileiros comuns de classe média – estrato social ao qual pertencço e, por isso, acompanho – a antiga discussão: devemos ou não nos preocupar com a barbárie? Afinal, a matança ocorreu entre presos, na maioria, pretos e pobres tal qual o jovem que amarraram ao poste. Está posta a questão de Ricoeur: como alcançar paz se não há justiça?<sup>52</sup> E o que significa ser justo?*

*Uma coisa é você dizer que faz DOUTORADO nas mesas de congressos, nas salas de visita, para os amigos da sua mãe. É você dizer que estuda políticas públicas que envolvem a leitura com ênfase no texto literário. A outra coisa vem logo em seguida. Todos se olham – inclusive você mesmo – e se perguntam: Mas para quê? O que muda nas políticas públicas que trabalham com a divisão permanente, à direita e à esquerda, do “nós e os outros”?*

*Tenho me deparado com teorias brilhantes acerca de políticas públicas. Tenho conhecido, pessoalmente ou por meio de textos, pessoas com história de vida inteiramente dedicada ao outro. Seja no poder público, na Academia, no asfalto, no morro, nas quebradas, no sertão e, o que mais me espanta, é que elas me respondem, sem que eu pergunte, “para quê?”. E a resposta nunca é dita verbal e literalmente, em um idioma qualquer. Mas simplesmente respondem com as ações e práticas de vida.*

*Da conversa com Mário, ontem, mesmo sob o jargão de quem trabalha imerso no sistema penal, embora não fazendo parte dele: e eu me dizia “para quê” cada vez que buscava o ar para entabular a minha maratona de perguntas. Helena e eu nos olhávamos cúmplices, com eureka nos olhos, encaixando nossas investigações teóricas às suas palavras pulsantes. Um músico de meia-idade, cansado, muito cansado, mas ainda rindo e se emocionando, ao recontar aquelas histórias de quem vive todo dia, lado a lado, com os meninos e meninas, encarcerados na Colônia Berro.*

52.  
RICOEUR,  
Paul.  
*Percurso do  
Reconhecime  
nto.* Trad.  
Nicolás  
Nyimi  
Campanário.  
EdiçõesLoyol  
a: São Paulo,  
2006.

*No entanto, o que eu consigo responder para mim? Até onde acredito no que digo a mim mesma? Nesse percurso, uma jovem, menor de idade, usuária de crack, sozinha, ou acompanhada, assassinou meu sogro. A pessoa com quem divido minha vida perdeu o pai assim. O mais irônico é que foi ele justamente, quem me mostrou o texto sobre a morte do traficante Marcinho VP, em Cabeça de Porco, e me chamou atenção para a forma como o professor Luiz Eduardo Soares, no livro, transformava-o em Márcio Amaro de Oliveira, um homem de trinta e poucos anos, que apesar de ter cometido crimes horríveis, era uma pessoa que tinha ainda algo mais a dizer, mas não disse, por não poder transgredir a uma única lei inviolável: não serás outro (para que eu permaneça o que sou).*

*Sempre ouvi meu noivo, Marcos, falar, com muita poesia, sobre Rorty e a redescrição. Ela é como um direito ou uma capacidade que temos de nos recriar a partir da linguagem, a partir da literatura, mudando assim, a forma de vermos o mundo ou de o mundo nos ver. É o que faz Luiz Eduardo ao chamar Márcio para o diálogo. Para que ele e nós tivéssemos a chance de redescrever aquela situação de ódio.*

*Mas não conversamos, Marcos e eu, na ocasião, sobre isso. Não sobre redescrição. Mas sobre essa dor, sobre a perda de seu pai, sobre essa morte tão inexplicável como a dor que sente agora. E que nunca vou saber como é. E me ponho ao seu lado, como sempre, mas um pouco afastada, para não doer. Por cuidado e por medo. E, por mais que eu tente, não consigo enxergar essa jovem sob um horizonte redescrito. Como dar-lhe os recursos para tal? Ainda há tempo? Para Sandro não houve, para Marcinho VP parecia haver.*

*Por isso, e por outras tantas coisas que não consigo escrever aqui, que não é fácil ouvir todos os dias essa pergunta cuja resposta continuo a buscar. Não porque a ignore sua possibilidade. De forma alguma. Foi na conversa com Mario que me lembrei de todas essas coisas – presente ou passado. Inclusive, foi ele quem me fez lembrar o Chico hoje, o Chico jovem da Ópera do Malandro (1978) para que eu tivesse uma vaga ideia de como tinha sido a murga que ele havia montado com os jovens infratores e que, ainda por cima, levou um prêmio em um festival de murgas, aqui no Uruguai. Na hora, tive vontade de falar desse show do novo velho Chico que fui, da chatice que são as socialites históricas e do final, quando saímos todos correndo a procurar os carros, antes que.*

*No entanto, o que contei a Mário foi outra história, a de um lugar igualmente estranho e petrificante, onde de um lado, na margem esquerda de um rio, há uma biblioteca pública, mas as pessoas, do outro lado, da margem direita, moradoras de um bairro marginalizado, talvez não possam entrar. Por que não é bem o rio que corta o acesso a esse prédio público. É esse ar de espanto que fazemos quando olhamos ao redor. Antes que. O muro está logo ali.*

### **Criolo:**

*Como ir pro trabalho sem levar um tiro?/Voltar pra casa sem levar um tiro?/ Se às 3h da matina tem alguém que frita/ E é capaz de tudo pra manter sua brisa?// Os saraus tiveram que invadir os botecos/ Pois biblioteca não é lugar de poesia/ Biblioteca tinha que ter silêncio/E uma gente que se acha assim muito sabida// Há preconceito com o nordestino/ Há preconceito com o homem negro/ Há preconceito com o analfabeto/Mas não há preconceito se um dos três for rico.// A ditadura segue, meu amigo, Milton/ A repressão segue, meu amigo Chico/ Me chamam Criolo, o meu berço é o rap/ Mas não existe fronteira pra minha poesia.// Pai, afasta de mim a biqueira/ Pai, afasta de mim as biate/ Pai, afasta de mim a cocaine/ Pois na quebrada escorre sangue.*

**Chico:**

*Gosto de ouvir o rap/ o rap da rapaziada// Um dia vi uma parada assim no youtube/E disse: 'quius'pariu, parece o Cálice/ Aquela cantiga antiga minha e do Gil!/ Era se o camarada me dissesse:/ Bem vindo ao Clube, Chicão, bem vindo ao Clube/ Valeu, Criolo Doido/ Evoé, jovem artista!/ Palmas pro refrão do Doido, o rapper paulista:// "Pai, afasta de mim a biqueira/ Pai, afasta de mim as biate/ Pai, afasta de mim a cocaine/ Pois na quebrada escorre sangue"// Pai, afasta de mim esse cálice/ Pai, afasta de mim esse cálice/ Pai, afasta de mim esse cálice/ de vinho tinto de sangue.*

28 de setembro de 2014.

Revisando:

Apostar nas “humanidades” como caminho para o desenvolvimento da democracia, no sentido de assegurar nosso direito à cidadania já é um caminho que vem sendo trilhado pela economia e pela filosofia política do chamado paradigma do desenvolvimento humano que tem como representantes: Amartya Sen, economista indiano, e Martha C. Nussbaum, filósofa norte-americana cujos trabalhos tomo como aporte teórico para pensar sobre políticas de leitura no Brasil. Junto a eles o pensamento de Richard Rorty e de Paul Ricoeur, sustentam basicamente a discussão destes termos.

Em 1979, Amartya Sen fez uma revisão dos critérios de avaliação de qualidade de vida, o IDH, no campo da economia de desenvolvimento e da política internacional que classificava os países em função do PNB (Produto Nacional Bruto) per capita, com a intenção de criar uma “economia ética”. Para Sen, o antigo sistema de avaliação não priorizava elementos essenciais para a vida humana, como a expectativa de vida, a mortalidade infantil, o acesso à educação, a geração de emprego e a liberdade de expressão. Sen escolheu o termo “capacidades” para falar de uma série de combinações ou opções, que precisam ser desenvolvidas ou “ofertadas”, a fim de que uma pessoa possa eleger a forma de vida que lhe é mais significativa. Assim, o enfoque nas capacidades parte dos sujeitos humanos e não dos coletivos, diferenciando-se das concepções econômicas estandardizadas, que não respeitam as subjetividades.

Do encontro com Sen na década de noventa no World Institute for Development Research /WIDER,<sup>53</sup> Martha Nussbaum amadurece os fundamentos filosóficos das capacidades, a partir de Aristóteles, resgatando a noção grega de excelência humana (*Arete*), vinculada à necessidade de desenvolvimento pleno do homem e da vida boa – ética, do bem – entendida como atividade (*práxis*). Sendo assim, para que a vida atinja sua excelência é necessária uma lista de funcionamentos ou de propriedades essenciais que, Nussbaum e Sen,

53. Boa parte dos trabalhos de Sen e Nussbaum, em conjunto ou separadamente, vinculou-se ao World Institute for Development Research /WIDER, da Universidade das Nações Unidas. Em 1993 Nussbaum e Sen organizaram e publicaram o projeto sobre qualidade de vida por intitulado *The Quality of Life* (Oxford, Clarendon Press, 1993) patrocinado pelo WIDER.

transformaram em “capacidades humanas básicas”. Passo em revista cada uma aqui:

*1. Direito à vida: não morrer prematuramente por falta de assistência ou cuidado; 2. saúde física: ser capaz de ter uma boa saúde, inclusive saúde reprodutiva; alimentar-se adequadamente; ter proteção adequada; 3. Integridade física: não ser vítima de violência, poder circular livremente, ter oportunidade de satisfação sexual e liberdade de escolha em assuntos reprodutivos; 4. sentidos, imaginação e pensamento: ser capaz de usar os sentidos, imaginar, pensar e raciocinar – e de fazer essas coisas de uma maneira “verdadeiramente humana”, uma maneira informada e cultivada por uma educação adequada; ser capaz de usar a própria mente de modo protegido pelas garantias de expressão, com relação tanto ao discurso artístico quanto político e liberdade de exercício religioso; 5. emoções: ser capaz de amar quem nos ama e se preocupa conosco; não ter o próprio desenvolvimento emocional prejudicado pelo por sentimentos de medo e angústia; 6. razão prática: ser capaz de formar uma concepção de bem para si mesmo e de refletir criticamente sobre o planejamento de sua própria vida; 7. afiliação: a. ser capaz de viver com outros e por outros; b. ter a base social para o autorrespeito e não humilhação; 8. Outras espécies: ser capaz de viver com preocupação por e em relação a plantas, animais e o mundo da natureza; 9. Lazer: ser capaz de rir, brincar e participar de atividades de recreação; 10. controle sobre o próprio ambiente: a. ser capaz de participar de escolhas políticas; b. material: ser capaz de ter propriedade.<sup>54</sup>*

54.NUSSBAUM,  
2013, p.20-21.

Nussbaum (2013) faz uma releitura da teoria social proposta por John Rawls em *Uma Teoria da Justiça* publicado nos Estados Unidos em 1971. A filósofa percebeu que a teoria da justiça como equidade formulada por Rawls visava à distribuição de renda, feita pela própria sociedade, para que todos os indivíduos tivessem uma concepção mínima dos bens primários. No entanto, Nussbaum percebe que nem todos os problemas de uma sociedade se restringem ao dinheiro como, por exemplo, as pessoas portadoras de necessidades especiais e as minorias raciais ou de gênero que necessitam de reconhecimento e respeito social. Para ela, cabe a política a responsabilidade da promoção das capacidades a fim de que se faça uma justiça inclusiva.

Sen também enfatiza que a necessidade de focar nas capacidades fica especialmente clara quando consideramos os casos em que os indivíduos se encontram limitados de diversas formas atípicas em função da própria estrutura da sociedade. Uma cultura que desencoraja as mulheres a se educarem precisa destinar mais recursos para o letramento de mulheres. Apesar de Sen não dizer isso, e tender a tratar a deficiência como envolvendo uma assimetria natural, seu famoso exemplo de uma pessoa na cadeira de rodas tem estrutura similar. A razão

pela qual, essa pessoa com menos capacidade do que uma pessoa “normal”, para se movimentar no espaço público é completamente social, é simples: a sociedade não construiu rampas de acesso para cadeiras de rodas nos espaços públicos<sup>55</sup>.

E é assim que proponho eu, agora, pensar em uma dinâmica para políticas públicas a partir da teoria das capacidades. A Literatura/leitura encontra lugar com o desenvolvimento dos “sentidos, imaginação e pensamento”. Não é à toa que Nussbaum vinha desenvolvendo em seus trabalhos anteriores, como em *The Fragility of Goodness. Luck and Ethics in Greek Tragedy and Philosophy* (1986)<sup>56</sup> unindo questões da ética aristotélica às tragédias gregas e essas às experiências trágicas da vida humana. Ali sensibilidade, leia-se emoções, são convocadas para iluminar a razão.

No que diz respeito à filosofia política, Nussbaum aposta inteiramente nas “humanidades” como caminho fundamental para o desenvolvimento da democracia no sentido de assegurar o direito à cidadania. Na obra de 2010, *Sin Fines de Lucro: Por qué la democracia necesita de las humanidades*<sup>57</sup>, afirma:

*La idea de la rentabilidad convence a numerosos dirigentes de que la ciencia y la tecnología son fundamentales para la salud de sus naciones no futuro. Si bien no hay nada a que objetarle la buena calidad educativa en materia de ciencia y tecnología ni se puede afirmar que los países deban dejar de mejorar esos campos, me preocupa que otras capacidades son igualmente fundamentales (...)*

*Estas capacidades se vinculan con las artes y con las humanidades. Nos referimos a la capacidad de desarrollar un pensamiento crítico; la capacidad de transcender las lealtades nacionales como “ciudadanos del mundo”; y por último, la capacidad de imaginar con compasión las dificultades del próximo.*

55. NUSSBAUM: 2013, 203.

56. *The Fragility of Goodness. Luck and Ethics in Greek Tragedy and Philosophy* foi traduzido para o português como *A fragilidade da bondade: fortuna e ética na tragédia e na filosofia grega* pela editora Martins Fontes, 2009.

57. NUSSBAUM, Martha. *Sin fines de lucro – Por qué la democracia necesita de las humanidades*. Buenos Aires: Katz Editores, 2010. p.25-26.

30 de setembro de 2014.

E vou buscar o ensaio “*La imaginación literaria en la vida pública*” (1995), onde Martha Nussbaum se apropria do conceito de “poesia pública” de Walt Whitman, em que se discute os conflitos entre os deveres do indivíduo para consigo e seus deveres para com os outros. Ali defende, como recupero:

*La literatura se centra en lo posible, invitando a sus lectores a preguntarse acerca de sí mismos. Aristóteles está en correcto. Al contrario que en la mayoría de las obras históricas, las obras literarias invitan al lector a ponerse en el lugar de gentes de muy diversos tipos y a asumir sus experiencias. En los mismos modos en cómo se dirigen a sus lectores imaginarios, transmiten la sensación de que existen eslabones de posibilidades, al menos a un nivel muy general entre los personajes y el lector. Las emociones y la imaginación del lector, en consecuencia, permanecen muy activos, y es la naturaleza de esta actividades y su relevancia para el pensamiento público lo que me interesa*<sup>58</sup>.

58.  
NUSBAUM:  
1995, p.44-45

Neste ensaio, Nussbaum elege o *romance* como um gênero perfeito e moralmente sério, e toma como exemplo, *Tempos Difíceis* de Dickens. Ela diz que ao lê-lo seríamos capazes de perceber como o ódio forma e deforma a vida das pessoas, como o dinheiro e o poder fazem-nos agir de forma ridícula e fútil. E observa ainda que a personagem central do romance, o avarento senhor Grandgrid tem consciência de que, do ponto de vista político econômico, a imaginação literária seria algo perigoso, levando juízes, legisladores e gestores de bens públicos a considerar sobre a qualidade de vida das pessoas. Ou seja: a Literatura estimula a ação. A leitura é um ato político.

02 de outubro de 2014.

Sob o fantasma da Guerra de Secessão o poeta Walt Whitman escreveu em “À margem do Ontário azul” que o artista literário seria um participante ativo muito necessário para a sociedade por causa de sua vasta imaginação. E é sobre imaginação, fantasia, emoções que Martha C. Nussbaum tenta encontrar lugar em *Justiça Poética: a imaginação literária e a vida pública*<sup>59</sup> para esses elementos no discurso público, na política, na economia. A filósofa toma como exemplo a formação literária de seus alunos no curso de Direito e, ao final do livro, analisa veredictos de casos reais que só seriam possíveis estando nas mãos de juízes com sensibilidade para se colocar no lugar do Outro, deixando rastros de uma sensibilidade literária. Além de permear suas experiências em sala de aula, Nussbaum a cada capítulo faz um paralelo com o romance, *Tempos Difíceis*<sup>60</sup> de Charles Dickens. Para ela, o personagem principal, o Sr. Gradgrind vive os mesmos dilemas da sociedade atual que sofre com a supervalorização da tecnologia e do discurso teórico. Sendo assim, Sr. Gradgrind, completamente alheio ao conhecimento literário (ou humano) torna-se insensível diante de quem o cerca, como sua família, seus alunos e sem nem mesmo desconfiar da perigosa amizade com o Sr. Bounderby que assedia sua filha Louisa.

A primeira fala do Sr. Gradgrind, diretor da Stone Lodge, uma escola construída com seu esforço e suor, “*uma casa enorme e quadrada com um pórtico pesado que obscurecia as janelas principais, assim como as pesadas sobranceiras de seu dono ensombream seus olhos. Uma casa calculada, planejada, equilibrada e testada*” (p.24), é bem clara quanto aos seus métodos:

*Ora, eis o que quero: Fatos. Ensinem a estes meninos e meninas os Fatos, nada além dos Fatos. Na vida precisamos somente dos Fatos. Não plantem mais nada, erradiquem todo o resto. A mente dos animais racionais só pode ser formada com base nos Fatos: nada mais lhe poderá ser de qualquer utilidade. Esse é o princípio do qual educo estas crianças. Atenha-se aos Fatos, Senhor!*<sup>61</sup>

*Justiça Poética*, minha leitura durante os quatro meses uruguaios, divide-se em quatro partes: *a imaginação literária; a fantasia; as emoções racionais; os*

59. Como ainda não saiu uma edição completa do livro *Justiça Poética* em língua portuguesa, a não ser em capítulos esparsos pela internet, tomei a liberdade de traduzir o título do livro vindo da edição espanhola e é a esta edição que farei referência durante todo trabalho. Segue:  
NUSBAUM, Martha C, *Justicia Poética: la imaginación literaria y la vida pública*. Trad. Carlos Gardini. Barcelona: Editorial Andrés Bello, 1997.

60.  
DICKENS, Charles; *Tempos Difíceis*. Trad. José Baltazar Pereira Júnior. São Paulo: Boitempo, 2014.

61.  
DICKENS:  
2014, p.13.

*poetas como juízes*. Preciso, ainda que com brevidade repassar seus argumentos, que serão os meus, por razões diversas, ambas em defesa do literário; ela, por uma questão de sensibilização para a justiça; eu, ciente de que a literatura pode revelar o sujeito a si mesmo. Ela promove a passagem de uma dessubjetivação a uma conduta subjetiva que não resulte em assujeitamento de si a uma disciplina alheia, mas, a uma modalidade de autocontrole, na medida que convoca a um trabalho sobre si que opera em base relacional, intersubjetiva e dinâmica, como propôs Foucault e à luz dele, Deleuze e Guatarri<sup>62</sup>, para redesenhar a condição fragmentária do sujeito na pós-modernidade.

62.  
GUATTARI,  
Félix.  
*Caosmose: um  
novo  
paradigma  
estético*.  
Trad. Ana Lúcia  
de Oliveira e  
Lúcia Cláudia  
Leão. Rio de  
Janeiro: Ed. 34,  
1992.

04 de outubro de 2014.

Hoje preciso resenhar este texto que é básico para enlaçar a discussão em torno da humanização dos leitores pelas personagens de ficção. O corolário disto será o quanto faz falta lidar com os afetos no processo de educação dos jovens e adultos, antes que o crime os alcance. A leitura de narrativas literárias pode compensar a privação emocional que se abate sobre a maioria dos adolescentes, crescendo na rua e mesmo em casa onde falta, sobretudo, o relacionamento, as trocas, a intersubjetividade móvel.

No primeiro capítulo, dedicado à imaginação literária, Nussbaum observa o incomodo do Sr. Gradgrind ao perceber em seus filhos uma pernicioso afloração de sentimentos e recusa pelos métodos científicos do pai. O personagem desconfia que os filhos talvez tenham tido contato com livros literários. Para quem, como Nussbaum, trabalha com a ideia de Literatura enquanto ferramenta para desenvolvimento democrático, não é ignorável o quanto em países que vivem em estado de exceção, a Literatura ou qualquer elemento artístico que possa despertar a curiosidade e a imaginação é considerado algo subversivo. Listas com livros proibidos circularam nos aparelhos de censura durante as ditaduras militares no Brasil, tanto a da era Vargas nos anos 30 e 40 do século passado como a mais recente, iniciada no golpe de 1964.

No segundo, dedicado à Fantasia e no que se refere estritamente a ela, Nussbaum diz que o romance de Dickens não só representa uma competição entre a fantasia e economia política, mas também manifesta em sua estrutura, uma forma de conversar com um leitor hipotético, ativando mais ainda sua capacidade e imaginação. Para a filósofa, a Fantasia é o nome com que o romance designa a capacidade de ver-se uma coisa como outra:

*Ver una percepción, pues como algo que apunta para más allá de sí misma; ver en las cosas perceptibles y cercanas cosas que no están ante nuestros ojos: eso es la fantasía, y por ello el señor Gradgrind la reprueba<sup>63</sup>.*

63.  
NUSSBAUM:  
1997, p.65.

Quer dizer, uma criança que se deleita ouvindo contos ou canções aprende que nem tudo na vida humana tem que ter, necessariamente, uma utilidade. Assim, ela pode encarar o mundo que não se concentra exclusivamente na ideia de uso, mas também é capaz de valorizar as coisas por si mesmas. E com isso a criança transfere automaticamente esta atitude para se relacionar com outros seres humanos. Essas coisas consideradas “brincadeiras” são, na verdade, paradigmas para encarar os elementos centrais da vida humana. O deleite de um leitor, sobre uma obra, cobra também outra dimensão moral, como a preparação para atividades morais de todo tipo de vida. Copio Nussbaum:

*Aquí vemos todas las aptitudes de la fantasía diestramente entrelazadas: su capacidad para dotar a una forma percibida de una significación rica y compleja; su generosa interpretación de lo visible, su preferencia por el asombro sobre las soluciones adocenadas, sus movimientos juguetones y sorprendentes, deleitables en sí mismos; su ternura, su erotismo, su reverencia ante la mortalidad humana. En la perspectiva de Dickens, como en la de Whitman, esta imaginación – incluido el afán juguetón, incluido el erotismo – constituye la base necesaria para el buen gobierno de un país de ciudadanos iguales y libres. Dotada de imaginación la razón se vuelve benéfica, guiada por una visión generosa de los objetos; sin su caridad, la razón es fría y cruel<sup>64</sup>.*

64.  
NUSSBAUM:  
1997, p.73.

No terceiro capítulo se centra meu ponto de intersecção com Helena, intitulado “emociones racionales”. Para Nussbaum, a Literatura está associada diretamente às emoções. Mas não só. E explica: os leitores de literatura encontram nos livros, vários tipos de emoções: medo, aflição, piedade, raiva, alegria, deleite, até amor apaixonado. Platão, que trouxe para o debate público a (des)função dos poetas, percebeu com clareza como os poetas épicos e trágicos cativavam o público narrando histórias de heróis autossuficientes ou daqueles que sofriam profundamente, despertando nas pessoas emoções que, por vezes, poderiam enfraquecê-las diante da missão maior que seria manter a República, despertar nelas sentimentos reprováveis como compaixão ou medo.

06 de outubro.

Nussbaum, no entanto, desmitifica algumas objeções acerca das emoções generalizadas como “irracionais”. A primeira seria considerar as emoções como forças cegas e animais; a segunda, como reconhecimento de determinadas carências. Terceira, a de que as emoções não são imparciais. E a quarta, que as emoções só interessam à vida privada.

Acompanhando seus argumentos: a primeira associa as emoções ao meramente irracional em que não subsiste nenhum juízo de valor. Essa crença vem do direito consuetudinário, quando em um julgamento se usa o argumento de que o réu cometeu determinado crime agindo por impulso, regido pelas emoções. No entanto, isso é falso. Vários filósofos ocidentais como Platão, Aristóteles, os estoicos gregos e romanos, Spinoza e Adam Smith dizem que é importante distinguir as emoções como a aflição, o amor, a inveja, a esperança, dos impulsos corporais como fome e sede. As emoções contêm em si mesmas uma direção a um objeto e, dentro da emoção, esse objeto é encarado e descrito de forma intencional. Por exemplo, direciono minha cólera a alguém que me fez mal. Assim como o amor, de forma relevante, não é cego: percebe o seu sujeito dotado de uma aura e uma importância especial.

Também, argumenta ainda, pode-se dizer que as emoções possuem componentes cognitivos, porque estão relacionadas intimamente a determinadas crenças que se tem acerca de nossos objetos. Se acreditarmos que alguém nos caluniou, ficamos magoados e enfurecidos com essa pessoa, mas se conversamos e esclarecemos que não passa de um mal-entendido, podemos modificar nossa emoção. Claro que existem emoções que nos trazem componentes não-cognitivos como determinados estados corporais, mas que também podemos modificar esses estados.

Em síntese, Nussbaum conclui:

*No hay motivos para creer que las emociones son inadecuadas para la deliberación sólo por ser erróneas, así como no hay motivos para desechar todas*

*las creencias de la deliberación sólo porque pueden ser erróneas. Por cierto se puede argumentar que esta clase de actitud cognitiva tiende a ser errónea por determinado motivo, trátase del contenido o de su modo de formación. Pero sería preciso presentar ya evaluar dicha argumentación*<sup>65</sup>.

Com essa primeira demonstração já pode perceber o esboço de Nussbaum sobre o que seria “educar as emoções” ou despertar “emoções mais complexas” a partir da linguagem, da leitura, do diálogo.

Para a segunda objeção, Nussbaum diz que fazer juízos de valor quando temos uma emoção com uma intencionalidade dirigida, permite reconhecer nossas carências e nossa falta de liberdade plena. Com isso, podemos entender com maior precisão a dimensão cognitiva das emoções, capacitando o agente a perceber certa classe de valor. Para aqueles que atribuem valor determinado a um tipo de coisa, as emoções são necessárias para que se tenha uma visão ética completa.

A terceira objeção encontra-se dentro da falácia do direito que diz que o intelecto é predominantemente imparcial, ao contrário das emoções que nos fazem agir por impulso. Porém, um intelecto cego por emoções, é também incapaz de distinguir valores, e não é capaz de perceber o valor da vida de uma pessoa. É isso que *Tempos Difíceis* tenta demonstrar o tempo inteiro: que de pouco adianta um intelecto frio.

A quarta objeção coloca as emoções como designadas apenas ao indivíduo e não ao coletivo. Geralmente esse tipo de afirmação perpassa regimes autoritários, quando, por exemplo, condenam o romance como gênero meramente pequeno burguês e inútil à vida pública, a política. No entanto, deve-se levar em consideração que, se não há visão quanto a qualidade de vida individual, qualquer movimento econômico ou político fracassará. Por isso, Nussbaum desenvolve a teoria das capacidades com Sen, pela possibilidade de escolha individual por uma melhor qualidade de vida. Romances como *A metamorfose* ou *O processo* de Kafka, por exemplo, demonstram o completo fracasso do sistema ante o indivíduo.

Nussbaum utiliza como dispositivo para regulamentar as emoções como boas ou más, o conceito de *espectador imparcial* de Adam Smith<sup>66</sup> que se

65.  
NUSSBAUM:  
1997, 97.

66. Como me utilizo de uma edição espanhola o termo utilizado é “espectador juicioso”, em português buscando a tradução do termo encontrei-o como espectador imparcial na resenha do livro *Teoria dos sentimentos morais* de Adam Smith editado pela Martins Fontes, 2002. A resenha de RODRIGUES, Denise dos Santos. “Simpatia e espectador imparcial: conceitos fundamentais para uma leitura da Filosofia Moral de Adam Smith” in *Teoria e Pesquisa: revista de ciência política*. vol. 21, n. 2, p. 123-128, jul./dez. 2012, p. 123-127.

encontra na *Teoria dos sentimentos morais* (2002) Essa figura funciona como paradigma de juízos e reações tanto para o dirigente como o cidadão. O espectador imparcial participa pessoalmente de todos os fatos que presencia e ainda se interessa pelos participantes como alguém próximo. Por isso não terá pensamentos ou emoções voltadas apenas para o seu bem-estar pessoal. Ele é imparcial, participa, mas com certo distanciamento para poder observar.

Para a pensadora americana, a literatura serve como fonte moral para esse espectador imparcial de Smith. Sua importância deriva do fato de que a leitura, em efeito, é um sucedâneo artificial da situação do espectador imparcial, e nos conduz de maneira grata e natural a tomar uma atitude que cabe a um bom juiz e cidadão. Ao ler, o sujeito torna-se participante interessado e preocupado, ainda que careça de certos conhecimentos concretos sobre certas posições diante das situações que se nos apresentam.

Como se trata de uma teorização voltada para a Filosofia do Direito, o quarto capítulo traz a função mais específica de poetas como juízes que por demonstrarem um intelecto pleno de emoções saudáveis, se utilizam de uma justiça poética capaz de enxergar o Outro em suas decisões.

09 de outubro 2014.

No curso de pós do semestre 2013.2, com minha orientadora, lendo Paul Ricoeur e seu *Percurso do Reconhecimento*, aplicamos a romances seu trabalho teórico e eu elegi trabalhar com *Lendo Lolita em Teerã: memórias de uma resistência literária*<sup>67</sup> da iraniana Azar Nafisi.

Ali, ela conta a experiência de ter seu trabalho cerceado pela polícia de costumes implantada pelos aiatolás, a partir da República Islâmica do Irã, criada em 1979. Em 1995, sem poder ministrar aulas em nenhuma instituição de ensino de Teerã, Nafisi decide correr riscos e se presentear com o sonho de montar um grupo de estudo, trazendo oito alunas, as mais aplicadas e as mais confiáveis para sua casa, a fim de poderem ler e discutir literatura de língua inglesa.

Embora Nussbaum tenha um trabalho mais voltado para a construção de uma teoria da justiça buscando um lugar para a literatura no discurso público, Nafisi constrói na contingência de seu contexto político uma reflexão ética, partindo da literatura. Ambas concordam com o poder do romance para a formação moral dos cidadãos. Afirmo Nussbaum:

Que la novela (pues a partir de aquí me centraré en la novela) es una forma moralmente controvertida que expresa, con su forma y estilo, en sus modalidades de interacción con sus lectores, un sentido normativo de la vida. Pide a sus lectores que observen esto y no aquello, que actúen de tales maneras y no de otras. Los induce a adoptar ciertas actitudes en vez de otras, con la mente y el corazón. Y, como bien percibía el señor Gradgrind, dichas maneras son malas y tales actitudes sumamente peligrosas desde el punto de vista de una racionalidad económica estrecha, que es, a su entender, normativa para el pensamiento tanto público como privado<sup>68</sup>.

Nafisi, tomada por suas circunstâncias, analisa *Lolita* com suas alunas de um ponto de vista completamente diverso do senso comum. A professora observa o que Nussbaum prevê o que aconteceria com o mundo ocidental se lhes fosse retirado a capacidade de sentir e pensar. Nafisi diz que Nabokov demonstra isso brilhantemente na linguagem romanesca, utilizando-se da sedução e promessas

67. NAFISI, Azar, *Lendo Lolita em Teerã: memória de uma resistência literária*. Trad. Fernando Esteves, Rio de Janeiro: BestBolso, 2009.

68. (NUSSBAUM: 1995, p. 26)

manipuladas ao dialogar com personagens rasos e anestesiados pelo consumo, artifício que não deveria passar despercebido ao leitor:

*Lolita, por exemplo. Trata-se da história de uma menina de 12 anos que não tinha para onde ir. Humbert tentou transformá-la em sua fantasia, no seu amor morto, e a destruiu. A perigosa verdade da história de Lolita não é o estupro de uma menina de 12 anos, mas o confisco de uma por outra. Não sabemos em que Lolita se tornaria se Humbert não a absorvesse. Mas o romance, a obra acabada, é cheia de esperança e beleza<sup>69</sup>*

69. NAFISI:  
2009, p.47.

E reforça o poder do romance como um trampolim de fantasia necessária para lidar com o real:

*Nabokov chama todo romance de conto de fadas, eu diria. E acrescentaria: primeiro deixe-me lembrá-las de que contos de fadas são repletos de bruxas ameaçadoras que comem crianças, de madrastas malévolas que envenenam suas lindas enteadas, de pais fracos que deixam os filhos abandonados nas florestas. Mas a mágica vem do poder do bem, aquela força que nos diz que não devemos nos submeter às limitações e às restrições que nos são impostas pelo Senhor Destino, como Nabokov chamava.*

*Todo conto de fadas oferece o potencial para superar os limites, eles oferecem liberdades que a realidade nos nega. Em todas as grandes obras de ficção, independente da impiedosa, sinistra ou implacável realidade que apresentam, existe uma afirmação da vida, um desafio essencial. Essa afirmação está na maneira que o autor controla a realidade, recortando-a de seu próprio modo, criando, assim, um mundo novo. Declararia com pompa: toda grande obra de arte é uma celebração, um ato de insubordinação contra as traições, os horrores e as infidelidades da vida. A perfeição e a beleza da forma se rebelam contra a feiura e a miséria do tema<sup>70</sup>.*

70. NAFISI:  
2009, p.65.

Uma das questões que provavelmente o leitor de *Justiça Poética* se faça é: por que Nussbaum escolhe romances para estabelecer no desenvolvimento das emoções (corretas) como base para uma política pública, se existem outras formas de narrativas literárias ou outras formas de ativar nossas emoções pelo cinema, teatro ou pelas artes plásticas?

Para compreender essa restrição, é mesmo em consideração a trajetória de vida e acadêmica de Nussbaum que estudou Teatro e Literatura Clássica, em Nova York e se doutorou em Direito e Ética em Harvard Harvard. Atualmente é titular desta cátedra na Universidade de Chicago, ligada ao Departamento de Filosofia. Amartya Sen, com quem ela criou o enfoque nas capacidades estruturais básicas

ou a lista de capacidades para se somar à política desenvolvimento humano, também está ligado ao seu conhecimento em filosofia antiga. Mas, por que romances?

*“Una respuesta obvia ya ha sido sugerida por Aristóteles: nunca vivimos lo suficiente. Nuestra experiencia, sin narrativa es demasiado limitada y demasiado provinciana. La literatura la amplía, haciéndonos reflexionar y sentir lo que de otro modo podría estar muy distante para sentirlo. La importancia de esto para la moral y la política no puede subestimarse. La Princesa Casamassima (con razón, en mi opinión) describe la imaginación del lector de novelas como un ejemplar de imaginación muy valioso en la vida política (así como en la privada), capaz de raccionar de forma simpatética hacia una amplia gama de intereses, reacio a determinadas negociaciones de humanidad. La novela cultiva esas tendencias en sus lectores”.*<sup>71</sup>

71.  
NUSSBAUM:  
2005, p.101-  
102.

12 de outubro de 2014.

Dia da latinoamericanidade. Penso no porque destas eleições teóricas conectadas com meu *Caderno Um* que disparou a pesquisa “fora do lugar” no projeto inicial. Começo a ter as coisas em seu lugar. Novo. A criar sentido, na pesquisa.

O que quero demonstrar ao trazer a teoria social das capacidades de Amartya Sen e a teoria política de Martha Nussbaum acerca da Literatura é dizer que se pode pensar a leitura literária como ferramenta importante para a qualidade de vida e assim atingirmos o sonho de uma democracia participativa. Por isso, faz-se necessário, em nosso país, criar e fortalecer as políticas de leitura. Não apenas Nussbaum, mas vários teóricos são unânimes ao falarem da relação entre Literatura e alteridade. Porque por meio dela, reafirmo, há a possibilidade de chegarmos ao outro, de nos colocarmos no lugar do outro. Esse reconhecimento é, portanto, peça fundamental para pensarmos uma sociedade composta por seres políticos autônomos dispostos a construir a solidariedade baseada em respeito mútuo, aceitação e amor. Agora vai ficando mais claro, porque o ministro da Cultura de Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort, começou a achar estranho o alcance do PROLER: a seu juízo, formar leitores não se conectava com formar eleitores.

Volto a Whitman (como Dickens no romance): ele vê em homens e mulheres, a eternidade, e não minúsculos pontos de sonhos. Segundo a filósofa Martha C. Nussbaum, Whitman reivindica uma “poesia pública”, que seria tão pertinente tanto naquela época como hoje, já que frequentemente percebemos na política, a incapacidade de nossos governantes de enxergar o próximo como um ser humano pleno.

13 de outubro de 2014.

Hoje, em Montevideu, ocorreu o II Encontro Nacional de Biblioteca Solidária,<sup>72</sup> no qual autoridades em políticas públicas de livro da América Latina e Europa apresentaram no Uruguai seus projetos implementados em seus países de origem e os resultados. O evento foi organizado pela equipe do ProLEER<sup>73</sup> sob a coordenação da professora María Guidali.

72. Link para vídeo do Projeto Biblioteca Solidária: <https://www.youtube.com/watch?v=oRdzyFjzAuM>

A abertura foi feita pelo brasileiro Fabiano dos Santos Piúba, na época de seu retorno à Diretoria do livro, leitura, literatura e biblioteca do Ministerio da Cultura, depois de dirigir esta área no Cerlalc, sede em Bogotá, por quase dois anos. Gravei seu texto: “Agentes de lectura como estrategia de inclusón social”. Fabiano dos Santos, como já disse, foi um dos criadores do Projeto Agentes de Leitura do Ceará em 2005. Depois, levou o projeto ao MinC que o ampliou para os demais estados do Brasil com a coordenação pedagógica da Cátedra UNESCO de Leitura. Foi um projeto pioneiro depois da implantação do PNLL, pelo Ministro Gilberto Gil (2006) e serviu de modelo para outros países como Colômbia e Uruguai.

73. PROLEER é um departamento pertencente ao CODICEN/Consejo Directivo Central, que por sua vez pertence à Administración Nacional de Educación Pública. ProLEER significa Programa de Lectura y Escritura

No entanto, os Agentes de Leitura foram pensados com um modo de atuação mais livre que a Biblioteca Solidária uruguaia. O Programa Agentes de Leitura seleciona mediadores para atuar na área onde moram cadastrando famílias que se interessem por leitura, podendo o agente ler para a família ou apenas fazer empréstimos dos livros de seu acervo, cerca de cem títulos de literatura de todos os gêneros, como também livros de consulta - dicionários ou enciclopédias - que lê e recebe durante sua formação.

Já a Biblioteca Solidaria, apesar de também trabalhar com mediadores de leitura, atua apenas nas escolas. Voluntários da comunidade e professores organizam-se em torno de um guia pedagógico distribuído pelo ProLeer, para elaboração de um Plano Leitor Escolar (PLE); depois seguem com um guia de atividade de dinamização de leitura, outro para formação de equipes comunitárias de leitura e, por fim, para formação de espaços de leitura e recomendação de livros através da X.O.

Fui buscar María Guidali, para entender o que era o X.O. Deste modo, são chamados os modelos de computador distribuídos pela rede pública de ensino do Uruguai. Ele oferece acesso a internet e uma configuração básica para baratear seus custos e manutenção. A distribuição desses computadores não apenas melhorou o aprendizado das crianças como diminuiu a evasão escolar. Em 2007, 150 alunos da escola Villa Cardal, localizada no departamento de Florida, recebiam os primeiros laptops do projeto “Conectividade Educativa de Informática Básica para o Aprendizado em Linha” (Ceibal), conhecido como Plan Ceibal. Foi a primeira ação da iniciativa lançada no fim de 2006 pelo governo uruguaio com base no projeto “Um computador por aluno” (One Laptop per Child, em inglês), idealizado por Nicholas Negroponte, engenheiro do Massachusetts Institute of Technology (MIT). Hoje todos os alunos da rede pública possuem um computador. O objetivo do projeto era aperfeiçoar a educação infantil e diminuir a exclusão digital entre jovens e adultos.

Cada escola recebe um acervo para ser utilizado em sala de aula, porém com outro viés, mais literário e menos pedagógico, o objetivo é incentivar a leitura e seus desdobramentos. Os resultados, embora de longo prazo, começam se refletir no comportamento dos alunos com o aprimoramento do vocabulário, maior capacidade de concentração e desenvolvimento da criatividade, ou seja, melhor raciocínio para lidar com as outras disciplinas. O projeto já está implantando em 300 escolas com probabilidade de expansão para o restante do país.

Compareceram também ao II Encontro Nacional de Bibliotecas Solidárias: Ana Kaufman (Argentina) com “*Aprender a leer es leer*”; Enrique Riquelme (Chile) com “*La lectura mediada de literatura infantil para el desarrollo de competencias emocionales em la escuela*”; Alicia Oviedo (Uruguai) com “*La lectura em los niños sordos*”; Ana Siro (Argentina) com “*Libro álbum: el género, los lectores y los mediadores*”; Inés Miret (Espanha) e María Guidali com “*Devolución: estudio de las condiciones y las prácticas de lectura y escritura antes y después de la Biblioteca Solidaria*”; e, por fim, Silvia Castrillón com “*Por qué los clásicos*”.

Dias depois, a convite da mesma direção, chegava minha orientadora para dialogar com o ProLEER sobre as experiências do PROLER na formação de

mediadores. Senti que esta reunião teria sido preciosa se apresentada durante o II Encontro.

22 de outubro de 2014.

Caiu nas mãos do poeta Augusto Frederico Schmidt, assessor no governo Juscelino Kubitschek, criador de Brasília, um surpreendente relatório de prestação de contas do município de Palmeira dos Índios/AL. Reza a lenda que o autor do relatório recebeu uma solicitação urgente do poeta para que lhe fosse enviado o romance que este estaria guardando. E foi assim que Graciliano Ramos saiu da gaveta, o narrador mais celebrado no Brasil, que aos 14 anos era quase analfabeto: encontrar a biblioteca de um vizinho transformou sua via, literária e política.

Mais de 50 anos depois, eles não sabem, não há mais tempo para tanto. Não há mais tempo para tecer um começo. Meu assunto com Helena era apenas um Sim ou Não. Enviei-lhe um email no dia 13 de janeiro, a pedido de minha orientadora que já a contatara, para meu Doutorado Sanduíche no Exterior, e junto seguiram meu currículo e um artigo. Ela me respondeu no dia seguinte. Agora estou há quase três meses com ela aqui, em Montevideú.. E sei, sinceramente, que seria melhor para ambas, se eu iniciasse esse texto como deveria ser: uma resenha sobre os originais que li do segundo romance de Helena que me foi presenteado em um de nossos encontros. Mas cada letra escrita me faz pensar que tenho o poder de multiplicá-la, escrevendo infinitamente histórias de começos, a la Calvino.

24 de outubro de 2014.

Helena me passou os originais de seu segundo romance, se chama *El Refugio de las palabras dormidas* que será lançado em 2015<sup>74</sup>. Depois de lê-lo em primeira mão, consigo perceber a autora mais próxima de si mesma que da narradora de sua história, não por acaso, também se chama Helena. Esse fato não enfraquece a narrativa literariamente, ao contrário; trata-se de uma escrita visceral, de quem tem que lidar com a pobreza, a (auto) marginalização de mulheres em situação de rua, e tem de transformar esse cotidiano em literatura para um público leitor ou para quem esteve presente, ao lado de Helena nos Refúgios ou Centros Diurnos. Ao contrário do primeiro livro a autora apresenta uma teoria como pano de fundo de sua narrativa

Com uma população de rua crescente, de acordo com a procura pelos abrigos noturnos e percebendo o número crescente de mulheres e crianças entre elas, o Ministério de Desenvolvimento Social convocou ONGs para apresentar projetos tentar uma solução para esse problema. O projeto dos Refúgios Diurnos foi apresentado pela ONG Centro para el Desarrollo de intervenciones y estudios socioculturales, no final de 2006 e colocado em andamento em janeiro 2007. Esses abrigos funcionaram durante os 365 dias do ano, das 9h às 18h com vagas para 60 pessoas. Seu objetivo era capacitar essas mulheres em situação de rua (de preferência com filhos) a buscarem uma forma de vida autônoma, revertendo assim o tempo “ocioso” em que passariam nas ruas e, ao mesmo tempo era uma medida que as protegia, sabemos que mulheres e crianças são parte de uma população bastante vulnerável à violência.

Antes de partir para o Uruguai, o primeiro artigo enviado a mim, por Helena Modzelewski, para que tivéssemos certeza de que falávamos de literatura com o mesmo objetivo, foi exatamente uma palestra sobre os trabalhos desenvolvidos nesses abrigos diurnos, intitulado: “*Preferencias adaptativas y auto-exclusión social como fallo emotivo: su reeducación a través de narraciones*”<sup>75</sup>. No texto, a professora coloca esses refúgios como caso experimental, amparando-se na teoria das capacidades de Sen e das emoções racionais de Nussbaum.

74. MODZELEWSKI, Helena. *El Refugio de las palabras dormidas*. Montevideo: Susana Aliano Casares, 2015.

75. Esse artigo foi preparado para uma palestra apresentada na Universidade de Rosário (Argentina) em 2010.

Para falar da importância da preservação da população feminina, Modzelewski toma como exemplo o trabalho observado por Sen e Nussbaum no estado indiano de Kerala, cujo desenvolvimento se destaca pelo alto nível de alfabetização e o baixo nível de mortalidade infantil, ou seja, apresentando uma qualidade de vida muito superior aos demais. Kerala é um estado de tradição matriarcal e cujas novas políticas sociais respeitaram e valorizaram essa qualidade, já que sabemos que as mães são responsáveis pela administração afetiva e econômica da família, desde o cuidado com a saúde ao gerenciamento da renda e, sobretudo, o cuidado com os filhos, ou seja, com os cidadãos futuros de Kerala. Então, as novas políticas puseram-se a capacitar essas mulheres começando pela instrução educacional e o reconhecimento de seus direitos.

Percebeu-se que a pobreza local e a falta de perspectiva não se davam apenas pela falta de distribuição de bens, mas principalmente de desenvolvimento e exercício de suas capacidades, ou seja, de uma alfabetização política. Primeiro, entender porque “sou pobre”, o que me faz estar nessas condições, o que devo fazer para reverter meu quadro, como exercício de minhas liberdades políticas e meus direitos civis.

25 de outubro de 2014.

Da mesma forma que Nussbaum ou Sen percebiam a autoexclusão no discurso das mulheres de Kerala, Modzelewski também o localizava no discurso das próprias frequentadoras do abrigo como uma resistência à mudança, também chamada de *preferências adaptativas*:

Nussbaum (2000, p.112) señala que uno de los mayores problemas de la implementación de políticas sociales es las preferencias que las mismas mujeres expresan, porque muchas de esas preferencias no son buenas referencias, ya que su génesis está mezclada con circunstancias que están fuera del control del sujeto. De hecho, ha sido demostrado que las preferencias adaptativas surgen de la persistente frustración de expectativas, lo cual moldea las preferencias de manera que los sujetos experimentan un deseo irracional hacia algunas circunstancias en sus vidas, a la vez que rechazan oportunidades que los llevarían a cambiar su situación. Nuestro desafío, entonces, es encontrar una manera de dismantelar tales preferencias, develando, en palabras de Harsanyi (1982, p.55), las “verdaderas preferencias” de estas mujeres objetivo, con el fin de que comprendan por sí mismas lo que es mejor para ellas y vivan sus vidas autónomamente. Son esas pseudo-preferencias lo que hay que ayudar a cambiar.<sup>76</sup>

76.  
MODZELEWSKI:  
2010, p.5.

A professora propõe um (re)ajuste no discurso, no caso, das frequentadoras dos centros diurnos a partir de textos narrativos (literários) nos quais elas se percebessem que refletindo sobre aquele “outro” que estava sendo lido, elas poderiam refletir e reorganizar o pensamento sobre si mesmas e propor para si novas mudanças. É o que Nussbaum chama de *método narrativo* que Modzelewski descreve:

El método que utiliza Martha Nussbaum (2000, p.15) para llegar a comprender las causas por las que una persona llega a las circunstancias en las que se encuentra y por las que ha desarrollado preferencias adaptativas es el método que ella llama *narrativo*. Por esa razón en todos sus escritos utiliza la narración de eventos particulares de determinadas vidas para teorizar sobre sus consecuencias<sup>77</sup>.

77.  
MODZELEWSKI:  
2010, p.5.

Levando em conta essas questões teóricas, Helena, a narradora, dá início a sua missão de despertar as palavras adormecidas naquelas mulheres:

Es martes de mañana y, mientras esto esta sucediendo, como todas las semanas yo entro al refugio diurno para madres sin techo en la calle Soriano, accediendo por su majestuosa escalera de mármol. Ya estoy acostumbrada, pero me llamó la atención la primera vez que fui. Esperaba un lugar triste, húmedo y oscuro como las historias que me esperaba para escribir de sus ocupantes. En cambio, la sorpresa me enfrentó a una a una restaurada casona vieja del centro de Montevideo. De esas casas de altos, construida para las familias adineradas de principios del siglo pasado.<sup>78</sup>

[...]

Entonces, yo misma he comenzado a trabajar en esta casona, donde a veces se oyen risas y a veces gritos desgarradores, donde niños en la oficina y un par de mujeres se trezan en una discusión al borde de los arañazos, porque una ha alardeado de que se acostó con el marido de la otra. Magdalena me contó que varias mujeres habían comenzado a escribir, en sus momentos de soledad, sobre las cuestiones que les provocaban los diferentes talleres. Pero ninguna educadora, por ahora, se había propuesto a hacer algo. Yo podría trabajar en un taller de escritura. Y así fue como me uní al plantel docente del refugio<sup>79</sup>.

78.  
MODZELEWSKI:  
2015, p. 7.

79. Idem,  
p.10-11.

O fato da autora e narradora terem o mesmo nome, fez-me traçar dois caminhos. O primeiro que é o natural, o de observar e dar testemunho do drama dessas mulheres em situação de rua. O segundo é pensar Helena transformando-se em personagem, deixando transparecer seu drama e suas dúvidas enquanto mediadora de conhecimento: até que ponto somos afetados ou afetamos a vida das pessoas, como ocorrem essas relações de troca, principalmente diante de um público tão fragilizado emocional e economicamente? Como essa relação vai evoluindo ao longo do livro e como a narradora se posiciona diante de um pedido de ajuda que esgotada já nada pode fazer, se a personagem não se dispõe à transformação.

26 de outubro de 2014.

O pensamento de Rorty em meu *Caderno Um*, não se distancia desta compreensão sobre o papel da literatura frente às ciências sociais aplicadas, segundo Nussbaum. O reconhecimento de si passa pela alteridade que no romance, a literatura pode trazer. Neste caso é bom que eu recorde a lição de Ricoeur, que fez uma análise detalhada da diferença fundamental entre os dois usos principais do conceito de identidade: a identidade como mesmidade (latim *idem*) e a identidade como si próprio, ipseidade (latim *ipse*). Ricoeur, em *Percurso do Reconhecimento*, procura mostrar a profunda diferença entre pensar-se a identidade pessoal em termos de mesmidade e ipseidade. A mesmidade encontra-se subjacente a noção latina de *idem*, que expressa a identidade alcançada a partir da permanência substancial no tempo; pelo contrário, o conceito de ipseidade implica um outro tipo de identidade, enquanto *ipse*, que se constrói a partir da temporalização de si próprio. O ser enquanto *idem* e o ser enquanto *ipse* não são coincidentes, ambos se entrecruzam. O *idem* traduz a neutralização impessoal de uma existência (o indivíduo não como pessoa, mas como entidade neutra). Esta é uma identidade estática, atemporal, abstrata. O *ipse* manifesta a presença a si próprio de uma pessoa. Esta é uma identidade dinâmica, temporal, que inclui mudanças. O ponto de partida para o entendimento da noção de ipseidade, de si-próprio, dá-se na questão “quem”, distinta da questão “o quê”. Responder à questão “quem” é contar a história de uma vida. A história que é narrada apresenta o agente da ação. A mediação narrativa sublinha o caráter notável do conhecimento de si próprio: ser uma interpretação de si próprio. Se não é possível um conhecimento direto de nós próprios, nada nos impede uma mediação interpretativa de nós mesmos, através do uso de uma linguagem narrativa.

A questão assim formulada confirma o papel que a literatura e antes dela a leitura podem exercer na construção de uma subjetividade processada na linguagem. A literatura além de provocar o uso da cognição pelo trato com as emoções, viabiliza um espelhamento de linguagem que se corrige pela alteridade. : o conhecimento de si próprio é uma interpretação - a interpretação de si próprio,

por sua vez , encontra na narrativa, entre outros signos e símbolos, uma mediação privilegiada , - esta última serve-se tanto da história como da ficção, fazendo da história de uma vida uma história fictícia ou, se se preferir, uma ficção histórica, comparáveis às biografias dos grandes homens em que se mistura a história e a ficção (RICOUER, 2000, p. 2).

O processo que leva o barãozinho a subir nas árvores é o da passagem da mesmidade à da ipseidade. Mas esta construção depende da crise, e do outro que devolve a si um reconhecimento em nada especular. A literatura não copia mas reinventa, e recria, contexto, personagens, leitores.

16 de novembro de 2014.

Tenho mais lido que escrito nos últimos dias. Procuo agora rever neste caderno dois do meu diário, a o trajeto que montei para pensar a relação entre educação, literatura e cidadania. Os caminhos teóricos que aproximam estes pensadores na minha leitura, -Rorty, Nussbaum e Ricoeur - para apoiar a fundamentação de uma experiência vivida no plano da linguagem: a de que os homens se constroem na linguagem e esta precisa ser atravessada pelos afetos, tanto quanto pela gramática e que o reconhecimento de si passa pelo outro. A condensação que estrutura o literário permite a contração e a expansão súbita da sensibilidade à razão, facultando sem muitas operações lógicas a compreensão súbita da vida nua.

Até o final do mês recebo Eliana que vem fazer uma palestra no departamento de Helena e uma consultoria à Biblioteca Solidária. Começo a recobrar o ânimo. Volto a ler poesia de Mario Benedetti e os minicontos de Eduardo Galeano. Preparando meu retorno ao Brasil, à Bahia. Minha nova territorialidade.

**3**  
**Caderno Três**

**Santo Amaro da Purificação/ Bahia**

*Era o melhor de todos os tempos, era o pior de todos os tempos, era a idade da sabedoria, era a idade do disparate, era a época da fé, era a época da descrença, era a estação da lua, era a estação da treva, era a primavera da esperança, era o inverno do desespero, tínhamos tudo a nossa frente, não tínhamos nada a nossa frente, em suma, era uma época tão semelhante à atual, que algumas das suas mais espalhafatosas autoridades insistiam em ser aceitas, para o bem ou para o mal, apenas no grau superlativo: Deuses ou Demônios.*

Charles Dickens

16 de maio de 2016.

A cultura não é a cereja do bolo. Ela é o fermento e a massa<sup>80</sup>. Não imaginava que tivesse que voltar a discutir algo que já estava posto no Brasil desde a abertura política: Por que devemos ter um Ministério da Cultura? Por que a cultura é importante?

Rastreio nos documentos do MinC: foi criado em 15 de março de 1985 pelo presidente em exercício José Sarney. Após 31 anos de ditadura militar no Brasil. O Ministério da Cultura ficaria responsável pelas Letras, Artes, outras expressões da cultura brasileira, pelo patrimônio arqueológico, artístico e cultural do país. Há pouco, 13 de maio de 2016, com o afastamento da presidente Dilma Rousseff devido à crise política e econômica que já se arrastava no Brasil desde o primeiro momento do seu segundo mandato, o Diário Oficial da União publicou a medida tomada pelo presidente interino Michel Temer (PSDB) de extinguir o Ministério da Cultura, para torná-lo uma secretaria do Ministério da Educação. O propósito velho: enxugar o orçamento da União começando pela extinção de alguns Ministérios, principalmente aqueles que foram criados e mantidos como avanço na garantia dos direitos sociais: como a Secretaria das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Experiência traumática repetida: em 1990, lembro-me de reduzirem o MinC a uma secretaria durante os dois anos de governo do ex-presidente Fernando Collor de Melo. Luz vermelha acesa: artistas começaram a ocupar prédios e órgãos pertencentes ao Ministério da Cultura.

80. Fala da professora Eliana Yunes em depoimento gravado, em 1996, para o PROLER. Esse depoimento foi gravado para memória do Programa que teve suas atividades interrompidas naquele ano.

20 de maio de 2016.

O presidente interino, Michel Temer, revogou sua decisão e recriou o MinC por meio de uma medida provisória, uma vez que a extinção já havia saído no Diário Oficial da União/DOU, empossando como ministro Marcelo Calero. Como as decisões estão se fazendo enquanto escrevo, os artistas que decidiram ocupar os aparelhos do MinC dizem que não reconhecem um ministério criado pelo governo interino, que não haverá diálogo entre as partes, criando o movimento #OcupaMinC, sendo lançado o Manifesto Nacional pela Democracia (em vídeo) e uma audiência em Brasília para se discutir a extinção do Ministério, enquanto, 100 órgãos do MinC já haviam sido tomados em todos os 27 estados da federação. Nesta audiência os responsáveis pelo movimento, por meio da atriz Mariana Britto, reiteram que não há qualquer possibilidade de negociação e onde é lida como “Resposta nacional à Mídia: a democracia é inegociável”<sup>81</sup>.

81. Tanto o “Manifesto” como a “Resposta nacional” estão hospedados na página Ocupa MinC RJ e podem ser acessados: <https://www.facebook.com/OcupaMinC RJ/>

25 de maio de 2016.

Nas redes sociais, parece que emitir opinião é obrigatório e necessário. A opinião dos cidadãos brasileiros dividiu-se entre os que ficaram contra ou a favor da extinção do MinC. Não interessam as razões políticas ou econômicas que levaram o governo interino a tomar esta medida, o que interessa aqui é o discurso produzido na mídia e nas redes sociais que me levaram a pensar que nem os governantes e nem os cidadãos consideram a cultura uma peça importante no desenvolvimento do país.

Ano passado saiu em português uma polêmica similar a essa mesma questão que Martha Nussbaum desenvolve quando escreve *Sem Fins lucrativos: Porque a democracia necessita das humanidades* (2015)<sup>82</sup>. Nele, a filósofa pensa o reflexo na educação, da crise econômica mundial de 2008, que abateu principalmente os Estados Unidos. Para Nussbaum os países obcecados pelo crescimento do PIB passaram a eliminar dos currículos escolares qualquer coisa que lhes pudesse atrapalhar os planos da criação de uma geração de “máquinas lucrativas”. As disciplinas extirpadas são justamente as Humanidades e as Artes.

Diante dos acontecimentos desencadeados pela crise política provocada pela corrupção em rede nacional, foi exatamente isso que aconteceu diante dos meus olhos: as pessoas relegando o papel da cultura a mero entretenimento, que não gera renda ou lucro, que não serve para absolutamente nada. Exatamente como a ferida exposta por Nussbaum, saí observando o comportamento e as opiniões emitidas nas redes sociais, desde o dia 18 de maio, artistas de vários segmentos iniciaram uma campanha virtual com a hashtag #FicaMinC.

Dois artistas me chamaram atenção ao se manifestarem para o público tentando justificar suas existências, Filipe Catto, de 28 anos e Vitor Ramil, 54 anos, ambos gaúchos. Catto fala como sua pessoa jurídica movimenta o setor cultural empregando pessoas direta e indiretamente, atingindo um raio bem maior que o trabalho de um único artista:

82. Quando iniciei minha pesquisa ainda não havia a tradução de *Sem Fins Lucrativos*, agora passo a citá-lo em português com a seguinte referência:  
NUSBAUM, Martha C. *Sem fins lucrativos: Por que a democracia precisa das humanidades*. Trad. Fernando Santos. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

Sou um trabalhador da cultura. Tenho CNPJ, responsabilidades, pago altos tributos e tenho muito orgulho de proporcionar trabalho para as pessoas da minha equipe. De proporcionar trabalho para produtores, técnicos de som, iluminadores, músicos. Uma equipe onde homens e mulheres convivem igualmente em direitos e responsabilidades. Tenho orgulho de que nosso trabalho de formiguinha movimente o trabalho do bilheteiro e do pessoal do *catering*. Que movimente trabalho para a empresa de segurança terceirizada. Para os técnicos de luz e som. Para o motorista que leva nosso equipamento. Para quem monta as enormes estruturas dos palcos de eventos e festivais. E o pessoal que fabrica nosso *merchandising*. E o pessoal que imprime nossos ingressos. Para o pessoal que instalam e alugam os banheiros químicos, estruturas de segurança, lonas e todo aparato para que o circo se erga. O pessoal do estacionamento. E também a equipe dos espaços onde a arte acontece, seus curadores, pensadores, contratantes e toda uma cadeia produtiva que aflora da necessidade que o público e o artista tem de se encontrar para transcender. Não vamos admitir que nosso trabalho que movimenta tantos valores seja tratado como se nada fosse. O Minc é uma conquista de todos, e que fomenta iniciativas culturais valiosas para nosso patrimônio humano<sup>83</sup>.

Reação dos internautas:

*Katia Costa: ano passado o Ministério da Cultura gastou mais de 1,7 BILHOES e uns quebrados Milhões. Pode acessar e conferir. Foi mais do que o gasto em habitação (82 Mi), Saneamento (1,2 Bi) e por aí vai. Não creio que com a extinção desse Ministério o povo fique sem Cultura. O povo precisa ver a economia crescer e com isso o seu emprego voltar. De fato não queremos só Comida...queremos Trabalho, Saúde, Educação e Segurança.*

*André Luis Lange: A arte é linda, mas deve se autossustentar. Como contribuinte, não quero ver o dinheiro dos meus impostos indo para shows ou teatro, quando falta quase tudo neste país. É uma questão de prioridade de pra onde o dinheiro deve ir. Os shows e espetáculos que se sustentem com o dinheiro dos ingressos. No dia que começar a sobrar dinheiro neste país, aí sim pode ir pra cultura.*

*Mateus Silva: Eu sou empresário do ramo de gastronomia e tenho CNPJ e emprego e ajuda várias famílias. Porem não acho justo que o meu dinheiro seja usado para ajudar a sua profissão. Me desculpe prefiro que ele seja usado para garantir uma melhor educação, saúde, transporte e etc.*

*Elton Diego: os vagabundos que só mamam na teta vão ter que trabalhar ...querem viver da arte então façam arte sem precisar puxar o saco do governo*

*Driely Silva: O Brasil está QUEBRADO, não tem mais condições de sustentarem TROCENOS ministérios! Ainda bem que você possui cnpj e emprega muita gente, mas existem 11 MILHÕES de pessoas desempregadas nesse país e se nada for feito pra impulsionar essa economia que está simplesmente estagnada, NÓS PESSOAS NORMAIS, VAMOS MORRER DE FOME !!! A máquina pública precisa ser enxugada.*

83. Filipe Catto Alves (1987) é gaúcho e atualmente vive em São Paulo. É engajado no movimento Ocupa MinC SP e rende apoio às ocupações das escolas públicas da cidade de São Paulo desde 2015. Nos últimos meses venho acompanhando, por ser grande admiradora música brasileira, seu trabalho pelas redes sociais. Além de um bom músico, é uma pessoa disponível e acessível, tanto ele como seu produtor Ricardo de Medeiros Scaff (Ricky Scaff).

Já conhecia Vitor Ramil e sua militância na MPB, li seu artigo dias depois da publicação na Zero Hora e dos primeiros momentos após a extinção e retorno do MinC. No artigo especialmente escrito para o jornal *Zero Hora* em um caderno especial “A cultura e o governo”, Ramil traz à baila o que é ser artista como profissão, como é ser reconhecido e o eterno investimento na própria formação e (re)criação e qual sua importância numa sociedade<sup>84</sup>:

*[...] A sociedade está sempre pronta para receber os engenheiros, os médicos ou os advogados, nunca os artistas. Se um médico pendurar seu diploma em uma parede, entrar e sair rotineiramente pela porta de um consultório em que estiver afixada uma placa com seu nome e especialidade, ninguém dirá que ele não é um médico, seja ele bom ou mau profissional. Para o artista, um diploma e uma porta com seu nome nunca serão o suficiente. Seu reconhecimento dependerá sempre de critérios subjetivos. O que ele faz é artístico? O que é arte afinal? O próprio artista pode passar a vida fazendo-se essas perguntas. O dilema começa cedo. Ninguém pode dizer a uma criança ou a um adolescente se ele é ou será um artista. O artista só ouve a própria voz. Nos tornamos aquilo que somos, disse outro escritor. Mas que difícil é escutar a própria voz, dizer para si mesmo: sou um artista, serei um artista.*

*A difícil trajetória para um artista pode ser consequência do valor intrínseco do que ele produz, mas pode também, e talvez principalmente, resultar da dificuldade de inserção num sistema em que a arte é menos necessária que supérflua – daí a importância, para todas as sociedades, da existência de instituições culturais sólidas, aquelas que ambicionam dar à arte seu devido e digno lugar no sistema.*

*[...]*

*O artista paga alto preço por levar uma vida não convencional. Além disso, como para as pessoas em geral a arte está ligada aos momentos de entretenimento, prazer ou mesmo de descanso – aos momentos em que saem da "rotina" –, impõe-se a ideia de que o artista vive só nesses, por esses e desses momentos de lazer, que sua vida é uma festa permanente. Pouco se sabe do fazer artístico, do quão difícil e complexo ele pode ser, de quanta transpiração existe para cada inspiração. (...)*

*(...) não acredito que o papel do artista na sociedade mude muito de um lugar para o outro. No caso do Brasil atual, a dita demonização dos artistas me parece pontual, diz respeito à política. As pessoas estão demonizando umas às outras de um modo que acena com a barbárie, com a falência de um projeto democrático para o país. Por que os artistas seriam poupados dessa insanidade se, em sua maioria, eles se situam no espectro político mais à esquerda, justamente o que agora está sendo julgado?*

*Mas estou seguro de que aqueles que hoje insultam um Chico Buarque ou um obscuro grupo de teatro de vanguarda sabem, no fundo, que o trabalho desses artistas é da maior importância; sabem que, produzindo cada um a seu modo e com liberdade, eles são fundamentais para a nossa constituição como nação. Uso a expressão "no fundo" de propósito. Talvez o foco agora devesse estar no fundo, talvez precisássemos ir fundo nisso. Que tal irmos e sairmos de lá compartilhando a mais legítima alegria cidadã?<sup>85</sup>*

84. Vitor Hugo Alves Ramil (1962) é de Pelotas onde reside. Além de ser um músico de renome seus trabalhos de pesquisa como a “A Estética do Frio” é de grande contribuição para música brasileira, principalmente, para o reconhecimento da diversidade e inserção da música produzida Sul do Brasil e fronteiras no cenário nacional e internacional. “A Estética do Frio” Ano ou “L’esthétique Du Froid” foi lido pelo músico no Théâtre Saint-Gervais em Genebra, Suíça, no dia 19 de junho de 2003, como parte da programação Porto Alegre, un autre Brésil.

85. RAMIL, Vitor. “O artista paga alto preço por não levar uma vida convencional”, Caderno Especial: A Cultura no Governo. In *Zero Hora*. Porto Alegre. Publicado em 03/06/2016. Link: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/entretenimento/noticia/2016/06/vitor-ramil-o-artista-paga-alto-preco-por-levar-uma-vida-nao-convencional-5825352.html>

Aqui considero oportuno registrar que a história da civilização ocidental não começa com as ciências, mas com a Arte. Os gregos nascem de epopeias e tragédias, entre celebrações rituais e o pensamento filosófico emergente. O que chamamos arte era TEKNÉ fico pensando como fizemos desta herança desmemoria.

26 de maio de 2016.

Além dessa redução do MinC, os usuários não veem o dinheiro dispensado à Cultura pelo Ministério como investimento, eles o percebem apenas como órgão financiador de espetáculos. As pessoas parecem desconhecer ou não compreender o trabalho do IPHAN na preservação do patrimônio histórico e arqueológico do Brasil. Não compreendem as leis de incentivo como uma forma de expandir, para além do sudeste, o acesso aos bens culturais como cinema, bibliotecas, teatros.

Outra opinião sobre a extinção e o retorno do MinC e que sabe dos reflexos disso para (des)continuidade das políticas públicas de leitura é a de José Castilho Marques Neto<sup>86</sup>, afinal, a leitura é uma prática silenciosa na maior parte das vezes, não chama atenção da mídia. Castilho publicou em rede social:

*E daí? Se a extinção do Ministério da Cultura foi retrocesso grave que atingiu o centro simbólico das conquistas de cidadania que a população brasileira obteve nos últimos anos, a agora anunciada reinstalação do MinC, fruto da resistência cultural e democrática, não deve ser louvada como um acerto do governo presidencial provisório e muito menos ensejar gestos de boa vontade e integração passiva com os novos mandatários. O que está em pauta aqui é reconhecer ou não um governo regressivo e instalado sob um jogo antidemocrático evidente e ilegítimo frente ao resultado da vontade majoritária de 54 milhões de brasileiros.*

*O Ministério da Cultura foi fruto da democracia conquistada após a ditadura e, ao se abrir às manifestações culturais e à diversidade da população brasileira em todos os quadrantes do país, reconheceu e estimulou o que há de melhor na sociedade, ou seja, a reflexão, a crítica, o questionamento, o olhar diverso, diferente, perturbador, das artes e das culturas em toda sua complexidade. Rebaixar a importância da cultura é uma tentativa de rebaixar a alma brasileira, aquilo que nos anima a sermos seres humanos com direitos, com cidadania, com consciência crítica, com identidade e pertencimento. É forçoso reconhecer que existe uma lógica entre governos ilegítimos e autoritários, como é o caso do governo provisório de Temer, e a tentativa de encapsular a cultura viva do país tornando-a apenas um item de entretenimento como é comum nos dias de hoje nesta sociedade do espetáculo onde a fofoca (tão utilizada no golpe) se sobrepõe à análise crítica que é intrínseca à reflexão livre e ao debate democrático.*

*O fato de voltar a ser MinC não o destaca olímpicamente de um governo reacionário e antipopular. Da mesma maneira, se persistisse o continuado sufocamento financeiro nos governos Dilma sobre a Cultura, que comprometeu seriamente programas e ações estratégicas para a cidadania, como a área de leitura, literatura, livros e bibliotecas que enfrentava o menor orçamento desde 2003, o resultado seria desastroso. Neste último caso as justas reações e protestos já haviam se iniciado, como ficou patente na última reunião do CNPC pouco antes do golpe. Mas ainda mais desastroso seria perder o nexos entre status ministerial*

86. José Castilho Marques Neto nasceu em São Paulo em 1953. É formado em Filosofia e doutor na mesma área, se especializando em história política da esquerda no Brasil. Foi diretor da Editora UNESP. E também foi secretário executivo do Plano Nacional do Livro e Leitura.

*somados a recursos para a Cultura e os valores simbólicos que são fundamentais para a construção democrática de uma nação livre*<sup>87</sup>.

87. Publicado em rede social no dia 21 de maio de 2016.

Pergunto: como conciliar a exigência da não extinção do MinC ao não reconhecimento da sua reinstalação pelo governo ilegítimo?

27 de maio de 2016.

Quando estava em um país estrangeiro, percebi nitidamente que é a cultura que nos distingue. Imagino que se não fossem nossas singularidades culturais seríamos todos tão impessoais quanto um shopping. Quando estive no Uruguai, nenhuma pergunta se referia ao meu poder aquisitivo. Mas três perguntas eram certas: A primeira, se eu gostava de ler Jorge Amado e o quanto eu era sortuda por lê-lo no original. A segunda referia-se a riqueza da música brasileira. E a terceira era sobre os programas sociais desenvolvidos no Brasil.

A pergunta sobre Jorge Amado me parecia bem curiosa porque, apesar de estar no Uruguai, na maior parte do tempo, entre estudantes ou professores de Letras ou Filosofia, ela partia de estranhos passantes, pessoas com quem trocamos uma meia hora de conversa para nunca mais. Um taxista chegou a me confidenciar o sonho que tinha de conhecer a Bahia de Jorge Amado, os casarios e os centros históricos. Na estante da casa da minha infância havia uma coleção completa de Jorge Amado. Foram praticamente minhas primeiras leituras. Depois fui descobrindo outros autores que se tornaram meus favoritos, enquanto Jorge Amado ficou nessa estante que o Uruguai me trouxe de volta. E me fez perceber que existe um Brasil escrito que nenhuma agência de viagem pode alcançar: um país único representado por um escritor.

A música é a linguagem que tem maior prestígio dentro e fora do Brasil, porque é o que mais movimenta a indústria cultural brasileira, inclusive determinados segmentos da se autossustentam sem precisar de incentivo do Estado. Em uma entrevista ao documentário *Palavra (En)Cantada*, 2009, Tom Zé, como músico, desenvolve a teoria que nosso país deixou de ser visto como colônia exportadora de matéria prima quando os acordes da bossa-nova começaram a circular pelo mundo. De repente, um país pobre também conhecido apenas pelo carnaval e futebol provava ao primeiro mundo que era capaz de pensar e produzir música de qualidade. Inimitável e complexa. Que esse era, provavelmente, nosso maior ato de rebeldia para com as potências mundiais.

Afinal, apenas a elite é detentora da cultura. A Europa e seus museus. Os norte-americanos e o cinema.

Tom Zé também desenvolve essa teoria no disco “Vaia de bêbado não vale (imprensa cantada)”, de 2003:

*Primeira edição: No dia em que a bossa nova inventou o Brasil/No dia em que a bossa nova pariu o Brasil/ Teve que fazer direito/Teve que fazer Brasil//Criando a bossa nova em 58/ O Brasil foi protagonista/De coisa que jamais aconteceu/ Pra toda a humanidade/ Seja na moderna história/ Seja na história da antiguidade/ E por isso, meu nego, //Vaia de bebo não vale// De bebo vaia não vale// Segunda edição:/No dia em que a bossa nova inventou o Brasil/ No dia em que a bossa nova pariu o Brasil/ Teve que fazer direito /Teve que fazer Brasil/ Quando aquele ano começou, nas Águas de Março/de 58,/O Brasil só exportava matéria-prima/ Essa tisana /Isto é o grau mais baixo da capacidade humana/E o mundo dizia// Que povinho retardado/Que povo mais atrasado//Terceira edição:/No dia em que a bossa nova inventou o Brasil/No dia em que a bossa nova pariu o Brasil/Teve que fazer direito/ Teve que fazer Brasil//A surpresa foi que no fim daquele mesmo ano/Para toda a parte/O Brasil d'O Pato/ Com a bossa nova, exportava arte/ O grau mais alto da capacidade humana/E a Europa, assombrada:/"Que povinho audacioso"/"Que povo civilizado"/"Pato ziguepato ziguepato Pato/Pato ziguepato ziguepato Pato/Tratou com desacato o nosso amado Pato/Desacato nosso Pato//Viva a vaia, seu Augusto/Viva a vaia, seu João/Viva a vaia, viva a vaia/Viva a vaia com Diós, amor/Porque me soy argentino/Argentino, gentino, gentino.*

30 de maio de 2016.

Trabalhar com leitura não é tão notório quanto fazer música, teatro, cinema, dança até porque para compartilhar dessas manifestações é preciso antes saber ler, não necessariamente a leitura mecânica e instrumental, que não diz muito: “Proibido pisar na grama”. Leio e piso. A placa não diz nada, além de uma proibição que o leitor não considera, porque não está na sua receita de cidadania. É preciso ter sensibilidade, estar aberto para receber os textos que o mundo nos oferece, o que requer tempo, um trabalho de longo prazo. Uma vida! A vida perdida na escola, nove anos para sair analfabeto ou analfabeto funcional.

Os mediadores de leitura são como formiginhas, trabalhando silenciosamente e carregando pesadas folhas. Por dias, meses, anos. Os mediadores de leitura são também trabalhadores da cultura, também são produtores de subjetividade e, não pertencem obrigatoriamente à classe artística, nem a uma elite cultural, podem ser pessoas comuns, cidadãos comuns que fomentam práticas leitoras, porque com elas um cidadão pode ser chamado a responder por seus atos ou pode demandar responsabilidade dos políticos.

Apesar da formação em Letras, com ênfase em Literatura, posso confessar que não era uma “mediadora de leitura” até compreender que o que eu fazia era mera reprodução de um sistema. Havia em mim um encastelamento que só as instituições de ensino são capazes fazer, acreditando que ao reter conhecimento sobre determinado assunto, no meu caso, Literatura, era ocupar e reconhecimento na sociedade. Um sintoma desse encastelamento posso exemplificar com narrativa que já ouvi de duas ou mais pessoas que trabalharam no prédio da Biblioteca Nacional que: devido a suntuosidade da construção, alguns passantes não sabendo do que se trata, fazem o “sinal da cruz”, acreditando ser uma igreja católica; outros apenas ignoram a existência por não se julgarem aptos a entrar, ou não ousam usar seu direito de entrada como qualquer cidadão.

Lendo *A Literatura em Perigo* (2009) de Tzvetan Todorov encontrei resposta, ou pelo menos um questionamento, para essa situação: a falta de diálogo entre a Literatura e o mundo. Quando a academia toma para si a verdade sobre o

saber e o sentir dos textos, retroalimentando preconceitos e produzindo um discurso amarrado à *Alta Cultura*, a palavra pede seu lugar de re-criadora da vida:

*O leitor comum, que continua a procurar nas obras que lê aquilo que pode dar sentido a sua vida, tem razão contra professores, críticos e escritores que lhe dizem que a literatura só fala de si mesma ou que apenas pode ensinar o desespero. Se o leitor não tivesse razão, a leitura estaria condenada a desaparecer em curto prazo*<sup>88</sup>.

Todorov também acredita que a Literatura existe para além do senso estético e que seu papel, ao contrário dos discursos religiosos, políticos, científicos ou morais, por não pretender a verdade, aposta em novas possibilidades, demanda um espelho, ensina-nos novas maneiras de ser (ou, como diria Rorty, *redescrever-nos*)<sup>89</sup>:

Essa aprendizagem não muda o conteúdo do nosso espírito, mas sim, o próprio espírito de quem recebe esse conteúdo; muda o aparelho perceptivo do que as coisas percebidas. O que o romance nos dá não é um novo saber, mas uma nova capacidade de comunicação com seres diferentes de nós; nesse sentido, eles participam mais da moral do que da ciência. O horizonte último dessa experiência não é a verdade, mas o amor, a forma mais suprema da ligação humana<sup>90</sup>.

Interessante quando leio isto: Todorov não é um teólogo protestante, amante da literatura laica como Ricoeur, mas concluem da mesma maneira.

Guattari e Rolnik (1986) falam que nossa produção de subjetividade está amarrada diretamente aos sistemas de máquinas produtivas de controle social e às instâncias psíquicas que definem a maneira de perceber o mundo.

Para trabalhar na produção da subjetividade, além dos trabalhadores que comandam a política e a economia, existem os “trabalhadores sociais”: os jornalistas, psicólogos, assistentes sociais, educadores, além de outros que se “interessam pelo discurso do outro”. São profissionais que se encontram numa encruzilhada micropolítica. Por um lado são tão responsáveis pela reprodução e pelo endossamento de um sistema, como também são responsáveis pela *singularização*, ou seja, dentro de suas possibilidades irão optar por outros funcionamentos.

88. TODOROV: 2009, p.77.

89. Todorov revela que encontrou sua resposta na Filosofia, no ensaio “Redemption from Esgotism. James and Proust as spiritual exercises” do filósofo norte-americano Richard Rorty. Para Rorty a literatura é uma ferramenta cultural sofisticada e necessária à vida cultural do homem moderno. E, se ele deseja construir mudanças sociais, é preciso ir além da pura literatura (mas por meio dela) para adentrar no universo da prática e da ação social.

90. TODOROV: 2009, p.81.

Esses “trabalhadores sociais” reprodutores do sistema, em sua grande maioria, tem sua formação dentro da Universidade. Instituição que, segundo Boaventura (2010), vive um paradoxo constante. De um lado a universidade tradicionalmente trabalha com o discurso da Alta cultura; do outro, sem saber lidar com a cultura do sujeito, objeto das ciências emergentes como a etnologia e da antropologia cultural, ela não consegue estabelecer um elo de ligação prático entre o conhecimento produzido por ela e a sociedade. Então faço a seguinte pergunta: como pensar em políticas públicas, não só de leitura, mas sobre o qualquer outra pauta, se os “trabalhadores sociais” ou os “produtores de pensamento” fazem parte de um seleto grupo elitista? E os mediadores de leitura como se formam?

Penso em voz baixa: a subjetivação pode ser produzida pelas forças ideológicas e midiáticas (*submetido à, sujeitoado*). Mas também pode ser compreendido no seu avesso: etimologicamente, sujeito corresponde a *sub-jactum* que, quer dizer, lado de baixo, de dentro, para fora, para cima; donde o sujeito aparece em uma construção subjetiva (de subjetividade e não de sujeição como indicava Guattari unilateralmente). A subjetividade não se dá igualmente em gestação solitária: ela é produzida no cenário as diferentes camadas interpretativas, gerando a intersubjetividade que conduz à singularização na medida em que o sujeito elege seus interpretantes<sup>91</sup>.

91. YUNES, Eliana. Tecendo um leitor – uma rede de fios cruzados. Curitiba: Ayimará, 2009.

01 de junho de 2016.

Volto ao dia 08 de outubro de 2013, à abertura da Feira do livro de Frankfurt, a maior feira literária do mundo, quando o escritor brasileiro Luiz Ruffato chocou as autoridades locais e a delegação brasileira presente no evento com um duro discurso sobre as desigualdades do Brasil. Ruffato também critica nossa incapacidade de nos colocar no lugar do outro e também toca em um ponto, bastante polêmico, que seria o papel transformador da literatura:

*Eu acredito, talvez até ingenuamente, no papel transformador da literatura. Filho de uma lavadeira analfabeta e um pipoqueiro semianalfabeto, eu mesmo pipoqueiro, caixeiro de botequim, balconista de armarinho, operário têxtil, torneiro-mecânico, gerente de lanchonete, tive meu destino modificado pelo contato, embora fortuito, com os livros. E se a leitura de um livro pode alterar o rumo da vida de uma pessoa, e sendo a sociedade feita de pessoas, então a literatura pode mudar a sociedade. Em nossos tempos, de exacerbado apego ao narcisismo e extremado culto ao individualismo, aquele que nos é estranho, e que por isso deveria nos despertar o fascínio pelo reconhecimento mútuo, mais que nunca tem sido visto como o que nos ameaça. Voltamos as costas ao outro – seja ele o imigrante, o pobre, o negro, o indígena, a mulher, o homossexual – como tentativa de nos preservar, esquecendo que assim implodimos a nossa própria condição de existir. Sucumbimos à solidão e ao egoísmo e nos negamos a nós mesmos. Para me contrapor a isso escrevo: quero afetar o leitor, modificá-lo, para transformar o mundo. Trata-se de uma utopia, eu sei, mas me alimento de utopias. Porque penso que o destino último de todo ser humano deveria ser unicamente esse, o de alcançar a felicidade na Terra. Aqui e agora<sup>92</sup>.*

De origem humilde poderia ter tido o mesmo destino de Sandro ou Márcio, o de permanecer mudo, à margem. Mas, entretanto, enfatiza a mudança no rumo de sua vida ao encontra-se com a Literatura. E, ao final nos conclama a Utopia: “Para me contrapor a isso escrevo: quero afetar o leitor, modificá-lo, para transformar o mundo. Trata-se de uma utopia, eu sei, mas me alimento de utopias”.

Em *Infância*, de Graciliano Ramos, o narrador rememora os sofrimentos na escola e em casa com o aprendizado das letras. A palmatória. As surras. O desprezo do pai. A indiferença da mãe. E o sentimento profundo de nada valer, sentindo-se bruto e ignorante. No início da adolescência, semianalfabeto, é apresentado ao imaginário por um artista mambembe e descobre em um vizinho

92. RUFFATO, Luiz in “Discurso de aberto da Feira de Frankfurt”, 08 de outubro de 2013, acessado: <http://www.estadao.com.br/noticias/arteelazer,leia-a-integra-do-discurso-de-luiz-ruffato-na-abertura-da-feira-do-livro-de-frankfurt,1083463.0.htm>

do armazém do pai, o que fosse uma biblioteca. O empréstimo regular dos livros de literatura vão dar passo a um homem que se tornará dos maiores escritores de língua portuguesa, um homem da palavra que, por ela mesma, será condenado a prisão na ditadura Vargas. *Memórias do Cárcere* é uma obra exemplar do que a literatura pode fazer por um leitor, que se converte em escritor. De Palmeiras dos Índios, ignorado, perseguido, para o maior prêmio nacional de Literatura com *Vidas Secas*.

Embora o que escrevi até agora tenha sido uma defesa da Literatura e especialmente desse seu poder utopicamente transformador, gostaria em primeiro lugar de dizer que não acredito que, ao entrarmos em contato com a Literatura, todos seremos escritores, poetas ou filósofos e assim, garantir um mundo melhor. E em segundo lugar, acreditar cegamente em um “poder transformador”, nos tornaria fundamentalistas. Como se disséssemos, parodiando Augusto Matraga, que a literatura tem que mudar as pessoas “nem que seja a porrete!” Quer dizer, a Literatura não deve servir a um projeto, erro comentido pelos regimes totalitários. O que acredito é na possibilidade de questionamento que ela pode trazer. Gilmar, um agente de leitura que conheci em 2008, quando comecei a trabalhar na Secretaria de Cultura do Ceará foi capaz de me chamar atenção pela “revolução leitora” passiva a qual estávamos submetendo jovens do sertão por nos acharmos hierarquicamente, acima, como representantes do Estado, com títulos de pós-graduação.

Mas penso que a revolução acontece dentro, por dentro, quando uma palavra atravessa a pele em arrepio e toca com ponta aguda o mistério, o assombro de cada um. A semente em terra fértil. Quem semeia? Quem ara? O mediador não tem seu nome inscrito senão na memória de quem, à distância, percebe o momento da ruptura, por uma recomendação, por uma leitura compartilhada.

02 de junho de 2016.

Tudo no mundo começou com um *sim*<sup>93</sup>. Era final de 2009. Também era final da minha participação no Projeto Agentes de Leitura do Ceará, no qual trabalhei por quase dois anos vinculada à SECULT-CE. Estávamos no Encontro Estadual de Agentes de Leitura quando um dos agentes, Gilmar Rodrigues de Oliveira, residente na cidade de Alcantaras-Ce me fez a seguinte observação: houve vários encontros em que eles viajavam, com muita dificuldade, até a capital (Fortaleza), ouviam palestras, “sermões” institucionais sobre o que deveriam ou não fazer, mas nunca eram ouvidos. Nunca houve uma mesa na qual pudessem expor seus problemas e dificuldades. Foi então que ele me perguntou: afinal, o que estamos fazendo aqui? Percebi que a leitura havia feito nele uma revolução. Ele conseguia falar na primeira pessoa do singular e do Plural!

Em 2005, o Estado do Ceará havia criado o Fundo Estadual de Combate à Pobreza/FECOP com o objetivo de implantar projetos de tecnologia, saúde, educação, cultura em diversas áreas carentes nas regiões onde o IDH-M era baixo. A partir do apoio financeiro do FECOP surgiu o Projeto Agentes de Leitura do Ceará com idealização e execução do professor Fabiano dos Santos e também do professor Eduardo Loureiro. O projeto tinha, inicialmente, a logística baseada nos agentes comunitários de saúde que têm como objetivo fortalecer os elos entre a comunidade e os serviços de saúde a partir de campanhas e visitas periódicas.

Para atuar como agente de leitura, o projeto visava os jovens maiores de 18 anos que haviam concluído Ensino Médio<sup>94</sup> e com família portadora do NIS<sup>95</sup>. Dos municípios com baixo IDH-M selecionavam-se onze jovens por meio de prova e entrevista sobre sua afinidade ou o gosto por ler. Aprovados, passavam por um processo de formação pedagógica. Diplomados, eles recebiam uma bolsa para complementação de renda, e mais um acervo de 100 livros de literatura, uma mochila e uma bicicleta para visitar 25 famílias cadastradas por eles nas comunidades em iriam que atuar. A partir daí, deveriam acompanhar o processo leitor de cada uma dessas famílias: lendo livros, emprestando-os. Enfim: “formando leitores”.

93. LISPECTOR, Clarice. *A hora da estrela*. RJ: Rocco, 2006, p.9.

94. Uma das razões da migração da população nordestina jovem para os grandes centros urbanos de seus estados ou para o sul e o sudeste do país, o antigo êxodo rural, foi/ é a falta de perspectiva de trabalho desses jovens em seus municípios.

95. Número do Indicador Social que a família recebe ao se cadastrar nos programas de assistência às famílias de baixa renda do Governo Federal. Benefício foi criado durante o governo do presidente Lula em 2003. Exemplo: Bolsa Família.

Algum tempo depois, sobre o período de 2008 a 2010, em que estive no Projeto, pedi a Gilmar, atualmente professor de História na rede municipal de ensino, para me escrever suas memórias acerca do que acontecia nos encontros de agentes ou no programa em geral:

*[...] Nosso papel ativo se restringia lá, nas famílias visitadas, quando tentávamos colocar em prática as “diretrizes” construídas por nossos “superiores” e repassadas a nós nos encontros na capital. Não tínhamos voz. Apesar de supor que tínhamos muito a dizer, não havia oportunidade e/ou espaço, o microfone era privilégio dos pseudo sabedores/definidores das práticas didático-pedagógicas que deveríamos colocar em prática! Recebíamos tudo pronto em “envelopes” lacrados e frases afirmativas! Ora, afinal, estávamos em processo de treinamento, o que poderíamos dizer, no que poderíamos contribuir? Assim, muito ficou sufocado dentro de nós, tínhamos muito a falar e a propor. Nada dissemos<sup>96</sup>.*

96. Depoimento colhido via email em 01/12/12. Grifo meu.

Penso: os ganhos conquistados com eles, esvaíram-se por falta absoluta de ver/responder ao alcance do movimento. Os “tareferiros” eram outros seres, prontos a se envolverem pessoalmente: formar-se enquanto formavam. E nem se viu a mudança que ficou em caminho, presos aos resultados esperados no fim, as malditas estatísticas de governo.

Na prática, um depoimento que parece tratar de um simples “evento”, revela a forma displicente com a qual tratamos efetivamente as Humanidades. Sim, tratamos. Mesmo que as pautas do livro, da leitura e do texto literário estejam dentro de programas de governo, a engrenagem, insiste em trabalhar na direção contrária.

03 de junho de 2016.

Em 2008 a pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil* nos apontou a marca histórica – sem deixar de ser vergonhosa – da média de leitura de 4,7 livros por ano. A publicação da mesma pesquisa em 2012 apresentou um decréscimo para 4,0 livros. Para quem não sabe, o índice de leitura de um país influencia na sua posição no ranking dos países desenvolvidos com melhor IDH. Além de constatar que lemos pouco a pesquisa também apresenta, em números, que tanto o objeto livro quanto a penetração da leitura no cotidiano dos brasileiros estão praticamente reduzidos às classes com maior poder aquisitivo<sup>97</sup>. Ou aos frequentadores das igrejinhas, leitores de um livro único cuja leitura já vem lida pelos doutrinadores. Daí, a necessidade se investir em políticas públicas de leitura para que se democratize o acesso ao livro e se fomente o comércio com sua prática.

Volto aos documentos: em 30 de outubro de 2003 a leitura foi transformada em política de estado pela lei nº 10.753, que instituiu a Política Nacional do Livro, instrumento legal, autorizando o Poder Executivo a criar projetos de incentivo a leitura e acesso ao livro. A regulamentação dessa lei apresentou o Plano Nacional do Livro e da Leitura- PNLL e, com ele, formas possíveis de executar as ações dessa política. Essa experiência de tentar criar no país políticas de leitura já havia sido proposta e enfrentada em 1992 pela Fundação Biblioteca Nacional, instituição Integrante do MinC com o Programa Nacional de Incentivo à Leitura-PROLER. Criado por um decreto-lei de 13 de maio de 1992 propunha uma ação integrada desde a sociedade civil até os organismos de governo para a promoção da leitura através da consolidação de práticas leitoras disseminadas em rede por todo o país.

Leio nos documentos publicados até 1997 que previam a formação de mediadores de leitura para ações locais da leitura em múltiplas linguagens, a criação de uma rede referência e especialistas para a troca de experiências, a dinamização de acervos e a visibilização da leitura como um bem de acesso à participação social efetiva.

97. Assim como nas edições anteriores, a pesquisa confirma as principais correlações com a leitura: escolaridade, classe social e ambiente familiar. Quanto mais escolarizado ou mais rico é o entrevistado, maior é a penetração da leitura e a média de livros lidos nos últimos três meses.

Os recortes de jornal em junho de 1996 dão conta da crise política que considerava o ponto final de uma política de leitura em processo que mexia com os afetos, o imaginário dos cidadãos. Honrarias a ministros? Para quê? A população se sentia dona do programa. Articulado na contra mão das ações governamentais doadas verticalmente, o PROLER tinha permeado a sociedade civil em cerca de 600 municípios que tinham os seus núcleos de planejamento e promoção da leitura. Por isso, o programa resistiu ao desmonte, desamparado de qualquer reflexão em desenvolvimento sujeito à imposições e restrições frias. Finalmente, 20 anos depois, deu-se sua institucionalização que veio coroar a inércia de um programa que já fora vital para a Educação e a Cultura Nacionais. Pena! Veio tarde e sem recursos. Uma placa na porta. A Casa da Leitura, sede do programa, no Rio, aberta e vazia.

Provavelmente, o mesmo se dará com o PNLL que, há 10 anos, tenta uma institucionalização para garantir no papel o que o Estado não favorece na prática. Não sai o fundo, não sai a política, nem a secretaria do PNLL<sup>98</sup>.

98. No dia 26 de julho saiu no Diário da União a exoneração de 81 ocupantes de cargos comissionados de coordenação e assessoria do Ministério da Cultura, entre eles incluem integrantes da Cinemateca Brasileira, Fundação Biblioteca Nacional e Instituto Brasileiro de Museus. Essas demissões assinadas pelo ministro interino Marcelo Caleiro confirmam o desmonte da estrutura do MinC e a descontinuidade dos programas de leitura, como previu parágrafo escrito em 03 de junho de 2016. A defesa desta tese se deu em 01 de agosto de 2016.

04 de junho de 2016.

Vejo que no PROLER já estavam os princípios norteadores que o PNLL assume e que, por sua vez, são baseados em princípios identificados pela UNESCO como necessários para a existência expressiva de leitores em um país, como já foi dito, o texto literário aparece como a principal escolha a ser adotada. Os motivos são embasados na reflexão do professor Antônio Cândido:

- a) A capacidade que a literatura tem de atender à nossa imensa necessidade de ficção e fantasia.
- b) Sua natureza essencialmente formativa, que afeta o consciente e o inconsciente dos leitores de maneira bastante complexa e dialética, como apropriada vida em oposição ao caráter pedagógico e doutrinador de outros textos; c) seu potencial de oferecer ao leitor um conhecimento profundo do mundo, tal como faz, por outro caminho a ciência<sup>99</sup>.

99. PNLL:  
2007, p.32.

Sem duvidar desse último ponto, o PROLER já havia lembrado que, na autobiografia de Einstein, aparece o papel fundamental que a leitura dos mitos e o imaginário desempenharam no desenvolvimento das ciências. No século XIX, quem poderia imaginar que os romances de ficção científica de Julio Verne eram premonitórios de muitas invenções do século XX? Fax, submarinos, viagem à Lua.

O modelo do Projeto Agentes de Leitura do Ceará foi adotado desde 2009 pelo MinC, com o Programa Mais Cultura e ampliado para outros estados do Brasil do Norte, Nordeste, Sudeste e Sul sob a orientação pedagógica da Cátedra UNESCO de Leitura PUC-Rio e a articulação da prof<sup>a</sup> Eliana Yunes. Atualmente, a Colômbia realiza em Bogotá a experiência do mesmo modelo em seus autores e mediadores.

Mas para variar, a política de descontinuidade, ou a falta de interesse sério de investimento na formação cultural ampla, acabou com mais essa possibilidade de uma política de leitura mais sólida. Repetia-se o acontecido com o PROLER em 13 de junho de 1996. No dia 13 de maio me deparo com a saída de um dos idealizadores do PNLL:

Na última sexta-feira (13), José Castilho Marques Neto, até então secretário-executivo do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), entregou sua carta de demissão ao titular do novo Ministério da Educação e Cultura (MEC). A previsão é de que a carta seja protocolada nesta segunda-feira. “Estou fora da estrutura governamental do PNLL porque não colaboro com governo ilegítimo, mas não sairei da luta pelo Projeto de Lei que institui a Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE)”, disse ao PublishNews. (...) Antes de deixar o cargo, Castilho orquestrou a iniciativa de apresentar ao Congresso o PL da PNLE, que estava estacionado na Casa Civil há dois anos. “A intenção é não deixar minguar uma iniciativa de tantos anos”, disse na ocasião ao PublishNews<sup>100</sup>.

100. Link da nota:  
<http://www.publishnews.com.br/materias/2016/05/16/castilho-entrega-carta-de-demisso>.

05 de junho de 2016.

Não posso deixar de rememorar um fragmento pessoal sobre a oportunidade de trabalhar na cátedra UNESCO de Leitura na PUC-Rio surgiu no início de 2011 com uma história bastante peculiar, eu estava arrumando as malas para voltar pro Ceará, porque a primeira tentativa de cursar um doutorado na área de letras havia fracassado: fui reprovada na prova de língua estrangeira. Porém, sabendo das atividades da Cátedra divulgadas no campus e alguns projetos que estavam sob sua coordenação, dentre eles, o projeto Agentes de Leitura como expansão da ideia inicial, nascida em 2005 no Ceará, fui falar com a professora Eliana Yunes sobre minhas atividades no Ceará — surpresa — fui aceita para auxiliar o Projeto. Foi só aí que fui compreender o que era ser um “mediador de leitura”.

Na infância, minha relação com a escrita e a leitura se deu de forma um pouco enviesada. Não fui leitora de livros infantis, nem a escola era o melhor lugar pra incentivar a leitura. Meus pais também trabalhavam muito. Era tudo muito incipiente em Sobral, no final dos anos 80 e início dos anos 90. Aliás, havia um medo quase patológico de ir à escola. Então com sete ou oito anos, eu fazia uma leitura ruim e escrevia muito mal. Mas, magicamente, não era reprovada em “Leitura”. Esse “milagre” minha mãe ainda conta, para dizer o quanto eu era “esperta” no sentido irônico da “malandragem”. Já que me era custoso decodificar a grafia das palavras, saía em busca de uma “vítima” para me fazer isso. Ouvia o texto da escola uma, duas, três vezes, interpelando pessoas diferentes. Porém, só hoje descubro que fui uma boa leitora. Tão boa que ao ouvir o texto umas poucas vezes e era capaz de memorizá-lo. Memorizar um texto requer compreensão do todo, interpretação do texto lido. Há várias formas de leitura. Hoje eu sei.

06 de junho de 2016.

Estou diante de uma tese para terminar. Voltei, fiz nova seleção, entrei para o doutorado, fiz uma bolsa sanduíche na *Universidad de la Republica* no Uruguai. E revejo aceleradamente estes últimos quatro anos.

Ainda tenho gravada uma entrevista feita à professora Eliana Yunes em 2013 durante uma sessão de orientação. Ouvi-la poderá me levar de volta ao período que passei na Cátedra e ao que acredito hoje que seja o trabalho com a leitura. Começa assim:

*Não depende da 'boa vontade das pessoas, mas de uma sensibilização inteligente, quando faço essa conexão 'sensibilizar a inteligência', falo de uma inteligência capaz de perceber. Uma inteligência embrutecida é aquela que está empedernida em suas ideologias, nas suas convicções, na sua contenção, completamente fechada ao outro, sem alteridade nenhuma. Não adianta saber romances de cor, se esses romances não te afetam.*

*Afetar e afeto.* Eliana e eu falávamos sobre o Agentes de Leitura. Indiretamente, sobre a minha falta de fé nas mudanças. Eu voltava no tempo, ao Ceará. Era agosto, meu amigo me esperava na porta daquele que seria meu primeiro emprego formal. Estava nervoso, porque haviam mudado de planos. Enviaram-me para um projeto da gestão anterior. Quixotesco.

Viajei por cidades pequenas, mas com um sertão maior que o da minha infância. Conheci jovens, velhos, crianças. E também políticos fajutos. A corrupção alimenta a pobreza, que é algo maior do que não ter o que comer ou vestir. A corrupção é uma máquina. Um bloco de concreto. A pedra do moinho. O gigante que olha com desprezo para meia dúzia de quixotes.

A professora escuta e desfaz meus fios, tece outro texto no seu discurso: sinto vontade de dizer à professora que acordei de um pesadelo por mais banal ou clichê que seja essa frase. Ou melhor, serei mais impulsiva: Professora, fui afetada.

Na entrevista ela diz: *afeto é algo muito anterior à razão, é aquilo que te*

*toca, antes que a palavra possa explicar e muitas vezes, nem explica.* Eram histórias de afetos que eu ouvia há bastante tempo. Aquele jovem de vinte anos, em um sertão sem saída, me falava sobre estudar, viajar; me falava das famílias que o recebiam com uma xícara de café e um pedaço de pão; de um idoso que começava a ler e escrever; ou dos pais que, pela primeira vez, compareciam à escola do filho. Ele se sentia feliz em me contar aquilo por ele mesmo ser também ator dentro da sua narrativa. Porém, o que parecia, às vezes, era que essas histórias contrariavam a Máquina, que vê aquilo como experiências quase infantis. Provavelmente, não havia também da nossa parte, que éramos, na maioria, professores de literatura, e lidávamos diretamente esses agentes, a postura do “mestre ignorante” que Larrosa vai buscar em Rancière (2004)<sup>101</sup>. Era como se o nosso conhecimento livresco sobre Arte não dialogasse com aquelas experiências que eles nos contavam. E, que, de fato, eram experiências e que os deixava muito mais perto da Literatura que nós.

Éramos pobres no conceito benjaminiano. Consumíamos Arte, tínhamos acesso aos livros, à tecnologia, falávamos até da importância da leitura na formação da cidadania, mas todo esse conhecimento não nos atravessava, não nos (co)movia. Larrosa diz que pensar a leitura como formação, (dar forma a uma ideia, um pensamento), é quebrar a fronteira entre o que sabemos e o que somos, entre o que passa (que podemos conhecer) e o que nos passa (como algo que atribuímos um sentido para nós mesmos). E que *formar* implica também na nossa capacidade de escutar (ler) o outro. Porque uma pessoa que não é capaz de se colocar à escuta, não consegue formar por não conseguir se transformar<sup>102</sup>.

101. RANCIÈRE, Jacques. *O mestre ignorante*. Trad. Lílian do Vale. Belo Horizonte: Objetiva, 2004.

102. LARROSA, Jorge. *La experiencia de la lectura: estudios sobre literatura y formación*. Barcelona: Laertes ediciones, 1996.

07 de junho de 2016.

Hoje já não estranho mais o inverso da questão “o que fala esse texto?” A obra não fala, somos nós que falamos a ela, que lhe damos o sentido, porque ela nos atravessou. Era isso que os agentes estavam fazendo: resignificando seus mundos. Ou buscando a etimologia da palavra experiência, eles conseguiram sair para além, passaram “através”. Ao receber o pequeno acervo de cem livros, ao lê-lo, ao caminhar até a casa de alguém, ao escutar essa pessoa, ao ler um livro para ela, emprestá-lo, ele (re)escreve sua própria vida porque se sente afetado, comprometido.

Minha história como mediadora começava de verdade. No começo daquele ano aceitei o convite para trabalhar novamente com aqueles meninos, dando continuidade aos cursos de formação pelos quais eles já passaram, com a Comunidade Agente de Leitura/CAL, uma plataforma similar aos cursos de EAD montada na Cátedra. Ao ter o modelo copiado pelo MinC, em 2009, o Projeto Agentes de Leitura ganhou a assessoria pedagógica da Cátedra Unesco de Leitura, de onde falo agora, onde tive aula e ouço a professora Eliana Yunes, onde posso escrever o que estou escrevendo. Na CAL, o trabalho com os mediadores de leitura tinha como base quatro temas: Memória, Oralidade, Leitura de imagens e Práticas leitoras. Com a **Memória**, as atividades são voltadas para o processo de rememoração do vivido, como uma forma de organizar as narrativas de si para construção de uma base de subjetividade, de identidade; a **Oralidade** faz o movimento de busca do outro, na escuta desse outro, na valorização das narrativas cotidianas, populares que também precisam ser lidas, como avisa Guimarães Rosa (a vida é também para ser lida. No seu suprasenso); a **Leitura de imagens** implica na sensibilização para a leitura de mundo feito de imagens, para a leitura que está além dos livros em múltiplas linguagens; as **Práticas leitoras** já se dirigem para a atuação do agente em campo, como lidar com o acervo, como dinamizá-lo, fazê-lo circular na comunidade e, sobretudo, formando repertório pessoal retirado que cada um de nós possui constituído por nossa própria experiência de vida.

O primeiro relato que me chamou atenção, ou melhor, o primeiro relato que me pôs a fazer o que estou fazendo agora, foi da agente Rosiane Nascimento, postado no dia 23 de abril de 2013:

*[Dona Regina] disse que ficou muito triste e não entende porque a filha tomou essa atitude com seus netos e, nem porque nunca mais veio, ao menos, visitá-los. Esse momento também foi seguido de silêncio. E mais difícil ainda foi não chorar. A entrevista virou apenas uma conversa com um único propósito: ouvir, pois eu mesma não tinha nesse momento o que falar. A pergunta que nunca lhe fizeram, segundo ela me disse, foi se saberia viver sem amor.*

Minha surpresa com essa história, contada a partir de uma proposta de entrevistas com as famílias sobre memória, foi perceber a intensidade dos laços que se formavam entre o leitor e o agente. Um laço afetivo, capaz de fazer revisitar a dor sentida ao saber do abandono dos netos pela própria filha; e capaz de sensibilizar ao silêncio e às lágrimas, uma resposta imediata ao afeto desprendido com a partilha daquela dor. *Algo que nos toca, inexplicável, talvez anterior a palavra.* E gera palavra. Gera a história de Dona Regina.

Minha reação a essa postagem, inicialmente, foi de preocupação. Eu imaginava a nossa responsabilidade para com esses meninos que não tinham uma formação específica para esse tipo de situação. E, pensando e repensando chego a uma conclusão: afinal, que controle temos sobre o que nos afeta? Analisando de uma forma fria: a tarefa do agente é levar os livros as casas das famílias leitoras. Livros trazem leitura literária. A literatura interroga o homem. E desencadeia a construção de uma história possível.

Com o caminho da alteridade semeado também pela Literatura o Agente de Leitura avança em direção ao Dom, teoria de Marcel Mauss. Para ele, as trocas se dão no plano afetivo em que quanto a maior circulação dos bens mais aumenta a fonte de riqueza de cada um, tal como a experiência da leitura. O bem em questão só ganha sentido, unicamente, se for partilhado e o reconhecimento dessas alianças transbordam no afeto do discurso:

*No momento em que estamos contando histórias ficamos tão próximos das famílias que elas acabam contando fatos da própria vida delas, e essa troca nos permite criar laços com as nossas famílias leitoras.*

Érica Sousa, agente de leitura, sábado, 08 de junho 2013.

*Eles gostam desse jogo de perguntas, gostam quando sentimos curiosidade neles, percebi que eles gostam de atuar, de serem protagonistas de suas próprias histórias. E isso é muito bom, pois à medida em que eles vão respondendo, eles lembram de outros fatos, fazem relação com o hoje e isso é incrivelmente maravilhoso. Saber que você é ponte para tal ação, é definitivamente (volto a repetir): sem palavras.*

Simone Ferreira, sexta, 26 abril 2013.

Ao longo das atividades propostas pela CAL, tive a preocupação ou a curiosidade de saber como esses agentes reconheciam o seu papel e como se percebiam reconhecidos pelas famílias. Li como resposta a essa minha questão, nos pequenos gestos diante do agente, coisas assim:

*Logo quando eu cheguei à casa a mãe me recebeu muito bem e foi chamando as crianças que sentaram-se ao meu redor para me ouvir. Iniciei a conversa*

Nariégila Botelho Pinheiro, domingo, 12 maio 2013.

Ou em textos mais diretos e complexos quando eu mesma expunha para eles minhas dúvidas:

*O que eu acho que fica? Como eu já disse antes, as pessoas gostam de ser atuantes, falta espaço, momento e quem os faça sentir assim, e é assim que eu sinto que elas se sentem! É tanto sentir... mas é isso mesmo, o que fica é o momento em que 'eu respondi tais perguntas para a Carol, o que ela me fez falar, fazer, o que eu sou em casa com a família, o que eu sou diante dela, sou importante? sou meramente criança? adulto? adolescente?' (...) Vejo que as pessoas percebem a Carol Agente de Leitura de duas formas: Primeiro, a Carol responsável por carregar a sabedoria na mochila, por carregar consigo uma imensa oportunidade de fazer com que todos leiam, tenham prazer na leitura e se divertem com as contações e as dinâmicas realizadas, e segunda, a Carol responsável por ficar com os filhos enquanto fazem almoço, merenda, janta ou sei lá...*

Ana Caroline Dias, sexta, 31 maio 2013.

08 de junho de 2016.

Olho o meu caderno de apontamentos de aula da pós-graduação. A sala cheia, em círculo, retomo a leitura de Mauss: O Dom e a Dádiva. As trocas, não apenas as simbólicas, mas as imaginárias e as reais. O gesto da oferta em si, pede retribuição a quem recebe, para que o gratificado não se sinta menor. O antropólogo se encontrava com o cientista político, com o filósofo da ética. Nos seminários de aula de minha orientadora eu e outros fazíamos uma travessia em direção ao objeto mesmo de nossas pesquisas: nosso lugar no mundo, onde outros – os alunos, os agentes, os parceiros, estão à espera de gestos que sinalizem sua existência tornada visível.

A mediação na leitura é uma dádiva, um elo que se estabelece onde havia o vácuo, o vazio. Um elo que guarda abertura para outros enlaces. A mediação é ponte, a literatura longe de qualquer romantismo é dom e gratuidade que provoca um reposicionamento entre sujeitos, que descobre o outro para receber de volta a si mesmo.

Agora é rever os cadernos, ordená-los, voltar ao Rio e repensar esta contribuição. A quem interessa esta tese? Escrevê-la como a produzir em páginas de um diário pode ajudar? Quem sabe...

27 de junho de 2016.

Não, não terminei, ainda.

Leio como se fosse algo novo uma notícia há muito sabida, independente de estatísticas. Em um relatório inédito publicado pela Folha de São Paulo o Ministério Público deu em números, dados coletados entre 2014 e 2015: 2 entre 3 menores infratores não têm pai dentro de casa. A notícia traz a consideração de que não é apenas a falta do pai, mas a falta de uma família funcional, de contato com a escola, com os amigos, de vínculos positivos a levar o menor sofrer de *privação emocional*. Nussbaum (2013) já aponta na teoria das capacidades, assim como Honneth, em *Luta por Reconhecimento* (2003) que essa falta gera prejuízos enormes a uma democracia que visa se estabelecer no cuidado de seus cidadãos.

A matéria conta a história de Mc Cafuzo (Filipe Gomes) que, aos 12 anos, decidiu enfrentar o padrasto que batia na mãe. Porém, para sua surpresa, a mãe tomou partido do agressor. Depois desse episódio, o menino fugiu de casa e ganhou as ruas, cortando completamente os vínculos com a família. Entrou para o mundo do crime, realizando pequenos furtos, foi cooptado pelo tráfico até o dia em que virou interno da Fundação Casa. Lá descobriu outra possibilidade de pensar o mundo ao redor: “O rap foi o que me salvou, foram os meus livros de história. O rap me ensinou que o crime era nossa realidade, mas a gente não poderia aceitar aquilo como nossa única saída”.

Em números, o jornal nos apresenta a pesquisa desta forma:

*O estudo leva em conta cerca de 1.500 jovens entre 12 e 18 anos que cometeram delito na cidade de São Paulo entre 2014 e 2015. Desse universo, 42 % dos jovens entrevistados, além de não viver com o pai, não tinham nenhum contato com ele. Ainda segundo os dados, 37% dos jovens entrevistados têm parentes com antecedentes criminais, o que pode indicar uma influência negativa dentro da própria casa. Pela experiência é possível dizer que uma família funcional presente, seja qual for sua configuração, é o primeiro sistema de freios que um jovem terá sobre suas condutas, diz o promotor Eduardo Del Campo que, durante um ano, catalogou casos de menores infratores.*

Ao contrário do que diz o nobre promotor, acredito que se referir a família como “sistema de freios” já demonstra o fracasso do processo educativo diante dos jovens. Criar uma política dos afetos ou das emoções como chama Nussbaum garantiria desde o berço uma sociedade mais saudável, sem a necessidade de uma linguagem utilizada em regimes repressores para se falar de algo no qual todos temos direito: a uma família e ao amor.

Ah, esta palavra – amor! Quando os filósofos a usam, entram na desconfiança e ficam de quarentena. Afeto é coisa de gente comum, bem longe dos acadêmicos!

## 4 Posfácio

Por certo, já disse um diário não tem conclusão. Ele se interrompe quando não é mais possível escrever. Nem mesmo em um trabalho acadêmico, se justifica. É um gênero narrativo que, aos poucos, logrou vir a ter um lugar na ficção, quando parecia ser apenas uma confissão secreta aos poros do papel ou uma leitura encoberta para revelação aos pósteros.

Afinal, no diário-tese, o que pareceu desordenado no prefácio com a linha histórica do projeto (terceiro, primeiro e segundo cadernos) ganha uma ordenação corrigida dos fragmentos que registraram em tempos descontínuos o que vivi na produção deste texto.

No *Caderno Um* – Rio de Janeiro – sou testemunha ocular do que aconteceu na cidade naquele período de 2013/2014, o descalabro que acomete a vida dos indivíduos ao se destacarem na violência surda dos sem voz e desletrados, e na violência loquaz que grita mais alto diante da vez e hora dos neoletrados. Desfazemos ilusões: saber ler não salvou Cristo diante dos mestres da lei e de Pilatos, não salvou Marcinho VP, justo porque com as letras aprendeu novas combinações, e Sandro morre porque não leu nada, não leu sequer a condenação de que já escapara uma vez e que não fora levantada pela miséria e pelo analfabetismo. Os marginais nem sempre logram sobreviver nas árvores, por atalhos e rotas de livre escolha, como alegoricamente apontou Calvino, em *O Barão nas Árvores*.

No *Caderno Dois* – Montevideu – recuperei as bases teóricas que no doutorado me permitiram entender as questões que aparecem no primeiro. Mais: responder àqueles impasses com uma sólida reflexão propositiva, analítica em que se teoriza o papel do literário, do ficcional na construção do humano, na transformação da barbárie em intersubjetividades processuais, compartilhadas e responsáveis por ética e justiça, isto é, vida em qualidade, ou seja, vida boa aristotélica. Daí ter acompanhado de perto a leitura que Nussbaum faz de Dickens, - *Tempos Difíceis* - como referencia da literatura para descortino da

justiça. Fortaleceu minha intuição da força literária neste horizonte, o romance de Azar Nafisi, *Lendo Lolita em Teerã*.

Por fim, no *Caderno Três* da tese-em-diário – Santo Amaro da Purificação – volto ao início da proposta para doutoramento, quando a experiência com o Projeto Agentes de Leitura no Ceará me incentivou a buscar no Rio, mais precisamente, na PUC-Rio, uma base para uma leitura compreensiva e crítica do que eu estava fazendo. Ali, encontrei a Cátedra UNESCO de Leitura que assessorava teórica e metodologicamente o MinC na absorção e disseminação da experiência nordestina. Foi um caminho de aperfeiçoamento e de uma maior fundamentação para pensar a articulação entre Literatura e vida político-social. O professor Antônio Cândido aparece na bibliografia com seu *Direito à Literatura* e é pano de fundo para alguns teóricos estrangeiros falarem do mesmo; Paulo Freire em seu *Pedagogia do Oprimido* aponta a saída no contágio com o imaginário oculto atrás das letras. Ambos silenciosamente estão nas entrelinhas desses registros memorialistas ou de travessia entre o sertão e o mar que fiz, onde seleciono, acompanho e subscrevo outros autores lidos ao longo dos cursos que segui na pós de literatura, na PUC-Rio. Com eles, vejo que não estamos sozinhos, professora Eliana, eu e Professora Helena, na defesa da face social e comunicativa do literário: a automatização e a tecnização do conhecimento podem transformar os homens em autômatos, robotizados como mercadoria, num mercado que não deixa espaço sequer à invenção de um outro eu. “Fazer artes” desordena, mas humaniza.

Durante meu estágio docência acompanhei a orientadora, lendo os “diários de bordo” dos graduandos na cadeira de práticas leitoras. Muitos descobriam ali, não sem resistência, como a leitura acaba por demandar a escrita e como o gosto de escrever se instala quando se tem algo a dizer. Foi de Graciliano Ramos, a grande lição inspiradora em *Infância e Memórias do Cárcere*, assim como o emblemático conto de Guimarães Rosa, *A hora e a vez de Augusto Matraga*. Uma conversão à leitura muda a vida e muda o mundo. E tira do mutismo o sujeito.

Penso, apesar de tudo, que seria desejável ter coragem para, talvez já em sala de aula, começar um *quarto caderno*, onde eu mesma possa recolher

experiências e narrativas de vida à luz da leitura literária e ficcional, enquanto provocadora do pensamento crítico e da afetividade cúmplice.

Não posso deixar de voltar a Sandro, Márcio e ver aos Agentes de Leitura. Sandro não conseguiu sequer ler o mundo quando tomou ônibus 174 e não teve nenhum surto de compaixão pelos outros, porque não tivera consigo mesmo. No caso de Márcio que tentou subir às árvores com sua biblioteca tardia, não teve tempo de se afastar suficientemente do chão. Ou à moda de Augusto Matraga teria optado pelo sacrifício? Também não teve tempo. Os Agentes de Leitura com todas as limitações em que a incompetência do Estado comprime boas ideias e intenções, talvez seja hoje, a ponta visível das possibilidades abertas, com a experiência de ler - para o outro e para descobrir-se a si mesmo.

Talvez com os agentes de leituras que cito no último caderno deste diário-tese, um dia, eu possa iniciar o tal *Caderno Quatro* – Ceará. Que literatura de inspiração posso me sugerir? Leio agora sobre diferença e tolerância, capazes de expulsar a exclusão e o preconceito, em que prima a literatura infanto-juvenil do século XXI: na pena do francês Eric-Emmanuel Schimtt, exemplarmente, *O Sr. Ibrahim e as Flores do Corão*. Poderia ser uma continuidade.

## 5 Referências Bibliográficas

400 CONTRA1: a História do crime organizado. Direção: Caco Souza. Roteiro: Victor Navas, Julio Ludemi. 95min. Globo Filmes: Rio de Janeiro, 2010. DVD.

AGAMBEN, G. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

AMORIM, G. (Org.). **Retratos da Leitura no Brasil**. São Paulo: Instituto Pró-livro, 2008.

BARCELLOS, C. **Abusado: O dono do morro Dona Marta**. Rio de Janeiro: Record, 2012.

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Tradução de Paulo Sérgio Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CALDER, G. **Rorty e a Redescrição**. Tradução de Luiz Henrique de Araújo Dutra. São Paulo: UNESP, 2006.

CALLIGARIS, C. Tropa de Elite. **Folha de São Paulo**, 11 out. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1110200730.htm>>.

CALVINO, I. Barão nas árvores, v. 2. In: \_\_\_\_\_. **Os nossos antepassados**. Tradução de Nilson Moulin. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

CÂNDIDO, A. “O direito à Literatura”. In: **Vários escritos**. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

CHAVEL, S. **L'utilité sociale des humanités**. 2011. Disponível em: <<http://www.laviedesidees.fr/L-utilite-sociale-des-humanites.html>>. Acesso em: 01 jun. 2013.

COMPAGNON, A. **O demônio da teoria: literatura e senso comum**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

COSTA, J. F. **Sem fraude nem favor: estudos sobre o amor romântico**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

COSTA, J. F. Transcendência e Violência. In: JACÓ-VILELA, A. M. (Org.). **Diálogos em Psicologia Social**. Porto Alegre: Abrapso Sul, 2007, p. 89-102. Disponível em: <[http://psicologiadareligiao.files.wordpress.com/2007/12/transcendencia\\_violencia.pdf](http://psicologiadareligiao.files.wordpress.com/2007/12/transcendencia_violencia.pdf)>. Acesso em: 06 jun 2013.

DELEUZE, G. **Crítica e Clínica**. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 1999.

DEPOIS de junho (projeto independente de entrevistas). Apresentação: Luiz Eduardo Soares. Produção: Miriam K. A. Guindani. Edição: Vicente Guindani. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://depoisdejunho.com/>>

DICKENS, C. **Tempos Difíceis**. Tradução de José Baltazar Pereira Júnior. São Paulo: Boitempo, 2014.

ENTRE A LUZ E A SOMBRA. Direção Luciana Burlamaqui. 150min. Documentário. Brasil, 2009. DVD.

FALCÃO: meninos do tráfico. Direção e produção: MV Bill e Celso Athayde. Edição: CUFA. 57 min. Documentário. Brasil, 2006. DVD.

FRASER, N. Solidariedade ou singularidade? Richard Rorty entre Romantismo e Tecnocracia. **Revista Redescições – Revista on line do GT de Pragmatismo e Filosofia Norte-americana**. Tradução de Susana de Castro. a. 2, n. 1, 2010. Disponível em: <[http://www.gtpragmatismo.com.br/redescicoes/redescicoes/ano2\\_01/t\\_fraser.pdf](http://www.gtpragmatismo.com.br/redescicoes/redescicoes/ano2_01/t_fraser.pdf)>. Acesso em: 28 jun. 2012.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GAGNEBIN, J. M. **Walter Benjamin: os cacos da história**. Tradução: Sônia Salzstein, Brasiliense: São Paulo, 1982.

GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas**. Tradução de Sergio Lamarão. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GUARÍN, S. **Reflexiones sobre indicadores de leitura**. In: texto produzindo a pedido do CELALC, 04 set. 2012. No prelo.

GUATTARI, F. **Caosmose: um novo paradigma estético**. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. Rio de Janeiro: Ed.34, 1992.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. Subjetividade e História. In: \_\_\_\_\_. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1986.

KUNDERA, M. **A arte do romance**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

LANNA, M. Nota sobre Marcel Mauss e o Ensaio sobre a Dádiva. **Revista de Sociologia e Política**, n. 14, Curitiba, p. 173-194/ jun, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n14/a10n14.pdf>>. Acesso em: 10 ago 2013.

LARROSA, J. **Pedagogia profana: danças, piruetas e mascaradas**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

\_\_\_\_\_. **La experiencia de la lectura: estúdios sobre literartura y formación**. Barcelona: Laerts ediciones, 1996.

LEMGRUBER, J. Cotidiano: situação nos presídios expõe guerra contra a pobreza, diz socióloga. **Folha de São Paulo**, 11 jan. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/01/1396192-situacao-nos-presidio-s-expoe-guerra-contra-pobreza-diz-sociologa.shtml>> Acesso em: 13 jan. 2014.

LISPECTOR, C. **A hora da estrela**. Rio de Janeiro: Rocco, 2006, p.9

LOPES, M. C. Em cima das árvores: a filosofia e o restante da cultura. **Trilhas Filosóficas**, a. 4, n. 1, jan.-jun. 2011.

LOPES, M. C. **Máquina do Medo**. 1. ed. Goiânia: Kelps/PUC-GO, 2013.

\_\_\_\_\_. **Uma defesa da poesia: poesia e autocriação na filosofia de Richard Rorty**. 2013. Tese (Doutorado) Faculdade de Filosofia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.

LUTAS.doc. Direção: Daniel Augusto e Luiz Bolognesi. TV BBRASIL. Série com cinco documentários. Brasil, 2010. DVD.

MARINHO, M. V. **A nova poesia em tempo de paz: periferia, lugar de literatura** In: XV CONGRESSO DE ESTUDOS LITERÁRIO - ESTUDOS CULTURAIS E PÓS-COLONIAIS: LITERATURA E VOZ SUBALTERNA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO/UFES, 22 e 23 out. 2013.

MARQUES NETO, J. C. (Org.). **PNLL- Plano Nacional do livro e leitura: textos e história (2006-2010)**. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2010.

MARTINS, A. S. **Por que a Guerra?** Política e subjetividade de jovens envolvidos no Tráfico: um ensaio sem resposta. 2014. Dissertação (Mestrado) Departamento de Psicologia, USP. São Paulo: USP, 2014.

MAUSS, M. **Ensaio sobre a Dádiva**. Tradução de Antônio Felipe Marques. Lisboa: Edições 70, 2008.

MELLO, Y. B. **Entrevista do Mês**. Disponível em: <<http://revistamarieclaire.globo.com/Marieclaire/0,6993,EML1695209-1739,00.html>>. Acesso em: 18 nov. 2013

MODZELEWSKI, H. **A su imagen y semejanza**. Uruguay: Doble clic, 2006.

\_\_\_\_\_. **Preferencias adaptativas y auto-exclusión social como fallo emotivo**: sureducación a través de narraciones. In: Congreso sobre Democracia, Rosario: Argentina, 2010.

\_\_\_\_\_. **El Refugio de las palabras dormidas**. Montevideo: Susana Aliano Casares, 2015.

MORIN, E. A noção de sujeito. In: SCHNITMAN, D. F. (Org.). **Novos paradigmas, cultura e subjetividade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

\_\_\_\_\_. **A cabeça bem feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Tradução de Eloá Jacobina. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

NABOKOV, V. **Lolita**. Tradução de Jorio Dauster. Rio de Janeiro: O Globo, 2003.

NAFISI, A. **Lendo Lolita em Teerã**: memória de uma resistência literária. Tradução de Fernando Esteves, Rio de Janeiro: BestBolso, 2009.

NOTÍCIAS de uma guerra particular. Direção: João Salles e Kátia Lund. 57min. Brasil, 1999. DVD.

NUSBAUM, M. **A fragilidade da bondade**: Fortuna e ética na tragédia e na filosofia grega. Tradução de Ana Aguiar Contrim. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

\_\_\_\_\_. **El cultivo de la Humanidad**. Uma defesa clássica de la reforma em la educación liberal. Barcelona: Paidós, 2005.

\_\_\_\_\_. **Las fronteras de la justicia**: consideraciones sobre la exclusión. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2007.

\_\_\_\_\_. **Love's Knowledge**: essays on philosophy and Literature. Oxford: OUP, 1992.

\_\_\_\_\_. **Paisajes Del pensamiento**. La inteligència de lãs emociones. Barcelona: Paidós, 2008.

\_\_\_\_\_. **Sin fines de lucro – Por qué la democracia necesita de las humanidades**. Buenos Aires: Katz Editores, 2010.

NUSBAUM, M. La imaginación literaria en la vida pública. **Isegoría: Revista de Filosofía Moral y Política**, n. 11, 1995, p.42-80.

\_\_\_\_\_. **Sem fins Lucrativos: Por que a democracia necessita das Humanidades.** Tradução de Fernando Santos. São Paulo: Mantins Fontes, 2015.

\_\_\_\_\_. **Las mujeres y el desarrollo humano el enfoque de las capacidades.** Tradução de Roberto Bernet. Barcelona: Herder, 2012.

\_\_\_\_\_. **Fronteiras da Justiça: deficiência, nacionalidade e pertencimento à espécie.** Tradução de Susana de Castro. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

O CONTADOR de histórias. Direção: Luiz Villaça. Roteiro: Mauricio Arruda, José Roberto Torero, Mariana Veríssimo e Luiz Villaça. Fotografia: Lauro Escorel. UNESCO: Brasil, 2009. DVD.

O PRISIONEIRO da grade de ferro: autorretratos. Direção: Paulo Sacramento. 123min. Documentário. Brasil, 2003. DVD.

ÔNIBUS 174. Direção: Felipe Lacerda e José Padilha. 2h13min. Documentário. Estados Unidos, 2003. DVD.

PADILHA, J.; SOARES, L. E. O que pode a linguagem? In: **Folha de São Paulo, Ilustrada**, 29 set. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2909200725.htm>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

PATROCÍNIO, P. R. T. **Escritos à margem: a presença de autores de periferia na cena literária brasileira.** Rio de Janeiro: 7 letras, FAPERJ, 2013.

\_\_\_\_\_. **Escritos à margem: a presença de escritores de periferia na cena literária contemporânea.** 2010. Disponível em: <[http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/16720/16720\\_1.PDF](http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/16720/16720_1.PDF)>. Acesso em: 07 nov. 2013

PENNA, J. C. **Escritos da Sobrevivência.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

PETIT, M. **A arte de ler ou como resistir à adversidade.** São Paulo: ed. 34, 2009.

RAMIL, V. O artista paga alto preço por não levar uma vida convencional, Caderno Especial: a cultura no governo. In: **Zero Hora**. Porto Alegre. 03 jun. 2016. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/entretenimento/noticia/2016/06/vitor-ramil-o-artista-paga-alto-preco-por-levar-uma-vida-nao-convencional-5825352.html>>. Acesso em: 18 jun. 2016.

RANCIÈRE, J. **O mestre ignorante**. Tradução de Lílian do Vale. Belo Horizonte: Objetiva, 2004.

RICOEUR, P. **Percurso do Reconhecimento**. Tradução de Nicolás Nyimi Campanário. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

RODA VIVA. Entrevista: José Padilha. Exibição: TV Cultura em 24/02/2014. Disponível: <<http://www.youtube.com/watch?v=kUDzQuXncds>>

RODRIGUES, D. S. Simpatia e espectador imparcial: conceitos fundamentais para uma leitura da Filosofia Moral de Adam Smith. In: **Teoria e Pesquisa: revista de ciência política**, v. 21, n. 2, p. 123-128, jul./dez. 2012, p. 123-127.

RORTY, R. O declínio da verdade redentora e a ascensão da cultura literária. In: GHIRADELLI, P.; RORTY, R. (Orgs.). **Ensaio pragmatistas sobre subjetividade e verdade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

\_\_\_\_\_. **O fogo da vida**. Disponível em: <<http://gtpragmatismo.wordpress.com/2008/08/25/o-fogo-da-vida-por-richard-rorty/>>. Acesso em: 25 out. 2010.

\_\_\_\_\_. **Contingencia, Ironia e Solidariedade**. Tradução de Vera Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

\_\_\_\_\_. **Filosofia como política cultural**. Tradução de João Carlos Pijnappel. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

\_\_\_\_\_. **Pragmatismo e Política**. Tradução de Paulo Ghiraldelli Jr. São Paulo: Martins 2005.

\_\_\_\_\_. **Verdade e Progresso**. Tradução de Denise R. Salles. São Paulo: Manole, 2015.

RUFFATO, L. **Discurso aberto da Feira de Frankfurt**, 08 out 2013. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/artelazer,leia-a-integra-do-discurso-de-luiz-ruffato-na-abertura-da-feira-do-livro-de-frankfurt,1083463,0.htm>>. Acesso em: 10 out. 2013.

SANTA MARTA: duas semanas no morro. Direção: Eduardo Coutinho. 55min. Brasil, 1987. DVD.

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice: o social e o político na transição pós-moderna**. São Paulo: Cortez, 1997.

\_\_\_\_\_. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

SENHORA Liberdade: a história do Comando Vermelho. Direção: Caco Souza. Produção independente. 18min. São Paulo: 2004. Disponível: <<http://www.youtube.com/watch?v=-lCHgA93XhQ>>

SILVEIRA, R. A. T. O Florescimento da Subjetividade Contemporânea. Palestra proferida na ANPOF em out. 2012.

SOARES, L. E. Para que servem os relatos. **Revista pronto!** Disponível em: <<http://www.revistapronto.com.br/Imprimir.asp?ID =260>>. Acesso em: 13 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. **O pensamento de Richard Rorty e seu exemplo de vida**. Disponível em: <[http://amaivos.uol.com.br/amaivos2015/?pg=noticias&cod\\_canal=55&cod\\_noticia=8775](http://amaivos.uol.com.br/amaivos2015/?pg=noticias&cod_canal=55&cod_noticia=8775)>. Acesso em: 24 set. 2014.

\_\_\_\_\_. Conspiração contra a mudança. In: ATAYDE, C.; MV Bill; SOARES, L. E. **Cabeça de Porco**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005. p.107.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Violência e política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: ISER, 1996.

\_\_\_\_\_. **Justiça: pensando alto sobre violência, crime e castigo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

SOARES, L. E.; PIMENTEL, R. BATISTA, A. **Elite da Tropa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. p.7-8.

SOARES, L. E.; PADILHA, J.; **O que pode a linguagem?** Disponível em: <<http://www.luizeduardosoares.com/?p=180>>. Acesso em: 12 out 2013.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart de Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TELES, G. M. **Vanguarda europeia e modernismo brasileiro: apresentação dos principais poemas metalinguísticos, manifestos, prefácios e conferências vanguardistas, de 1857 a 1972**. 20. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

TODOROV, T. **A Literatura em Perigo**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

TROPA de Elite 2: agora o inimigo é outro. Direção: José Padilha. 1h57min. Brasil, 2010.DVD

TROPA de Elite: missão dada é missão cumprida. Direção: José Padilha. 1h57min. Argentina, Holanda, Brasil, 2007. DVD

VATTIMO, G. La crise de l'humanisme. In: **La fin de la modernité: nihilisme et herme - neutique dans la culture post-moderne**. Paris: Seuil, 1987.

VENTURA, Z. **Minhas Histórias dos Outros**. Ed Planeta, 2005.

YUKA no caminho das setas. Direção: Daniela Broitman. 95 min. Documentário. Vídeo Fórum Filmes: Brasil, 2011. DVD.

YUNES, E. (Org.). **Pensar a leitura Complexidade**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2002.

\_\_\_\_\_. Orientação de artigo/tese, concedida e gravada em 19 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. **Tecendo o Leitor: uma rede de fios cruzados**. São Paulo: Aymará educação, 2009.

YUNES, E.; OSWALD, M. L. **A Experiência da Leitura**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.